

The background of the book cover features a hand holding a smartphone, rendered in a halftone dot pattern. The hand is positioned in the lower-left quadrant, with the phone held vertically. The background is a mix of teal and light blue, with abstract, glowing digital lines and patterns, including a grid of small dots in the upper-left corner. The overall aesthetic is modern and technological.

RAQUEL FERREIRA DARODA

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO  
E COMUNICAÇÃO E AS**

# *TRANS FORM AÇÕES*

**NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO**

AÇÕES COLETIVAS E NOVOS SENTIDOS  
DE PERTENCIMENTO





RAQUEL FERREIRA DARODA

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO  
E COMUNICAÇÃO E AS**

*TRANS  
FORM  
AÇÕES*

**NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO**

AÇÕES COLETIVAS E NOVOS SENTIDOS  
DE PERTENCIMENTO

## CIP - Catalogação na Publicação

Daroda, Raquel Ferreira  
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E AS  
TRANSFORMAÇÕES NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO - AÇÕES  
COLETIVAS E NOVOS SENTIDOS DE PERTENCIMENTO / Raquel  
Ferreira Daroda. -- 2019.  
179 f.  
Orientador: Paulo Reyes.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de  
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto  
Alegre, BR-RS, 2019.

1. direito à cidade. 2. espaço público. 3.  
tecnologias de informação e comunicação. 4. coletivos  
urbanos. 5. impulso utópico. I. Reyes, Paulo, orient.  
II. Título.

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS**  
Faculdade de Arquitetura  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

# **TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO**

**AÇÕES COLETIVAS E NOVOS SENTIDOS DE PERTENCIMENTO**

Raquel Ferreira Daroda

*Porto Alegre, janeiro de 2019.*



Raquel Ferreira Daroda

**TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO  
E COMUNICAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES  
NO USO DO ESPAÇO PÚBLICO**

**AÇÕES COLETIVAS E NOVOS SENTIDOS DE PERTENCIMENTO**

Tese apresentada como requisito parcial  
a obtenção do título de Doutor,  
pelo Programa de Pós-Graduação  
em Planejamento Urbano e Regional da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em  
**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Paulo Belo Reyes (Orientador)  
PROPUR/UFRGS

Prof(a). Dr(a). Célia Ferraz de Souza  
PROPUR/UFRGS

Prof(a). Dr(a). Terezinha Barachini  
PPGAV/UFRGS

Prof(a). Dr(a). Cibele Vieira  
PUC-RS

*Porto Alegre, janeiro de 2019.*



## **AGRADECIMENTOS**

Ao orientador deste trabalho, Professor Dr. Paulo Reyes, pelo acolhimento, pela confiança e pelas orientações que tanto contribuíram para o resultado desta pesquisa. Muito obrigada Paulinho, por ter me acompanhado durante este período e por todo o conhecimento compartilhado.

Aos meus pais, pela oportunidade, pelo incentivo e pela confiança que sempre depositaram em mim.

Ao meu esposo, por estar sempre ao meu lado.

A CAPES pelo incentivo concedido.

A Heloísa Medeiros, idealizadora do coletivo RUA, agradeço a disponibilidade e a atenção. Obrigada por ter estado disponível todas as vezes que precisei e por ter se mostrado a pessoa especial e sincera que és. Obrigada por trazer para esta pesquisa, além da verdade, um pouco do teu (enorme) coração.

A Márcia Braga e Aline Bueno, idealizadoras do coletivo Projeto Vizinhança, agradeço a disponibilidade e a confiança. Obrigada por terem acreditado junto comigo no potencial transformador desta pesquisa e por terem compartilhado comigo o olhar tão especial de vocês acerca das experiências vivenciadas no coletivo.

Conhecer, sob o olhar de vocês, Heloísa, Márcia e Aline, os ideais dos coletivos RUA e Projeto Vizinhança, além de ter contribuído para o resultado desta tese, contribuiu também para que a minha esperança se renovasse. Meus desejos utópicos encontraram um caminho para quem sabe, em coletivo, se tornarem reais.

Por fim, agradeço a todos, que de alguma maneira, contribuíram para o resultado desta pesquisa.

## RESUMO

A presente pesquisa busca compreender que tipos de práticas sócio espaciais estão acontecendo nos espaços públicos urbanos e qual a contribuição dessas práticas para a dimensão pública. Mais especificamente, compreender em que medidas tais práticas produzem a transformação do espaço público, funcionando como ato crítico, de reflexão e ação sobre a cidade. O estudo tem como objeto empírico os coletivos urbanos com atuação na cidade de Porto Alegre e cujas ações, mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, a partir de um impulso utópico são capazes de despertar o senso de comunidade e pertencimento. Tais ações são aqui debatidas frente à produção teórica, principalmente, dos autores: Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel de Certeau, Michael Foucault, Milton Santos, Manuel Castells e Jacques Rancière. Os conceitos que fundamentam toda a pesquisa, tais como espaço público, *direito à cidade* e impulso utópico, remontam a dois pensadores do início do século XX: Henri Lefebvre e Ernst Bloch. O diálogo entre teoria e prática, a partir da atualização dos conceitos trazidos pelos autores citados, busca uma melhor compreensão de fenômenos sócio espaciais recentes e da reverberação dessas práticas na produção e transformação do espaço público.

### **PALAVRAS CHAVE:**

impulso utópico; direito à cidade; espaço público; coletivos urbanos; tecnologias de informação e comunicação.

## **ABSTRACT**

The present research seeks to understand what types of socio-spatial practices are happening in urban spaces and what is the contribution of these practices to the public dimension. More specifically, it seeks to understand in what scale such practices produce the transformation of public space, acting as a critical act of reflection and action on the city. The study has as empirical object the urban collectives with action in the city of Porto Alegre and whose actions, mediated by information and communication technologies from a utopian impulse, are capable of arising the sense of community and belonging. These actions are discussed here through the theoretical research, in particular, by the authors: Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel de Certeau, Michel Foucault, Milton Santos, Manuel Castells and Jacques Rancière. The concepts underlying all the research, such as public space, *right to the city* and utopian impulse, make reference to two thinkers of the early twentieth century: Henri Lefebvre and Ernst Bloch. The dialogue between theory and practice, from the updating of the concepts brought by the cited authors, seeks a better understanding of recent socio-spatial phenomena and the reverberation of these practices in the production and transformation of public space.

### **KEYWORDS:**

Utopian impulse; right to the city; public space; urban collectives; information and communication technologies



## LISTA DE FIGURAS

- Fig. 01:** Estratégia de pesquisa. Fonte: autora.....p. 31
- Fig. 02:** Ação Aqui Bate um Coração. Fonte: facebook.com/RUApoa/photos..... p. 38
- Fig. 03:** Ação Aqui Bate um Coração. Fonte: facebook.com/RUApoa/photos..... p. 39
- Fig. 04:** Ação Aqui Bate um Coração, monumento Mario Quintana. Fonte: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/05/intervencao-urbana-coloca-cora-coes-em-monumentos-de-porto-alegre.html>..... p. 40
- Fig. 05:** Ação Poesia Ex-Pressa. Fonte: facebook.com/RUApoa/fotos..... p. 41
- Fig. 06:** Ação Poesia Ex-Pressa. Fonte: facebook.com/RUApoa/fotos..... p. 42
- Fig. 07:** Documentário Occupy Love. Fonte: facebook.com/RUApoa/fotos..... p. 43
- Fig. 08:** Ação Serenata Redenção Iluminada. Fonte: facebook.com/RUApoa/fotos.... p. 43
- Fig. 09:** Ação Do Sonho Uma Ponte. Fonte: facebook.com/RUApoa/fotos.....p. 44
- Fig. 10:** Ação Do Sonho Uma Ponte. Fonte: facebook.com/RUApoa/fotos.....p. 44
- Fig. 11:** Ação Café na Calçada, 7º edição. Fonte: facebook.com/projetovizinhanca/fotos.p. 45
- Fig. 12:** Ação Café na Calçada, 3º edição. Fonte: facebook.com/projetovizinhanca/fotos.p. 46
- Fig. 13:** Conceitos e palavras-chave. Fonte: autora.....p. 50
- Fig. 14:** Moldura teórica. Fonte: autora..... p. 51
- Fig. 15:** Estratégia de análise. Fonte: autora..... p. 52
- Fig. 16:** Projeto Vizinhança – Grupo público no Facebook. Fonte: [www.facebook.com/groups/grupoprojetovizinhanca/about/](http://www.facebook.com/groups/grupoprojetovizinhanca/about/)..... p. 120

- Fig. 17:** Projeto Vizinhança – Comunidade no Facebook. Fonte: [www.facebook.com/ProjetoVizinhanca/](http://www.facebook.com/ProjetoVizinhanca/).....p. 120
- Fig. 18:** Ação Café na Calçada, Rua Félix da Cunha, Porto Alegre. Fonte: [www.facebook.com/events/996021070428771/?active\\_tab=discussion](http://www.facebook.com/events/996021070428771/?active_tab=discussion).....p. 123
- Fig. 19:** Ação Café na Calçada, Rua Félix da Cunha, Porto Alegre. Fonte: [www.facebook.com/events/996021070428771/](http://www.facebook.com/events/996021070428771/).....p. 124
- Fig. 20:** Projeto Vizinhança, 2ª edição – Quintais. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/edicoes-anteriores/2a-edicao-quintais/>.....p. 126
- Fig. 21:** Projeto Vizinhança, 3ª edição – Muros. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/edicoes-anteriores/3a-edicao-muros/>.....p. 126
- Fig. 22:** Projeto Vizinhança, 3ª edição – Muros. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/edicoes-anteriores/3a-edicao-muros/>.....p. 127.
- Fig. 23:** Projeto Vizinhança, 3ª edição – Muros. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/edicoes-anteriores/3a-edicao-muros/>.....p. 127.
- Fig. 24:** Projeto Vizinhança, 4ª edição – Jazz. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/edicoes-anteriores/4a-edicao-jazz/>.....p. 127.
- Fig. 25:** Projeto Vizinhança, 5ª edição – Casas da Memória. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/edicoes-anteriores/5a-edicao-casas-da-memoria/>.....p. 127.
- Fig. 26:** Projeto Vizinhança, 6ª edição – Um centro cultural por bairro. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/edicoes-anteriores/6a-edicao/>.....p. 128
- Fig. 27:** Projeto Vizinhança, 7ª edição – Terreno de Ideias. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/edicoes-anteriores/7a-edicao-terreno-de-ideias/>.....p. 128
- Fig. 28:** Projeto Vizinhança, 8ª edição – Lugar de brincadeira. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/edicoes-anteriores/8a-edicao-lugar-de-brincadeira/>.....p. 128
- Fig. 29:** Projeto Vizinhança, 9ª edição – Casarão. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/edicoes-anteriores/9a-edicao/>.....p. 128

- Fig. 30:** Convite para indicação de espaço para realização do evento/ação. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/page/1/>.....p.132
- Fig. 31:** Convite divulgado no Facebook e site do coletivo. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/page/1/>.....p.134
- Fig. 32:** Texto de divulgação do evento/ação. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/page/1/>.....p.134
- Fig. 33:** Divulgação do local do evento/ação. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/page/1/>.....p.135
- Fig. 34:** Evento formalizado no Facebook. Fonte: <https://www.facebook.com/events/1636391343313288/>.....p.137
- Fig. 35:** Divulgação do local do evento/ação. Fonte: <https://projetovizinhanca.art.br/page/1/>.....p.137
- Fig. 36:** Divulgação do local do evento/ação. Fonte: <https://www.facebook.com/events/1636391343313288/>.....p.138
- Fig. 37:** RUA – comunidade no Facebook. Fonte: <https://www.facebook.com/RUApoa/>....p.140
- Fig. 38:** Serenata Redenção Iluminada. Fonte: [www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page\\_internal](http://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page_internal).....p.143
- Fig. 39:** Serenata Redenção Iluminada – Parque Farroupilha. Fonte: [www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page\\_internal](http://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page_internal).....p.143
- Fig. 40:** Serenata Redenção Iluminada. Fonte: [www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page\\_internal](http://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page_internal).....p.144
- Fig. 41:** Convite Serenata Iluminada em 2013. Fonte: <http://pensoquepensologodesisto.blogspot.com/2013/06/a-serenata-e-do-prefeito-mas-redencao-e.html>....p.145
- Fig. 42:** Ação: Do Sonho Uma Ponte. Fonte: [https://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page_internal).....p.146

- Fig. 43:** Convite Do Sonho Uma Ponte, 2012. Fonte: [www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page\\_internal](http://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page_internal).....p.146
- Fig. 44:** Convite Do Sonho Uma Ponte, 2012. Fonte: [www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page\\_internal](http://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page_internal).....p.146
- Fig. 45:** Ponte dos Açores. Do Sonho Uma Ponte, 2012. Fonte: [www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page\\_internal](http://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page_internal).....p.146
- Fig. 46:** Ponte dos Açores. Do Sonho Uma Ponte, 2012. Fonte: <https://www.facebook.com/events/514697968548042/>.....p.147.
- Fig. 47:** Convite Do Sonho Uma Ponte, 2012. Fonte: <https://www.facebook.com/events/514697968548042/>.....p.147.
- Fig. 48:** Programação Do Sonho Uma Ponte, 2012. Fonte: <https://www.facebook.com/events/514697968548042/>.....p.148
- Fig. 49:** Pós-evento Do Sonho Uma Ponte, 2012. Fonte: <https://www.facebook.com/events/514697968548042/>.....p.148
- Fig. 50:** Do Sonho Uma Ponte – Ano II, 2013. Fonte: <https://www.facebook.com/events/172393659630889/>.....p.150
- Fig. 51:** Do Sonho Uma Ponte – Ano II, 2013. Fonte: <https://www.facebook.com/events/172393659630889/>.....p.150
- Fig. 52:** Do Sonho Uma Ponte – Ano II, 2013. Fonte: [https://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page_internal).....p.151
- Fig. 53:** Do Sonho Uma Ponte – Ano II, 2013. Fonte: [https://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page_internal).....p.151
- Fig. 54:** Do Sonho Uma Ponte – Ano II, 2013. Fonte: [https://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/RUApoa/photos/?ref=page_internal).....p.155

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

SIG.....	Sistema de Informação Geográfica
TIC.....	Tecnologias de Informação e Comunicação
RUA.....	Rastro Urbano de Amor



# SUMÁRIO

## COMPREENDENDO A TESE..... 21

### 1.1 A RESPEITO DA TESE..... 21

OBJETIVO GERAL..... 28

OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 28

HIPÓTESE..... 29

### 1.2 ESTRUTURANDO A TESE..... 29

DEFINIÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO - ESTUDO DE CASO..... 32

INSTRUMENTOS DA METODOLOGIA..... 47

## O PONTO DE PARTIDA..... 55

### 2.1 PERCURSO TEÓRICO..... 55

### 2.2 O DIREITO À CIDADE..... 56

### 2.3 UTOPIA E HETEROTOPIA..... 61

### 2.4 ESPAÇO PÚBLICO..... 66

## APONTAMENTOS..... 73

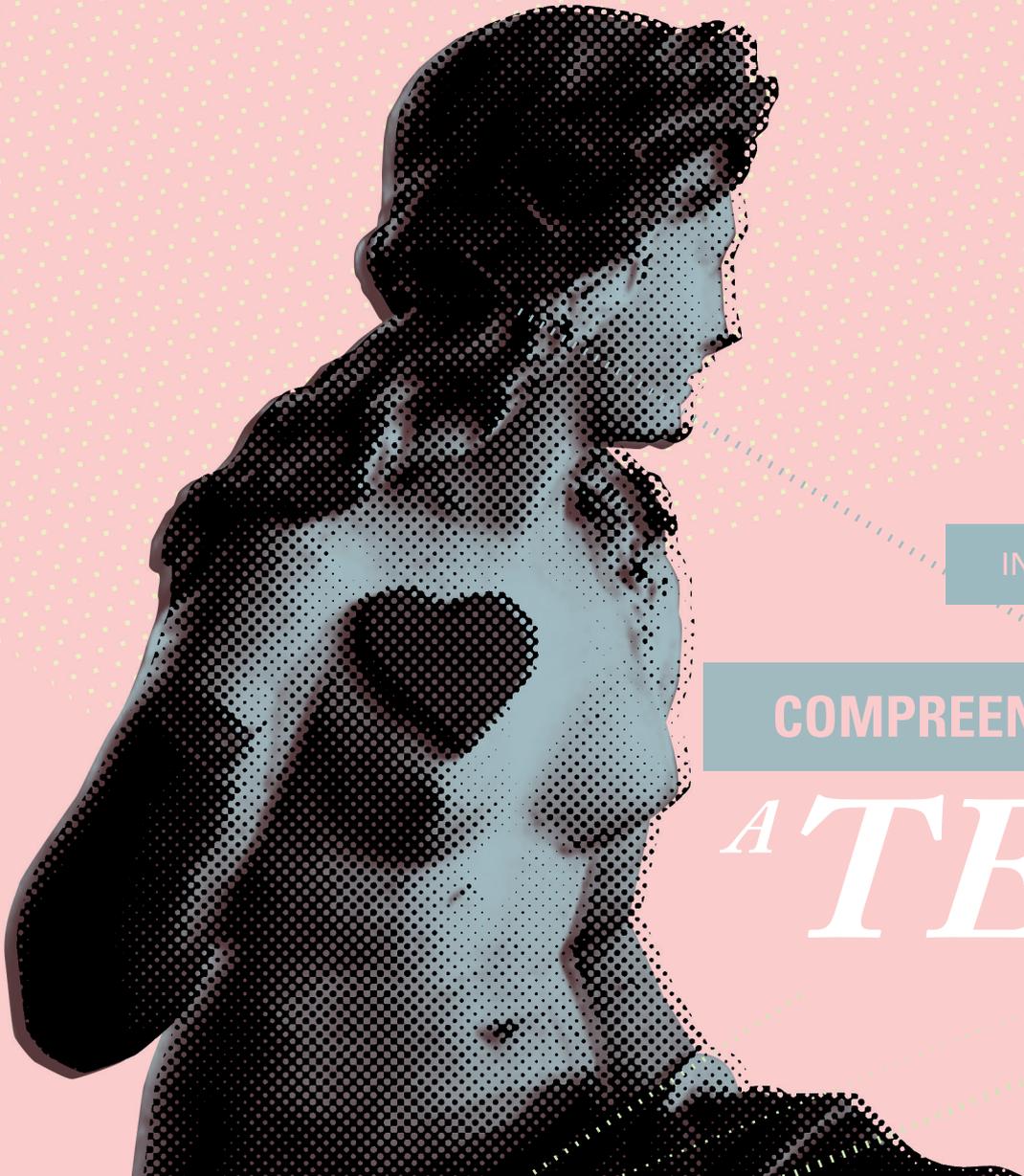
### 3.1 PERCURSO TEÓRICO..... 73

### 3.2 PRÁTICAS SOCIAIS NO ESPAÇO..... 74

### 3.3 TIC E PRÁTICAS SOCIAIS..... 79

### 3.4 AGENCIAMENTOS E AÇÕES NO TERRITÓRIO..... 87

<b>3.5 AÇÕES COLETIVAS COMO MICROPOLÍTICAS</b> .....	<b>95</b>
<b>REALIDADE MISTA</b> .....	<b>103</b>
4.1 PERCURSO TEÓRICO.....	103
4.2 A CIDADE EM REDE.....	105
<b>COLETIVOS URBANOS</b> .....	<b>117</b>
5.1 PERCURSO TEÓRICO.....	117
5.2 COLETIVO PROJETO VIZINHANÇA.....	121
5.3 COLETIVO RASTRO URBANO DE AMOR – RUA.....	139
<b>APROXIMAÇÕES</b> .....	<b>159</b>
<b>REVERBERAÇÕES</b> .....	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>173</b>

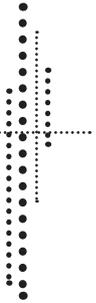


INTRODUÇÃO

COMPREENDENDO

*A TESE*





## INTRODUÇÃO

# COMPREENDENDO A TESE

## 1.1 a respeito da tese

A partir da constatação das tecnologias de informação e comunicação - TIC<sup>1</sup> enquanto instrumento para a construção de novas sociabilidades entende-se que os dispositivos tecnológicos instituem uma forma de mediação sensível, cujo papel atua na percepção da cidade e na partilha da experiência urbana. As TIC não modificam as relações sociais somente por introduzirem uma mediação, mas também pelas formas de mediação que são empregadas. Uma forma de mediação, resultado do uso das tecnologias digitais, e com a qual as novas mídias têm um importante papel, coordenando as diversas estruturas subjetivas e as práticas urbanas coletivas, são as formas de representação do social.

Diante da possibilidade de uma nova compreensão do que pode ser a experiência urbana no século XXI, reconhece-se o potencial das tecnologias digitais e a maneira como essas podem afetar o espaço público e transformar a experiência urbana (DARODA, 2012). As atuais práticas de agregação social e os dispositivos de comunicação funcionam como suporte para uma reformulação na forma como os indivíduos estabelecem relações interpessoais e de experiências na cidade.

---

<sup>1</sup> Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC: conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada. Correspondem a todas as tecnologias que interferem e medeiam os processos informacionais e comunicativos.

O modelo tecnológico da sociedade da informação introduz uma nova condição, uma nova dimensão espacial que referencia não só o desenvolvimento dos processos culturais, como também a possibilidade de explorar novas formas de vivência. Entende-se por sociedade da informação um estágio de desenvolvimento social caracterizado pela capacidade de obter e compartilhar qualquer informação, instantaneamente, de qualquer lugar com qualquer lugar ou pessoa, sem que para isso seja necessária uma proximidade física ou real. Essa nova realidade tem reflexos também na maneira como o indivíduo experimenta o espaço urbano; nos interesses, nos hábitos e nas expectativas que o indivíduo tem da cidade; na forma como os indivíduos se relacionam e na forma como atribuem e constroem novos significados. As mídias contemporâneas, a partir da compressão espaço-tempo, instauram processos desterritorializantes e novas formas de agenciamentos (DARODA, 2012).

Essas diferentes formas de agenciamento, seguindo a esteira de Deleuze e Guattari, produzem um novo tipo de experiência urbana onde os processos comunicativos, pensados aqui como processos de produção de sentido e redes de conexões, fazem dos estudos das relações entre tecnologias de informação e comunicação (TIC) e espaço público, uma oportunidade para favorecer o pensamento crítico sobre *como os agenciamentos sociais, mediados pelas TIC, transformam o espaço público contemporâneo*.

É a partir dessa temática - espaço público urbano e tecnologias digitais - que esta Tese se insere. Esta preocupação não é recente e dá continuidade aos meus estudos no Mestrado onde as tecnologias de informação e comunicação foram retratadas como um elemento importante para a interação entre o indivíduo e a cidade. A pesquisa demonstrou o potencial de projetos flexíveis e manipuláveis; o potencial de interação

de espaços públicos convidativos, ricos em conteúdo e capazes de se reinventar continuamente dentro dos seus limites formais; as possibilidades das TIC em favorecer o uso dos espaços públicos da cidade, uma vez que a relação entre as tecnologias digitais e o indivíduo contemporâneo é inerente ao século XXI. Enfim, a pesquisa tentou revelar o potencial dessas tecnologias na composição do espaço urbano, enquanto elemento capaz de despertar a curiosidade, a integração e a sociabilidade no espaço público da cidade contemporânea, bem como funcionar como uma ação política efetiva (DARODA, 2012).

Ao final da pesquisa novos questionamentos surgiram e constituem aqui uma oportunidade para a investigação e continuidade da pesquisa que envolve essa temática. Após identificar o potencial das TIC nos espaços públicos, atenta-se agora para a compreensão das novas formas de agenciamento, mediadas pelas TIC, e como tais agenciamentos transformam o espaço público contemporâneo.

As emoções, os lugares, a experiência, o próximo, tornam-se valores centrais da atualidade e trazem modalidades da experiência da cidade que indicam uma transformação - as redes de informação e comunicação digitais e as dinâmicas sociais se fundem resultando em novas configurações espaciais. As TIC participam das práticas do cotidiano e permitem construir novas formas relacionais, indissociáveis das formas de inscrição espacial.

O estado da arte sobre essa questão gira em torno de campos disciplinares distintos, sendo a Comunicação um deles. Porém, o enfoque dado pelos pesquisadores dessa área está voltado para as novas formas de comunicação que surgem a partir

das novas tecnologias digitais (LEVY, 1999; CASTELLS, 1999; LATOUR 1994). Trata-se, portanto, de pensar as novas formas de comunicação que se realizam através de redes digitais e que alteram a compreensão das formas de pensar, produzir e representar o social na era informacional (RECUERO, 2009; LEMOS, 2002, 2004, 2013; PARENTE 2004; SANTAELLA, 2003).

As tecnologias digitais possibilitam avançar em direção a articulação de agentes através de redes e sistemas de cooperação (LEVY, 1999; CASTELLS, 1999). Os efeitos do desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação alteram a formação do espaço, das relações de troca, da organização política e da cultura. É um processo que transforma a vida social e possibilita a formação de novas subjetividades e de espaços coletivos de ação e de interação (LEVY, 1999).

O campo disciplinar da Comunicação tem as tecnologias da cibercultura como um tema de pesquisa e a definição da sua espacialidade e temporalidade é um desafio. Essa nova organização da comunicação aponta para grandes mudanças nas formas de ocupação espacial e temporal e na relação com os diversos domínios do meio urbano. É neste aspecto que o campo do Urbanismo parece apresentar uma lacuna, uma vez que, ainda apresenta pouca pesquisa no sentido de compreender como tais tecnologias rompem com limites e fronteiras territoriais, transformando o espaço público contemporâneo.

Uma análise quantitativa da produção científica no campo do Urbanismo aponta que as pesquisas, publicadas nos últimos 10 anos no maior evento da área - ANPUR, e a produção de teses nos principais Programas Nacionais de Pós-Graduação na área

de Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional apontam para outra direção. As tecnologias digitais, em 90% dos estudos, são tratadas como instrumento para políticas públicas, planejamento e gestão urbana, a partir do uso de interfaces como o SIG e plataformas de participação popular, utilizadas pelos governos para estabelecer vínculos comunicativos com os cidadãos e assim fortalecer a sua representação. As pesquisas abordam as TIC como uma alternativa capaz de redefinir as relações entre Estado e sociedade, substituindo políticas urbanas tradicionais por formas alternativas de interação social, mediada por redes técnico-sociais.

Uma análise da produção científica dos eventos da ANPUR dos anos: 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017 apontam para pesquisas com as seguintes abordagens sobre as TIC:

- Representações digitais usadas em Planejamento Urbano
- Geoprocessamento
- Representação espacial das redes sociais em conjunto com dados referentes a indicadores sociais
- Análise das redes sociais em planejamento e gestão do espaço urbano
- Redes sociais nas pesquisas migratórias
- Uso da web 2.0 para plataformas de participação popular
- Rede web enquanto interface cultural capaz de mediar fontes de cultura, informação e saber
- Web 2.0 enquanto instrumento fundamental para diálogo entre administração pública e cidadão

- Uso interativo de mapas como instrumento para que os usuários possam explorar fenômenos relacionados ao espaço geográfico
- Rede social cujo escopo não seria apenas encontrar amigos, publicar fotos e vídeos, mas tornar-se protagonista de um território e representar a sua complexidade
- As novas tecnologias redefinem o modo de pesquisar a realidade urbana
- A análise de redes sociais contribuindo para políticas urbanas e gestão do espaço urbano
- Gestão de redes digitais enquanto instrumento de controle capaz de sincronizar informações
- Potencial das redes em proporcionar a comunicação entre diferentes lugares e atores
- Internet e política aplicada à gestão urbana (políticas públicas de inclusão digital)
- Tecnologias enquanto elemento questionador da ordem sociopolítica estabelecida
- Rede de atores sociais
- Uso das tecnologias digitais no amparo à organização política de movimentos sociais

Teses, nos principais programas nacionais da área de Planejamento Urbano, demonstram o desenvolvimento de pesquisas com as seguintes abordagens sobre as TIC:

- Tecnologias de Informação e Comunicação como instrumento para políticas públicas
- SIG como instrumento para planejamento e gestão urbana
- TIC usadas pelo governo para estabelecer vínculos comunicativos com os cidadãos e assim fortalecer a sua representação
- TIC como alternativa para as relações entre Estado e sociedade substituindo políticas urbanas tradicionais por formas alternativas de interação social mediadas por redes técnico-sociais
- TIC como instrumento de inovação das relações políticas

No entanto, uma parcela, ainda pequena de pesquisadores, defende que as tecnologias redefinam o modo de pesquisar a realidade urbana. O uso interativo de mapas como instrumento para que os usuários possam explorar fenômenos relacionados ao espaço geográfico a partir de cartografias e mídias locativas, e as redes sociais, cujo escopo não seria apenas encontrar amigos ou publicar fotos e vídeos, mas tornar-se protagonista de um território e representar a sua complexidade, são caminhos apontados nas pesquisas como forma de compreender e explicar o espaço urbano enquanto sistema complexo e híbrido.

É sob esta ótica que esta pesquisa tende a contribuir, uma vez que questiona a relação estabelecida entre as redes técnico-sociais e o espaço público, numa tentativa de compreender como as tecnologias de informação e comunicação produzem comunidades e sentido de pertencimento, interferindo na dinâmica e no uso do espaço urbano. Em síntese, esta tese tem como problema a relação entre cidade, TIC e agenciamentos sociais, numa tentativa de compreender como tais agenciamentos,

mediados pelas TIC, transformam o espaço público, gerando comunidades e novos sentidos de pertencimento e interferindo na dinâmica da relação entre indivíduo e espaço público ao mesmo tempo em que ativa o uso de tais espaços.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender que tipos de práticas sócio espaciais, mediadas pelas TIC, estão ocorrendo nos espaços urbanos e qual a contribuição dessas práticas para a dimensão pública; a fim de avaliar em que medidas tais práticas produzem a transformação do espaço público, funcionando como ato crítico, de reflexão e ação sobre a cidade.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Mapear os coletivos urbanos com ações mediadas pelas TIC e atuação no espaço público de Porto Alegre/RS.
2. Mapear as ações dos coletivos urbanos na plataforma e no espaço público em Porto Alegre.
3. Mapear as plataformas de mídias sociais existentes atualmente.
4. Definir, enquanto instrumento de articulação dos coletivos urbanos, uma plataforma para estudo.
5. Investigar como os agenciamentos sociais, mediados pelas TIC, ativam o espaço público de Porto Alegre.
6. Investigar as discussões estético-políticas resultantes de tais agenciamentos e o seu impacto no espaço público, a fim de identificar uma possível contribuição ao planejamento urbano.

## HIPÓTESE

A hipótese da pesquisa é a de que as práticas sócio espaciais mediadas pelas TIC, produzem uma transformação no espaço público. Tais práticas são capazes de expressar impulsos utópicos necessários à nossa sociedade, manifestando possibilidades outras, rompendo regras e confrontando normas estabelecidas por um sistema hegemônico de poder.

### 1.2 estruturando a tese

Para validar ou refutar a hipótese traçada, bem como responder ao problema central e aos objetivos propostos nesta pesquisa, serão utilizados procedimentos metodológicos de cunho qualitativo. A tese será estruturada em quatro eixos teóricos e um eixo referente à pesquisa empírica que terá como método o estudo de caso.

A pesquisa constrói um repertório teórico organizado da seguinte forma: o **primeiro eixo** trata da noção de direito à cidade seguindo a esteira de Henri Lefebvre e o conceito de utopia e heterotopia a partir, principalmente, dos autores Ernst Bloch e Michel Foucault, resgatando a noção de espaço público enquanto espaço coletivo e de direito à vida urbana; o **segundo eixo** resgata a noção de espaço, lugar e território com o objetivo de compreender como as práticas mediadas pelas TIC transformam o espaço público da cidade contemporânea. No segundo eixo, retoma-se ainda o conceito de território e redes digitais, tratando das tecnologias de informação e comunicação, sua relação com a cidade e as transformações por elas impostas, propondo através de teóricos contemporâneos a revisão de alguns conceitos e atualizando a relação entre

espaço público e tecnologias digitais. Os autores que estruturam este eixo são: Michel De Certeau, Richard Sennett, Milton Santos, Manuel Castells, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Jacques Rancière. Por fim, o terceiro eixo teórico busca através de autores contemporâneos, elucidar sobre conceitos relacionados às TIC. Existem TIC interferindo no espaço público, e seguindo o pensamento teórico dos autores Manuel Castells, Pierre Lévy, e André Lemos o terceiro eixo traz a esta pesquisa uma melhor compreensão acerca do conceito de espaço virtual, novas tecnologias e hibridização do espaço. E, por fim, introduz o eixo empírico a partir da construção do conceito de comunidade e pertencimento e a relação destes conceitos com as dinâmicas sócio espaciais produzidas pelos agenciamentos mediados pelas TIC e que resultam em dinâmicas coletivas capazes de reterritorializar o espaço público das cidades.

O **eixo empírico** trata de investigar como os agenciamentos sociais, mediados pelas TIC, ativam o espaço público da cidade contemporânea gerando o senso de comunidade e de pertencimento. O processo metodológico se desenvolve em três etapas, conforme figura ao lado (fig.1):

- **Etapa 1 - Eixo teórico**
  - Desenvolvimento do repertório teórico a partir dos conceitos que estruturam a pesquisa.
- **Etapa 2 - Eixo empírico - estudo de caso**
  - Definição dos Coletivos Urbanos.

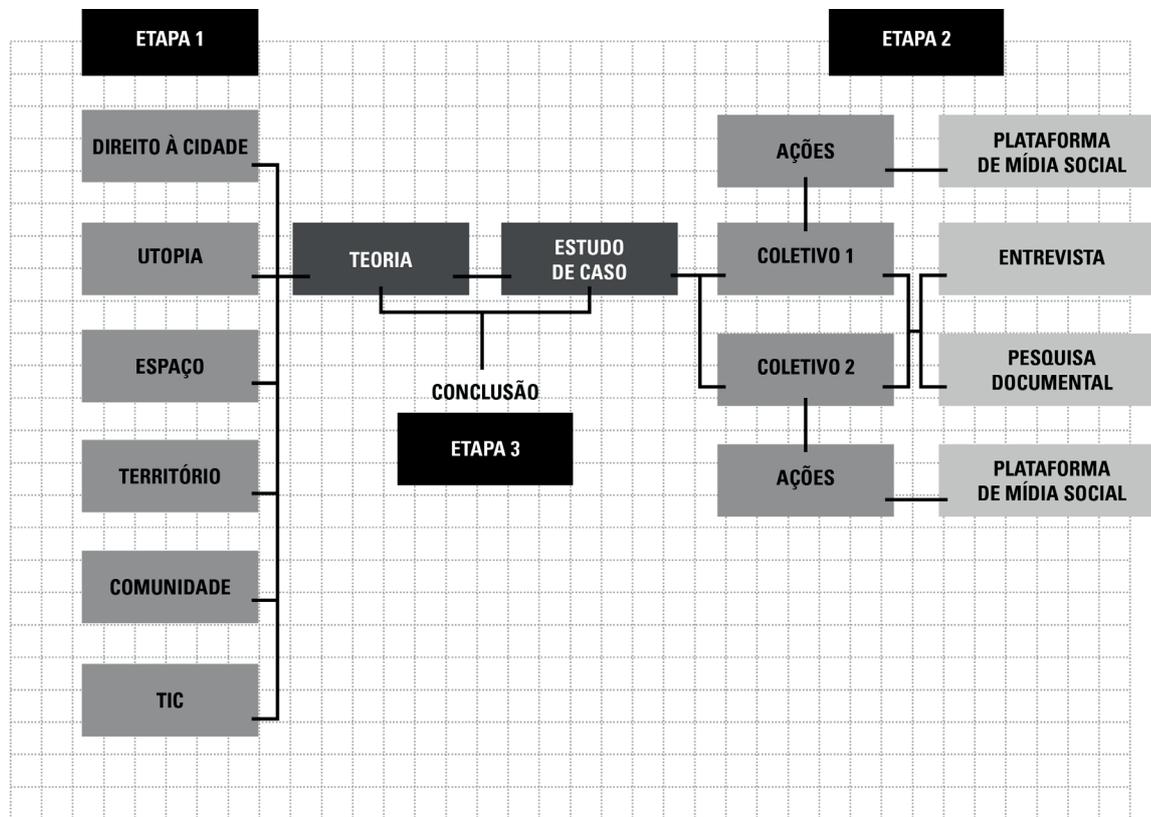


Figura 1: Estratégia de pesquisa (autora)

- Análise das ações, mediadas pelas TIC, organizadas pelos coletivos urbanos com atuação no espaço público da cidade de Porto Alegre no período entre 2012 e 2015.
- Entrevistas semiestruturadas com os idealizadores dos coletivos.
- Pesquisa documental.
- **Etapa 3 - Conclusão**
  - Identificar, a partir do estudo de caso, as discussões estético-políticas resultantes e uma possível contribuição ao planejamento urbano.

## **DEFINIÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO - ESTUDO DE CASO**

A escolha por ações mediadas pelas TIC, via mídias digitais<sup>2</sup>, dentre o conjunto de ações que ocorrem no espaço público deve-se às especificidades deste meio de comunicação, bastante popular e democrático, que tem captado o interesse de um grande número de pessoas dentre as quais muitas não participariam das ações públicas fora da rede. Sua flexibilidade e seu amplo raio de ação possibilitam driblar alguns controles, rompendo com certos limites e possibilitando ações capazes de ativar os espaços públicos da cidade.

---

<sup>2</sup> Oposta à mídia analógica, a mídia digital pode ser definida como o conjunto de veículos e aparelhos de comunicação baseado em tecnologias digitais. Qualquer mídia que utiliza como meio um computador ou equipamento digital para criar, explorar, finalizar ou dar continuidade a um projeto que tem como suporte a internet.

Entende-se, provisoriamente, nesta tese que os coletivos urbanos se constituem como um novo tipo de organização não governamental que constrói ações sobre a cidade e tencionam o modelo centralizado de poder, produzindo novos sentidos coletivos e narrativas urbanas. O recorte espaço-temporal proposto considera:

- coletivos com atuação no espaço público da cidade de Porto Alegre;
- coletivos cuja articulação acontece via plataformas de mídias sociais;
- coletivos com ações mediadas entre o período de 2012 a 2015, uma vez que 2012 foi o ano que registrou o maior número de novos coletivos fundados nas mídias sociais;
- coletivos que tenham como objetivo ativar o espaço público despertando o senso de comunidade e de pertencimento a um espaço de direito.

Entre os muitos coletivos com atuação no espaço público na cidade de Porto Alegre, destacam-se aqueles cujas ações partem do desejo utópico de uma transformação. Um desejo organizado por um grupo que, articulado em rede, prolifera a ideia de participação, viabilizando ações concretas no espaço público e trazendo a quem entra em contato com elas o senso de comunidade e de pertencimento a um espaço de direito.

Vários coletivos atuaram, entre 2012 e 2015, na cidade de Porto Alegre com diferentes motivações, entre eles:

- *Cabaré do Verbo*, fundado em 2008, reúne mais de 350 artistas com o objetivo de implementar e realizar atividades culturais continuadas.
- *Coletivo Pi* (2009), realiza intervenções urbanas efêmeras utilizando diferentes linguagens, tais como teatro e performance.
- *Núcleo Urbanóide* (2009), tem como objetivo executar projetos criativos de autoria própria a partir da street-art.
- *Shoot the Shit* (2010), coletivo criativo de comunicação para impacto social cujo objetivo é idealizar projetos para comunicar causas de organizações.
- *Raíz Urbana* (2012), realiza ações de incentivo à conscientização e produção de alimentos urbanos.
- *RUA* (2012), coletivo criativo de arte cujo objetivo geral é promover intervenções urbanas para que as pessoas se apropriem e vivam a cidade.
- *Projeto Vizinhança* (2012), coletivo cuja iniciativa busca ativar espaços ociosos da cidade, transformando-os através da participação coletiva em lugares, palco de novas experiências, estimulando a convivência.
- *Passagem com Arte* (2012), coletivo que na busca por mudanças, propõe que os espaços públicos de passagem na cidade de Porto Alegre sejam valorizados e ressignificados.
- *Curativos urbanos* (2012), coletivo sem fins lucrativos que realiza projetos urbanos e intervenções urbanas participativas e divertidas para incentivar as pessoas a transformar a cidade.

- *Cidade Baixa em Alta* (2012), projeto cultural da Associação de Comerciantes do Bairro Cidade Baixa, com apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o grupo tem como objetivo trazer de volta ao bairro cultura, entretenimento, música e diversão.
- *Smile the Flame* (2013), coletivo que tem como objetivo impactar positivamente a sociedade através de projetos divertidos e descontraídos.
- *BO Coletivo* (2013), coletivo de ativismo urbano que tem como tema a segurança pública.

Entre os coletivos relacionados acima, nem todos contribuem com o objetivo desta pesquisa. Após um breve agrupamento das ações, foi possível classificá-las em diferentes categorias, identificando-as como:

- (i) **ações publicitárias** - a cidade como mídia;
- (ii) **ações artísticas** - valorização e questionamentos;
- (iii) **ações de denúncia** - problemas relacionados à infraestrutura, segurança pública, etc.;
- (iv) **ações de sensibilização e valorização do senso de pertencimento.**

Considerando o objetivo desta tese, eliminam-se os coletivos com ações de caráter publicitário uma vez que se entende que as ações propostas com este perfil têm a

intenção de utilizar a cidade como mídia ao invés de expor uma problemática urbana e convidar o indivíduo a fazer parte de uma rede capaz de gerar ações e transformar o espaço público. Os coletivos com ações exclusivamente de denúncia também serão eliminados já que a denúncia sem ação não resulta de uma articulação em rede cujos participantes são movidos, pelo senso de comunidade, a transformar o espaço público. As ações de denúncia, muitas vezes representam a insatisfação individual e pontual com relação a algum serviço ou infraestrutura urbana, não sendo assim o foco desta pesquisa. O mesmo se aplica para as ações exclusivamente de cunho artístico; com grande potencial de reflexão, as ações artísticas questionam e transformam o espaço público através da arte, rompendo regras e convidando o indivíduo a refletir. No entanto, as ações artísticas que não geram uma mobilização e um engajamento, podendo ser entendidas como intervenções artísticas, também não correspondem ao objetivo desta pesquisa.

A quarta categoria, indicada como ações de sensibilização e valorização do senso de pertencimento reforça a noção de comunidade aqui perseguida, evidenciando as ações de cunho ativista com o objetivo de despertar no indivíduo o senso de pertencimento ao espaço público e conseqüentemente uma valorização destes espaços favorecendo a construção de novas narrativas urbanas e novas subjetividades.

Assim, a partir do recorte espaço-temporal definido, identificam-se dois coletivos urbanos cuja proposta das ações contribui com o objetivo desta pesquisa, uma vez que propõem ações de sensibilização, cujo objetivo é despertar o senso de cidadania, comunidade e pertencimento, numa tentativa de transformar e valorizar o espaço público.

O primeiro coletivo selecionado para o estudo de caso se chama *RUA - Rastro Urbano de Amor*. RUA é um coletivo criativo de arte social formado por jovens que buscam reunir pessoas para transformar a cidade em um lugar mais aprazível, poético e humano. O objetivo geral é promover intervenções urbanas para que as pessoas se apropriem e vivam a cidade, intervindo positivamente na rotina das pessoas.

As ações urbanas propostas pelo coletivo têm a intenção de levar às pessoas a possibilidade de novas experiências com a cidade, através de eventos e/ou intervenções no espaço público. Entre as ações realizadas estão:

As intervenções:

**Aqui Bate Um Coração** - com o claro objetivo de proporcionar uma experiência urbana envolvendo as pessoas, as intervenções atuam como um dispositivo capaz de reconectar e transformar a relação das pessoas com a cidade. *Aqui Bate Um Coração* é uma intervenção que aconteceu em mais de 50 cidades do mundo e iniciou em 2012 com um grupo de amigos que questionou o modo como as pessoas levam suas vidas nos centros urbanos. Em Porto Alegre foi o coletivo RUA o responsável pela organização da intervenção. A ideia do grupo foi provocar um novo olhar sobre a cidade. O coração, enquanto signo universal, é o laço emocional que o coletivo encontrou para, nesta ação, dialogar com as pessoas que parassem no meio do caos urbano para olhar a intervenção, convidando-as a refletir sobre o modo como vivem (fig.2 e fig.3)

O espaço público, enquanto espaço de direito, é o espaço escolhido para atuação pelo coletivo RUA. Segundo sua idealizadora, Heloisa Medeiros, o coletivo tem

através das suas ações o intuito de “chamar atenção de uma forma poética, dos problemas da cidade”. Segundo ela, o coletivo se organizava de forma bastante orgânica e horizontal, para de forma colaborativa fazer intervenções no espaço público da cidade. Foram várias ações, a primeira ação do coletivo, “Aqui bate um coração” (fig.4), teve como objetivo despertar a atenção para as estátuas e monumentos da cidade que estavam abandonados e longe da preocupação do poder público. Nesta ação, segundo Heloisa, também havia o desejo de democratizar a arte, tornando a arte, uma vez nesses espaços públicos, ao alcance de todos. O desejo de possibilitar o acesso livre

**Figura 2:** *Ação  
Aqui Bate Um  
Coração*





à arte, sem a necessidade de estar presente em um evento, ou dentro do teatro, do museu, pagando ingresso, foi um dos objetivos da ação. Houve um chamamento público aos artistas e uma ação coletiva buscando este despertar do poder público aos monumentos, enquanto elementos constituintes da história da cidade e que se encontravam abandonados. E também a possibilidade de levar a arte ao indivíduo comum, usuário do espaço público enquanto espaço de direito.

A noção de segurança patrimonial é de certa forma resgatada pelo coletivo em suas ações, e revela traços de violência e segregação, resultado de políticas públicas autoritárias e sem flexibilidade no seu diálogo. Assim, os espaços públicos sofrem uma deteriorização, quase que programada, resultado dos seus usos e programações.

**Figura 3:** *Ação  
Aqui Bate Um  
Coração*



**Figura 4:** *Ação  
Aqui Bate Um  
Coração, mo-  
numento Mario  
Quintana*

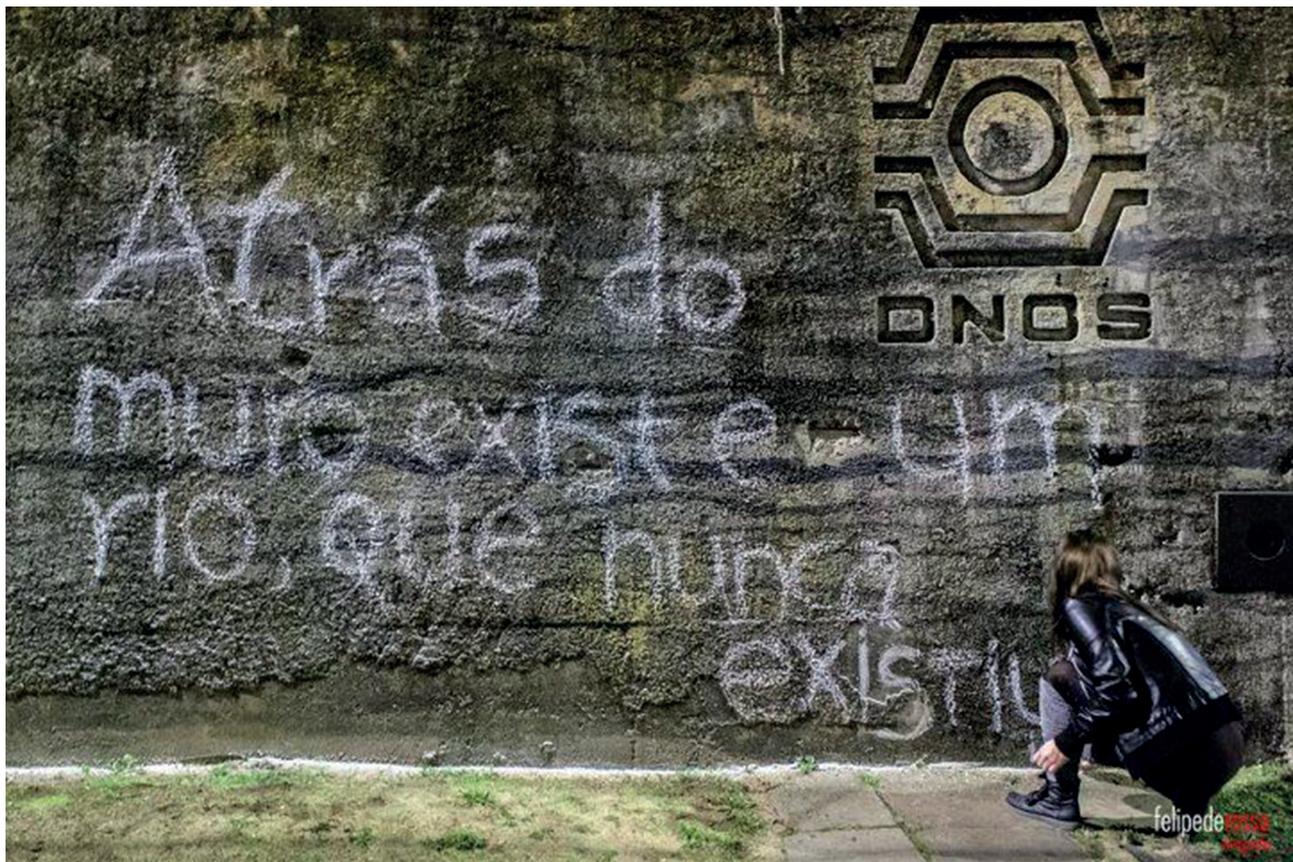
A cidade, produto das trocas humanas, constrói assim sua trajetória excludente – e é contra este cenário que as ações coletivas propostas pretendem atuar (LIMA, 2014).

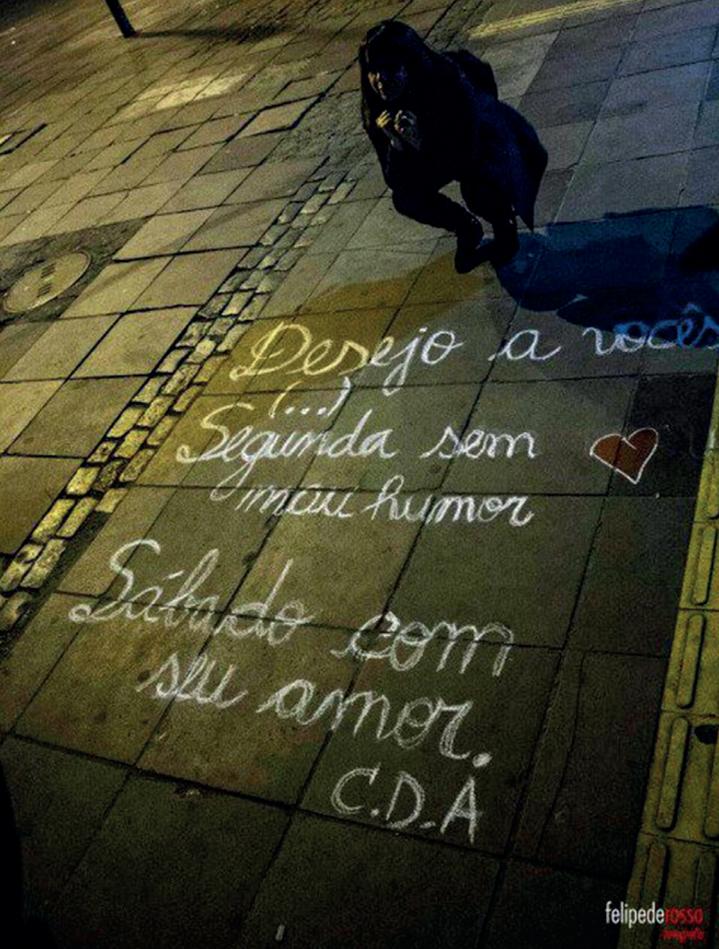
### **Poesia Ex-Pressa**

Poesia para quem tem pressa, foi uma ação que mapeou locais da cidade de Porto Alegre, alguns de grande importância e outros invisíveis aos olhos de quem passa, para escrever poesias e versos de autoria de Carlos Drummond de Andrade, Caetano Veloso, Arnaldo Antunes, entre outros. Foram 11 locais que ganharam os poemas: Escadaria da Borges, Mercado Público, Cine Capitólio e Coral, passando pelos bares Ocidente, Lancheria do Parque até faixas de segurança como no cruzamento das ruas 24 de outubro e Hilário Ribeiro (fig.5 e fig.6).

As duas ações anteriores, são entendidas aqui como ações que não geraram uma mobilização e um engajamento da sociedade em geral. São entendidas como intervenções artísticas e, por não estarem no recorte desta pesquisa, não serão estudadas com maior profundidade no capítulo 4 – capítulo reservado ao estudo de caso.

**Figura 5:** Ação  
*Poesia Ex-  
Pressa*





**Figura 6:** Ação Poesia Ex-Prés-sa

numa iniciativa também do coletivo RUA, o documentário foi exibido a céu aberto. Com a sua divulgação mediada pelas TIC, via redes sociais, a ação contou com um público de mais de mil pessoas na Praça da Matriz (fig.7).

Além das intervenções e da exibição do documentário, dois eventos marcam a atuação do coletivo RUA na cidade de Porto Alegre no período entre 2012 e 2015:

**Serenata Iluminada** - aconteceu em três edições, sob organização também deste coletivo e teve como objetivo ocupar o espaço público à noite, numa tentativa

A exibição do documentário Occupy Love:

**#occupylove** - Occupy Love cobriu diversos movimentos de rede, como a Primavera Árabe, 15 M na Espanha e Occupy Wall Street. O principal questionamento é: “Você acredita que o que estamos vivendo é o início de uma história de amor das pessoas com o mundo?”. No dia 14 de abril de 2013, o documentário foi lançado em mais de 80 países. Em Porto Alegre,

de conscientização e despertar para uma apropriação dos parques durante a noite, quando se tornam áreas não utilizadas da cidade. Serenata Redenção Iluminada teve também o objetivo de evidenciar ao poder público a necessidade de melhorias na iluminação e segurança do parque. Entendendo que um espaço público se torna seguro quando há ocupação pacífica e cultural, a ação buscou dar um novo significado e uso para o local (fig.8).

**Figura 8:** *Ação Serenata Redenção Iluminada*

Toda a articulação para que a ação acontecesse foi mediada pelas TIC, via rede social (Facebook). Na primeira ação, que aconteceu dia 01 de junho de 2012 estiveram presentes 1.500 pessoas, na segunda ação, que aconteceu dia 23 de junho do mesmo ano, (com temática junina) foram mais de 4.000 participantes.



**Figura 7:**  
*Documentário Occupy Love*



**Do Sonho Uma Ponte** - também teve a sua organização e divulgação via rede social. Foi um encontro coletivo de ocupação poética de um monumento urbano da cidade de Porto Alegre - a Ponte de Pedra - Ponte dos Açores. Patrimônio da cidade e expressivo testemunho da cidade antiga e sua história, foi ocupada por mais de 400

peças numa ação que trouxe para um lugar esquecido da cidade, novos olhares e novas possibilidades de uso. O evento contou com banda de jazz, sarau com poesias em árvores, cinema ao ar livre e piquinique colaborativo. Em novembro de 2013, a segunda edição teve a participação de mais de 700 pessoas no Largo, também com a participação de bandas, performances de dança e teatro entre outras atividades que contribuíram para transformar o espaço e resgatar a memória da cidade (fig.9 e fig.10).

O segundo coletivo, *Projeto Vizinhança - Novas experiências no espaço ao lado*, é um coletivo cuja iniciativa busca ativar espaços ociosos da cidade, transformando-os através da participação coletiva em lugares, palco de novas experiências, estimulando a convivência entre vizinhos e a troca de aprendizagem em um ambiente lúdico e

**Figura 9:**  
*Ação Do Sonho*  
*Uma Ponte*

**Figura 10:**  
*Ação Do Sonho*  
*Uma Ponte*



informal. As sete primeiras edições do projeto aconteceram entre agosto de 2012 e maio de 2014 e mobilizaram mais de 3.000 pessoas em uma série de atividades artístico-culturais. Entre as ações propostas estão:

**Café na Calçada** - ocupação de um espaço público da cidade com o convite de construir coletivamente um café da manhã comunitário, ocupando as calçadas e resgatando o conceito de vizinhança (fig.11).

**Projeto Vizinhança** – tem como proposta ativar espaços ociosos da cidade, públicos ou privados, transformando-os através da participação coletiva e estimulando a convivência (fig.12).

**Figura 11:** *Café na Calçada, 7ª edição*



**Figura 12:**  
*Projeto Vi-*  
*zinhança, 3º*  
*edição*

**(des)dobramentos** - exposição organizada de forma coletiva, convidando todos que já participaram dos eventos Projeto Vizinhança e Café na Calçada a compartilharem suas fotos e memórias em um evento aberto ao público.



## INSTRUMENTOS DA METODOLOGIA

Para atender aos objetivos específicos, os procedimentos metodológicos foram os seguintes:

**Objetivo específico 1:** mapear os *coletivos urbanos* com ações mediadas pelas TIC e atuação no espaço público de Porto Alegre/RS.

Procedimentos:

- Internet (sites de busca) - será utilizada como instrumento para:
  - identificação dos coletivos urbanos com atuação no espaço público da cidade de Porto Alegre no período de 2012 a 2015;
  - localização de documentos e registros das ações propostas pelos coletivos.

**Objetivo específico 2:** mapear *as ações* dos coletivos urbanos na plataforma e no espaço público em Porto Alegre.

Procedimentos:

- Internet (sites de busca)
- Jornal local - consulta à informações e registros das ações no jornal local de maior circulação, Zero Hora, no período entre 2012 e 2015.

**Objetivo específico 3:** mapear *as plataformas de mídias sociais* existentes atualmente.

**Objetivo específico 4:** definir, enquanto instrumento de articulação dos coletivos urbanos, uma *plataforma para estudo*.

### Procedimentos:

- Internet: será o instrumento de pesquisa utilizado para fazer o mapeamento das plataformas de mídias sociais existentes atualmente. Será definida uma plataforma para estudo, sendo o principal critério aquela cujos coletivos tem maior interação. Assim, dentro do recorte espaço-temporal proposto, será de maior relevância a plataforma de mídia social mais utilizada pelos coletivos para a organização de uma rede de interação, comunicação e divulgação das ações propostas.

As plataformas de mídias sociais são sistemas projetados para possibilitar a interação social em rede a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos mais diversos formatos. As plataformas de mídia social são classificadas, de forma geral, em:

- plataformas de comunicação: blogs (ex. Blogspot, Tumblr), microblogs (ex. Twitter, Snapchat), redes sociais (ex. Facebook)
- plataformas multimídia: compartilhamento de fotos (ex. Instagram, Pinterest), vídeos (ex. You Tube, Vímeo), áudio e livecasting.
- plataformas de entretenimento: mundos virtuais (ex. Second Life), jogos online.
- plataformas colaborativas: wikis (ex. Wikipedia), social

bookmarking, social news e sites de opiniões.

- mídias sociais: serão utilizadas como instrumento de pesquisa para identificação da plataforma de mídia social de maior impacto para articulação em rede e organização dos eventos e ações propostas pelos coletivos.

**Objetivo específico 5:** investigar como os agenciamentos sociais, mediados pelas TIC, ativam o espaço público de Porto Alegre.

Procedimentos:

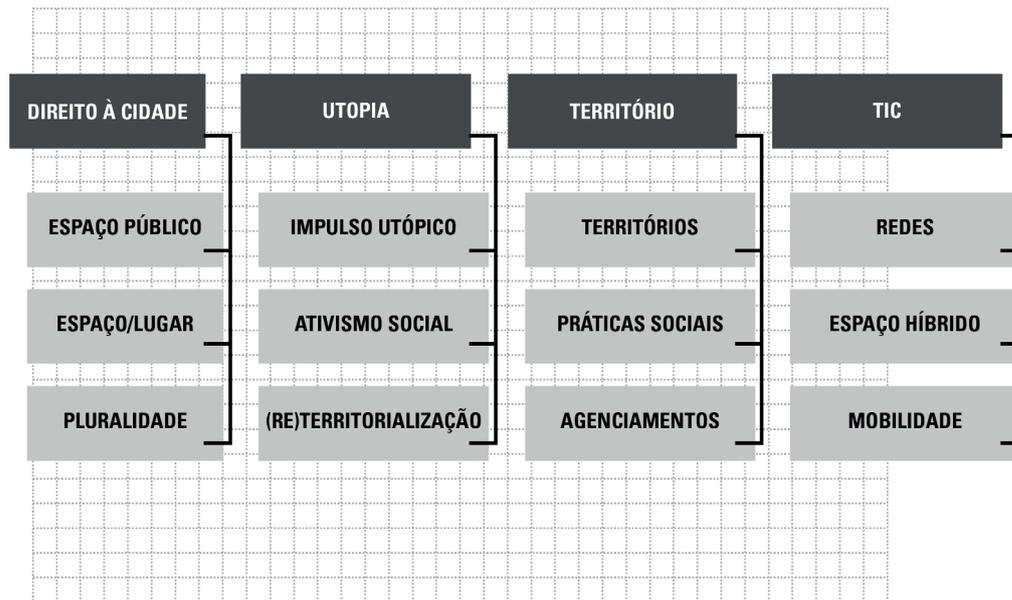
- Para esta etapa, as redes sociais serão utilizadas como canal de comunicação para contatar os coletivos e buscar, via banco de dados digital, os registros, motivações e repercussões das ações mediadas no período de 2012 a 2015;
- A análise das ações será feita via mídias digitais e através de entrevistas com os idealizadores dos coletivos urbano.

A modalidade da entrevista, enquanto técnica de pesquisa para coleta de informações, dados e evidências, tem o objetivo de compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, além de constituir uma etapa da metodologia. A entrevista é semiestruturada e está organizada a partir dos conceitos teóricos apresentados a seguir. Além do roteiro pré-estabelecido de perguntas, tem-se a liberdade de acrescentar novas questões durante o encontro. Essa abertura ocorre para possibilitar o acréscimo de informações não pré-estabelecidas.

A entrevista com os idealizadores dos coletivos será organizada a partir dos seguintes conceitos teóricos: direito à cidade, utopia, práticas sociais (comunidade e pertencimento), TIC. Para cada conceito foram elencadas algumas questões chaves que servem para orientar a coleta de dados, aumentando o nível de complexidade. Segue abaixo o esquema proposto (fig.13), com os principais conceitos e palavras-chave.

A partir dos conceitos e palavras-chaves, foram elaborados os questionamentos referentes a cada eixo teórico/capítulo da tese, constituindo assim uma moldura teórica (fig.14).

A partir dos dados coletados nas entrevistas e na pesquisa documental, preten-



**Figura 13:**  
Conceitos e  
palavras-chave  
(autora)

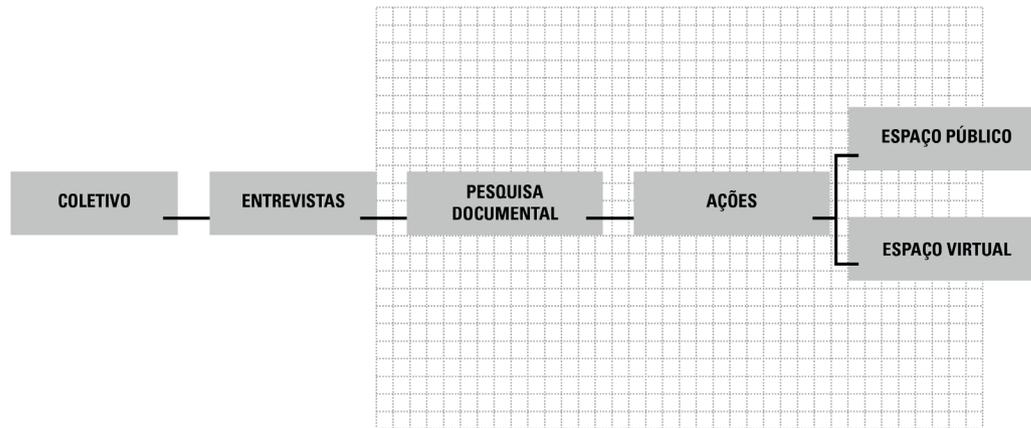
de-se cruzá-los com o objetivo de verificar como as informações obtidas com os idealizadores dos coletivos ocorrem no espaço público, enquanto ação ou evento, e no espaço virtual (fig.15).

### MOLDURA TEÓRICA

FORMULAÇÃO TEÓRICA		DIMENSÕES ANALÍTICAS	
1	Direito à cidade	1.1 Formas de apropriação	As ações propostas tem como objetivo ativar o espaço público? De que forma?
	Utopia		Por que o coletivo escolheu trabalhar com o espaço público?
	Espaço público	1.2 Ações políticas na cidade (conscientização)	As ações propostas buscam um ativismo social?
			As ações propostas partem de um impulso utópico?
2	Espaço	2.1 Produção de novos espaços	De maneira geral, quais transformações são perseguidas com as ações propostas?
	Lugar		Que tipo de impacto é esperado que as ações gerem sobre a cidade?
	Território	2.2 Sentido de pertencimento	De que forma as ações propostas buscam despertar o senso de comunidade e pertencimento?
			Quais relações entre indivíduos e espaço público as ações buscam construir?
3	TIC	3.1 Redes	Como acontecem os agenciamentos propostos pelo coletivo?
			Por que o Coletivo optou por trabalhar com mídias/redes sociais?
		3.1 Continuidade das ações na rede	Qual o objetivo das ações serem mediadas pelas TIC?
			Há uma continuidade das ações na rede após a sua realização no espaço público? Como acontecem?

**Figura 14:**  
Moldura teórica  
(autora)

**Objetivo específico 6:** investigar as discussões estético-políticas resultantes de tais agenciamentos e o seu impacto no espaço público, a fim de identificar uma possível contribuição ao planejamento urbano.



**Figura 15:**  
*Estratégia de  
análise (autor)*

Com a conclusão da pesquisa empírica, segue-se para uma etapa de interpretação das informações coletadas, utilizando-se a matriz teórica referenciada e o resgate dos conceitos fundamentais desta tese.

do sonho, uma ponte

DIREITO À CIDADE , UTOPIA

O PONTO

*DE* ***PARTIDA***



ESPAÇO PÚBLICO, UTOPIA, DIREITO À CIDADE

## O PONTO DE PARTIDA

### 2.1 Percurso Teórico

Com o objetivo de revisitar conceitos importantes para esta tese, e compreender a relação entre TIC e espaço público, este primeiro capítulo aborda: (i) a noção de direito à cidade, segundo Henri Lefebvre; (ii) o conceito de utopia seguindo a esteira de Ernst Bloch; (iii) o conceito de espaço público.

Assim, este capítulo resgata inicialmente a noção de *direito à cidade*, segundo o teórico Henri Lefebvre para quem o direito à cidade representa um direito à liberdade e um direito à apropriação. Em seguida, trata do sentido da expressão *impulso utópico*, suas variantes e desdobramentos, e a sua relação com o espaço público e com a noção de direito à cidade. Por fim, apresenta o conceito de espaço público, entendido aqui como o espaço de direito.

O entendimento de Henri Lefebvre sobre cidade estará, nesta tese, relacionado com o conceito de impulso utópico descrito por Ernst Bloch e atualizado por autores como David Harvey. Em seu livro *Espaços de Esperança*, Harvey busca resgatar o discurso de um impulso utópico de mudança, de conscientização e de ação política na cidade, discurso presente também nos escritos de Lefebvre (*O direito à cidade*, de 1968) e de Bloch (*O Princípio Esperança*, de 1959).

Reconhecido por seu legado sobre utopia e esperança, Bloch resgata a complexidade que a acepção do termo utopia requer, se abstendo de determinar categorias ou restrições a este conceito. Para o autor as experiências, no presente, refletem um desejo que ainda não se revelou. Assim, abordando as diferentes acepções de utopia, buscando os princípios norteadores do impulso utópico que regem cada linha teórica, busca-se, além de recuperar o conceito de utopia, desvincular este conceito de associações imediatas com estruturas prontas e fantasiosas. E dessa forma contribuir para um entendimento transdisciplinar, que considere a relação entre TIC e espaços públicos, a partir de uma ruptura de paradigmas e que seja capaz de identificar novas narrativas urbanas.



## 2.2 O Direito à Cidade

Em seu livro, *Direito à Cidade*, Lefebvre lança sua crítica à visão metafísica do urbanismo das décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial, onde os problemas sociais são reduzidos a questões espaciais e a arquitetura se coloca como mera embelezadora de paisagens. As cidades clamavam por direitos coletivos na emergência de diversos movimentos sociais que colocavam a necessidade de se refazer o espaço público. Para o autor, a visão alienante que torna os problemas de urbanização uma questão apenas técnico-administrativa, acaba por alienar os cidadãos, uma vez que estes deixam de ser sujeitos do espaço social.

Quando o homem é excluído do espaço público, do seu direito de habitar, este espaço deixa de ser humano. O direito à cidade, para Lefebvre, não se realiza apenas no direito à moradia e a outros bens materiais, mas sim na politização da produção social do espaço, quando o espaço assume a ótica dos cidadãos, firmando o direito à cidade na sua busca pelo direito de criação do espaço social. “O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora” (HARVEY, 2014, p.28).

Ao analisar o percurso histórico das cidades pós-industriais Lefebvre (2008) expõe sobre uma necessidade não prevista no planejamento, uma necessidade fundamental de atividade criadora, geradora, além de bens materiais - de bens simbólicos. Tais relações, quando produzidas, acontecem a partir de condutas cotidianas em espaços de convívio, como no espaço público, por exemplo. Neste contexto a atuação dos coletivos urbanos se constitui como uma nova possibilidade, uma atividade criativa, de ruptura do sistema dominante, capaz de demonstrar a possibilidade de transformação do espaço público e de construção de novas narrativas simbólicas.

Segundo Lefebvre, “a cidade emite e recebe mensagens” (2008, p.68); existe, portanto, uma linguagem própria do ambiente urbano, com seus significantes e seus significados. A cidade é para Lefebvre “como uma incubadora de ideias, ideais e movimentos revolucionários” (HARVEY, 2014, p.21). Segundo o autor, o “urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma” (1986, p.159), enquanto a cidade “é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (1972, p.65) ou “a projeção da sociedade sobre um local” (2008, p.56). O urbano pode ser entendido

como uma temática, uma problemática onde a articulação entre teoria e prática são necessárias. A cidade, por sua vez, vem da história e envolve a organização político-econômica, cultural e militar e tornou-se um lócus da reprodução social.

O direito à cidade, segundo Lefebvre, remete à possibilidade de romper com a sociedade da indiferença e caminhar para uma nova forma de produção do espaço urbano, marcada pela interação igualitária de diversos ritmos de vida e expressão das diferentes formas de apropriação do espaço. A intervenção transformadora desse espaço é ciente da sua historicidade e procura no tempo a sua reconstrução a partir das tensões entre as experiências do real e as utopias construídas a partir delas.

O direito à cidade é uma utopia, uma plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares contra a lógica capitalista de produção da cidade. O direito à cidade, para Lefebvre, se refere ao direito que o cidadão tem de ter uma vida melhor, mais digna, em uma sociedade onde a lógica de produção do espaço esteja relacionada ao uso destes espaços.

Assim, se a cidade, como afirma o autor, se constitui em um espaço de encontros potencialmente conflituosos, o urbanismo colocado em prática deve garantir o que de mais característico tem a vida urbana: os espaços de encontro e de convívio das diferentes classes e grupos sociais. Segundo o autor, “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 22).

Há um controle e uma ordem imposta pelo Estado que tornam os cidadãos mais objetos do que sujeitos do espaço social. O Estado autoritário ao mesmo tempo em que busca resolver necessidades materiais e de infraestrutura, priva as pessoas da condição de sujeitos da construção da sua própria cidade. Lefebvre distingue *citadins* (todos os habitantes da cidade) de *citoyens* (aqueles a quem o Estado reconhece a cidadania política), esclarecendo que o direito à cidade é de todos os seus habitantes, independente de seu reconhecimento legal como cidadãos.

Dessa forma, em oposição à perspectiva administrativa, Lefebvre politiza a produção social do espaço. A concepção de cidadania enquanto forma de controle das pessoas sobre a forma de habitar a cidade. A cidadania enquanto fruto da coletividade, onde cada indivíduo e comunidade tem liberdade para manifestar sua diferença. Assim, o que vale é a apropriação do espaço pelos cidadãos e a sua transformação em prol das necessidades e possibilidades da coletividade. Apropriação, que deve ser entendida aqui não como propriedade, mas como uso, e que deve acontecer coletivamente como condição de possibilidade à apropriação individual.

Henri Lefebvre define a cidade como “[...] o lugar das metamorfoses e dos encontros, o espaço teatral que mistura o ilusório e o real, que simula a apropriação [...] - onde enfim o capital vitorioso parece ter descoberto o trabalho humano como fonte de riqueza” (LEFEBVRE, 1999, p.36). O direito à cidade proposto por Lefebvre (2008) carrega em si um sentido utópico - há um desejo de transformar a cidade a partir de melhores ideias e experiências que a tornem mais humana e viva. Este desejo carrega em si um valor simbólico; ao darmos à cidade um valor de pertencimento, a cidade passa a ser ressignificada a partir dos nossos desejos. Para Lefebvre (2008), as

idades são o ambiente natural do homem contemporâneo, são o lugar da realização de sonhos e desejos e, portanto, um espaço vivo.

Segundo o autor, utopia é um desejo expressivo, algo a ser realizado, pronto para ser posto em prática. Assim, o novo urbanismo, idealizado por Lefebvre, é o da *utopia experimental*. Essa utopia experimental deverá partir dos problemas concretos da vida urbana, e deve ser submetida à crítica e à imaginação de novas estratégias para a solução dos problemas sociais. Para o autor, a cidade pode ser reinventada a partir da contribuição do trabalho profissional, das artes, lazer, cultura, etc.

A utopia experimental, proposta por Lefebvre, é uma forma de agir articulada, e que poderá fazer da utopia algo real e assim contribuir para o combate às desigualdades presentes nas cidades contemporâneas. Uma alternativa viável para ressignificarmos o ambiente urbano e assim experimentarmos novas possibilidades. Para Lefebvre a utopia experimental é a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade daquilo que poderia ser outro mundo.

Assim, o direito à cidade deve ser uma tarefa fundamental de um movimento revolucionário de ampla ação. “Reivindicar o direito à cidade [...] equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como as nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (HARVEY, 2014, p. 30). A oposição à cidade do capital, proposta por Lefebvre (2008), não será somente a cidade do trabalho, mas a cidade da festa, da confraternização, um espaço de livre manifestação.

Há na relação entre as TIC e o usuário da cidade contemporânea a possibilidade de transformar o espaço público num lugar de “encontro dos diferentes”, de livre participação junto à comunidade. Dessa maneira, as redes digitais podem se constituir em um espaço de agir, onde novas experiências e a troca entre os diferentes se encontram e ressignificam o espaço urbano - como propõe a utopia experimental de Henri Lefebvre.

Os eventos, articulados em rede, via redes sociais e mediados pelas TIC, se propagam pelas cidades. Os coletivos urbanos e as ações propostas por estes grupos, via rede digital, desafiam o poder hegemônico do Estado e transformam o espaço público. “O direito à cidade é [...] um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual [...]” (HARVEY, 2013, p.1). Espera-se que o direito à cidade signifique a capacidade dos indivíduos e grupos sociais de incidirem nas políticas, com efetiva participação nas decisões que lhes afetam diretamente na gestão pública do território.



## 2.3 Utopia e Heterotopia

Reconhecido por seu legado sobre utopia e esperança, Bloch resgata a complexidade que a acepção do termo utopia requer, se abstendo de determinar categorias ou restrições a este conceito. Para o autor as experiências, no presente, refletem um desejar

que ainda não se revelou. O utópico não é caracterizado pelo significado limitado do que é abstrato, mas pela possibilidade de ultrapassar o que nos é apresentado como sendo o fluxo natural dos acontecimentos (COSTA, 2009).

O homem é alguém que ainda tem muito pela frente. No seu trabalho e através dele, ele é constantemente remodelado. Ele está constantemente a frente, topando com limites que já não são mais limites; tomando consciência deles, ele os ultrapassa. (BLOCH, 2005, V.1, p.243 apud COSTA, 2009, p.3)

O conceito de utopia foi interpretado por muitos autores desde que foi criado em 1516 como título do livro escrito por Tomás Morus. Porém, será tratado aqui, seguindo a esteira de Bloch, como um sentimento necessário e autêntico dos seres humanos, vinculado ao sonhar para a frente - um sonhar atento ao que está posto no presente, justamente para poder ultrapassá-lo. Segundo Bloch, “a utopia não é algo fantasioso, simples produto da imaginação, mas possui uma base real, com funções abertas à reestruturação da sociedade, abrangendo a militância do sujeito, engajado em mudanças concretas, visando à nova sociedade” (2005, p.c36). O filósofo, a partir da ideia de impulso utópico, difere utopia de concepções usuais que a relacionam com ausência de realidade e que ao desvincular-se da realidade circundante, conectando-se a um amanhã imaginário e ideal, aliena o sujeito quando justamente o que se quer é mobilizá-lo.

Por sua tentativa de manter vivo o impulso utópico como Bloch entende e por sua contribuição teórica e política em relação às cidades de hoje, David Harvey é um dos autores que compõe a construção teórica deste eixo. Harvey destaca que as

utopias, historicamente, sempre foram ativadas como lugar privilegiado de discussão da realidade; vários exemplos de projetos chamados utópicos, segundo Harvey, são resultados da sensação de desconforto e frustração diante da negação a esse direito à cidade e aos desejos fundamentais do homem. Harvey distingue tais exemplos em dois grupos: as utopias da forma espacial e as utopias do processo social. As primeiras caracterizam-se pelo estabelecimento de uma realidade ideal e fixa, que nega mudanças sociais e transformações temporais inerentes a qualquer sociedade. As utopias do processo social, por outro lado, podem ser identificadas por sua fluidez permanente, gerando assim o que Harvey chama de “projetos interminavelmente abertos que nunca têm de chegar a um ponto conclusivo” (2004, p.229). Diante dos dois grupos, Harvey sugere que um terceiro grupo deveria sintetizar e mesclar os dois primeiros, unindo potencialidades - seriam as utopias dialéticas ou espaço-temporais

As utopias se configuram como espaços não existentes em que se investem expectativas individuais e coletivas, podendo ser entendida como um lugar virtual arquitetado pelo investimento de desejos. Assim, segundo Foucault, utopias

são os posicionamentos sem lugar real; são posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa. É a própria sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade, mas de qualquer forma, essas utopias são espaços que fundamentalmente são essencialmente irreais. (FOUCAULT, 2009 p.415)

Provavelmente, em todas as culturas, existam espaços reais – aqueles formados na própria fundação da sociedade, contra-lugares. São lugares sem lugar real; lugares que tem uma relação analógica direta ou invertida com o espaço real da sociedade.

Apresentam a sociedade numa forma aperfeiçoada, ou totalmente virada ao contrário; seja como for, as utopias são espaços fundamentalmente irreais.

Por serem diferentes de todos os lugares e por contraste às utopias, são chamados por Foucault de heterotopias. Segundo Foucault:

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, em qualquer civilização, lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais, todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. Esses lugares, por serem absolutamente diferentes de todos os posicionamentos que eles relem e dos quais eles falam, eu os chamarei, em oposição às utopias, de heterotopias. (FOUCAULT, 2009, p.415)

Assim, heterotopias, segundo Foucault (2013), podem ser entendidas como espaços das práticas plurais, resultado das práticas sócio espaciais cotidianas, cujos elementos fundamentam a existência de espaços outros. Espaços onde as relações de poder podem ser interpretadas através de práticas que buscam um equilíbrio entre a gestão institucional e aquilo que é re-apropriado, re-significado, modificado a partir das práticas cotidianas dos que produzem e reproduzem o espaço. Tais práticas, atualizam forças, dissensos e contradições entre interesses e significados distintos (RAMOS, 2010), uma vez que questionam, subvertem e transgridem a ordem institucional pré-estabelecida. “As heterotopias possuem uma função em relação ao resto do espaço,

e sempre conduzem à ideia de que a conjuntura não é imobilizadora, ao contrário, é por meio das fissuras na estrutura e das múltiplas possibilidades e caminhos contidos que é possível construir-se espaços outros” (RAMOS, 2010, p.10).

A definição de heterotopia, seguindo a esteira de Michel Foucault (2013), será revisada nesta tese com o objetivo de apontar a validade do conceito para a compreensão dos espaços públicos e das práticas espaciais contemporânea. As ações, mediadas pelas TIC, propostas pelos coletivos urbanos e as transformações do espaço público decorrentes de tais ocupações efêmeras podem se aproximar da ideia de heterotopia como foi elaborada e desenvolvida por Foucault. “Esses espaços outros, essas heterotopias urbanas, independentemente do julgamento e da interpretação do poder público (do Estado de direito) e da sociedade civil instituída, definem-se a partir de suas próprias posições ou contraposições, na medida em que questionam a realidade” (RAMOS, 2010, p.9).

As formas de ressignificação, apropriação e reterritorialização do espaço público, propostas pelas ações, podem ser identificadas nesse quadro teórico, como contribuições para a criação de enclaves insurgentes na cidade - heterotopias urbanas. Ao contrário das utopias tradicionais, que seriam espaços imaginários, imateriais e idealizados, as heterotopias remetem à concepção de espaço com uma abordagem espacial e interpretação plural da sociedade. Assim, as ações propostas pelos coletivos urbanos quando colocadas em prática, contribuem para a criação de heterotopias no espaço público na medida em que questionam, transformam e criam, ainda que temporariamente, novas narrativas urbanas, transgredindo a ordem institucional pré-estabelecida.

## 2.4 Espaço Público

O espaço público é um elemento indissociável do espaço urbano. Em conjunto com a arquitetura e a natureza, as ruas, praças, parques, etc. formam uma parte real da imagem da cidade. É um elemento representativo da cultura, economia e dos valores de um lugar - é parte da identidade urbana.

Os espaços públicos são vitais para as cidades, correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade. Sua definição está também fundamentada na ideia de encontro com o Outro, com o diferente. É o espaço onde as relações coletivas se fortalecem, possibilitando trocas fundamentais e o convívio com as diferenças. No âmbito do Urbanismo, o espaço público se configura como uma rede contínua que se estende por todo tecido urbano assumindo diferentes papéis: estabelece relações espaciais; é o suporte básico para a mobilidade urbana; constitui a referência do parcelamento do solo para a edificação e os usos primários; torna possível a expressão e a percepção interna da forma da cidade; provêm de espaços de representação e identificação do social, assim como para o ócio do cidadão (DARODA, 2012).

A relação do indivíduo com a cidade se constitui a partir do seu envolvimento com o espaço público. Segundo Tuan (1983, p.9), experiência “implica na capacidade de aprender a partir da própria vivência”. O usuário vivencia a cidade diariamente e essa relação se constitui de diferentes maneiras. O usuário que se desloca de automóvel, seguindo a velocidade das vias expressas, tende a estar mais atento ao ponto de chegada e menos ao caminho percorrido. Dessa forma, este usuário certamente constrói

um envolvimento diferente daquele que transita pelas ruas observando seus detalhes, contemplando a diversidade de usos e pessoas que compõem os espaços públicos.

A liberdade proporcionada pelos espaços públicos da cidade permite que os usuários reinventem práticas e maneiras de vivenciar o espaço. As relações sociais proporcionadas pelos espaços públicos e a liberdade desses espaços são vistas como movimentos capazes de expressar uma experiência do espaço. A construção e o conhecimento de uma realidade constituem o que Tuan (1983) entende por experiência. Para Certeau (1995), é essa experiência que interessa, quando possibilita pensar a cidade além da perspectiva dos controles e das estratégias, pois “o caminho para alcançar a cidade se faz pela experiência, pela vivência que se traduz numa permanente invenção do cotidiano”. Dessa forma, “o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelo pedestre” (CERTEAU, 1995, p.202).

O cotidiano, para Certeau (1995), torna-se uma forma de apropriação do lugar. O espaço como lugar praticado, pode ser compreendido quando o autor faz uma comparação entre o *voyeur* e o caminhante. O *voyeur*, descrito pelo autor, é o usuário do não-lugar uma vez que esse sujeito não vivencia o espaço, apenas o consome. Enquanto que, o caminhante é o sujeito que vive, pratica o lugar, reinventa o cotidiano, sendo capaz de escrever o texto urbano.

Outra figura muito curiosa e fascinante, personagem da Era Moderna, que ainda incita o pensamento urbano contemporâneo, o *flâneur* analisa a vida cotidiana, obser-

vando o que acontece ao seu redor na busca por algo mais perene no cenário urbano. Um observador que caminha tranquilamente pelas ruas na busca por novas percepções da cidade. Poeta francês, Charles Baudelaire, relata em sua obra, precisos e intensos fragmentos da vida social parisiense do século XIX, revelando sutis articulações do indivíduo moderno com o cenário urbano. O *flâneur* é o ser que vê o mundo de uma maneira particular, levando a vida para cada lugar que vê. Sua paixão é a exterioridade, na rua encontra o seu refúgio, desvincula-se da esfera privada, buscando sua identificação com a sociedade na qual convive. O *flâneur* é, portanto, o leitor da cidade e dos seus habitantes, e através dessa leitura tenta decifrar os sentidos da vida urbana, sendo permanentemente instigado pela transitoriedade da cidade.

Dessa forma, a apropriação transforma o espaço em lugar, ao contrário dos não-lugares, onde não há processos de uso, não há apropriações, logo, não há valor histórico ou cultural, sendo característica do não-lugar a linguagem universal e a ausência da prática do cotidiano. Cotidiano pode ser entendido como um conjunto de ações espacializantes, através das quais, o usuário constrói a familiaridade com o lugar. A experiência transforma o espaço em lugar, espaço este que passa a ter significado e memória. O cotidiano permite a vivência dos espaços; as ações cotidianas se constituem a partir da rotina dos indivíduos e dos seus movimentos pela cidade (DARODA, 2012). Cotidiano pode, portanto, ser entendido como uma dimensão espaço-temporal da experiência.

Lefebvre pensa o espaço como “a inscrição do tempo no mundo”: os ritmos da população urbana definem o cotidiano, formado por uma multiplicidade de momentos, com diferentes durações. Uma nova sociedade urbana nascerá da alteração

dos seus ritmos, propiciando o uso completo dos lugares. Torna-se necessário, contrariar a segregação e a padronização do cotidiano, através da oposição e da vivência de experiências alternativas, espontâneas, possíveis, por exemplo, através da arte, e por atividades lúdicas comunitárias, como encontros e eventos no espaço público. Para Lefebvre é através dessas formas de contracultura, da arte sobre a ciência, da criação sobre a repetição, que é possível restaurar a cidade como obra dos cidadãos. “Há no urbano uma multiplicidade de práticas prestes a transbordar possibilidades alternativas” (HARVEY, 2014, p.22).

Pensar a cidade; sempre provisória, dinâmica, imprevisível e paradoxal; pensar a cidade, seus trajetos, suas dinâmicas, suas tensões e suas relações, será poder pensar o conceito de espaço que interessa nesta tese. Será necessário um espaço, um discurso, um modo de ser para se ocupar a cidade que recorta subjetividades para que se transformem em novas composições.

A época atual será a época do espaço. Foucault (2009) enuncia no seu texto intitulado “Os outros espaços - Heterotopias”, que este é o momento da justaposição, de uma época do próximo e do distante, do dispersado e do volátil. Assim, a vida se tece numa rede que conecta os diversos pontos do mundo e se faz pelo entrecruzamento dos espaços. O conceito de heterotopia de Foucault reforça a ideia das práticas urbanas que ocupam os espaços e o tempo, procurando suas brechas, caminhos pouco ou nunca explorados, pouco sentidos ou explicitados. O diálogo com Foucault se torna fundamental para o impulso necessário vertido à questão dos espaços.





ESPAÇO, LUGAR E TERRITÓRIO

# *APON TAMEN TOS*



ESPAÇO, LUGAR E TERRITÓRIO

# APONTAMENTOS

## 3.1 Percurso Teórico

Este capítulo resgata a noção de espaço, lugar e território com o objetivo de compreender como as atuais práticas sociais mediadas pelas TIC transformam o espaço público. Inicialmente, Richard Sennett a partir da sua análise da sociedade, registrada no livro “O Declínio do Homem Público”, trata dos conceitos de público e privado, bem como da importância do espaço público enquanto espaço de pluralidade. Michel De Certeau introduz o conceito de *praticantes ordinários*, retratando aqueles que vivenciam a cidade e trazendo os conceitos de lugar e espaço como serão entendidos nesta tese.

Milton Santos e Manuel Castells, neste capítulo, permitem uma melhor compreensão acerca da materialidade do espaço, bem como da relação do espaço com as atuais práticas sociais - hoje, mediadas pelas tecnologias e redes digitais. Por fim, Gilles Deleuze e Félix Guattari definem o conceito de território como será aqui compreendido e Jacques Rancière conclui o capítulo trazendo questões relativas à política e estética no espaço público contemporâneo. Assim, neste capítulo, o espaço público aparece como objeto para compreender as novas complexidades em torno dos conceitos de espaço e território e suas práticas na cidade contemporânea.



## 3.2 Práticas sociais no espaço

O sociólogo Richard Sennett, em seu livro “O Declínio do Homem Público” (1988), elabora uma análise da sociedade, tecendo críticas e acusando-a de estar cada vez mais voltada para a vida privada e alheia aos benefícios que o contato cidadão pode proporcionar. Sennett afirma que a vida pública se transformou em uma obrigação formal já que as pessoas, em geral, buscam relacionar-se com os seus iguais.

Os espaços públicos da cidade vão assim se deteriorando, uma vez que, em sua essência, são compostos por diferentes tipos de pessoas e pela troca de ideias e diferentes perspectivas - pela pluralidade. Segundo Sennett (1988), o domínio público, conseqüentemente, o espaço público, estão perdendo a sua pluralidade e o seu caráter promotor de atividades diversas. Está também vazio de sentido, seja pela visão única dos indivíduos, seja pela configuração traçada pelos arquitetos e urbanistas.

O século XIX viveu mudanças significativas no domínio público. As grandes transformações econômicas e sociais provocadas pelo capitalismo trouxeram um maior isolamento. As cidades industriais viviam um período de grande desordem social e espacial e isso levou a população a se voltar para a vida privada. Por outro lado, a indústria se caracterizava pela produção padronizada fazendo com que o domínio público adquirisse uma certa semelhança material, mas não social.

Assim foi se delineando uma nova cultura urbana, na qual o público era visto como algo imoral e o privado, o domínio familiar, como o moralmente correto. Segundo Sennett, a mudança de centralidade do coletivo para o individual foi progressiva, e

paralelamente, a vida pública sofreu um esvaziamento. Esses processos “são resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana secular e capitalista” (SENNETT, 1988, p.30).

As formações do que Sennett chama de “comunidades destrutivas”, em que os homens temerosos a construir relações sociais se mantêm em micro-círculos sociais fechados, é uma visão de comunidade que exclui a possibilidade de se pensar em uma sociedade política ampla. Somente os indivíduos que compartilham dos mesmos códigos são vistos com simpatia, isso cria uma barreira para a política que vise ao bem social - “a procura por interesses comuns é destruída pela busca de uma identidade comum” (SENNETT, 1988, p.319).

Na visão de Sennett, o homem contemporâneo, como continuidade dos valores já introduzidos pelo momento moderno, teria se tornado mais passivo, mais individualista e intimista. Sua experiência passa a ser a do consumo, afastando qualquer outro propósito mais complexo, político ou comunitário, e rompendo o compromisso do homem com a sua cidade (SENNETT, 1988, p.19). O homem teria se tornado passivo, primeiramente, segundo o autor, por excesso de informação via mídia de massa, e depois pela experiência alienante do fragmentado espaço moderno. Os meios de comunicação de massa resultavam em uma sobrecarga de informações, imagens e experiências não vividas e consumidas, levando o homem à alienação e passividade em relação à vida real.

Vive-se o coletivo em espaços dedicados ao consumo, trabalha-se em edifícios comerciais ou instalações industriais fechadas em seus programas e funções; a pas-

sividade acontece também no deslocamento diário para a realização das atividades cotidianas (SENNETT, 1998, p.262). Esses deslocamentos, possibilitados pelos modernos meios de transporte, tendem a enfraquecer as relações com o espaço físico, uma vez que, em alta velocidade torna-se difícil prestar atenção na paisagem ou no Outro (SENNETT, 1998, p.16). Assim, o espaço torna-se lugar de passagem e deixa de ser lugar de experiência.

O homem estaria passando por uma crise tátil, em que seu corpo em deslocamento estaria perdendo ligações com outras pessoas e também com os lugares por onde se move (SENNETT, 1998, p.262). A proposição, segundo Sennett, é a instituição de uma vivência permeada pela ludicidade do jogo.

Os espaços públicos por comportarem, em tese, a vida pública, são repletos de significados; significados que juntamente com a materialidade e diferentes comportamentos, são fundamentais para a sua constituição. Nesse sentido, o espaço público, entendido aqui como o espaço de direito, que carrega consigo signos, memórias e identidades locais, pode expressar as condições de vida de uma cidade e se a cidadania se faz ou não presente. A definição de espaço público constitui-se, sobretudo, a partir do seu uso e apropriação.

Assim, mais do que um espaço regido por leis e cuja acessibilidade e gestão estão sob a Administração Pública, o espaço público é o espaço capaz de possibilitar a vida urbana através do seu uso pelos diferentes que nele se encontram e mostram que a cidade é um lugar de vivência, de trocas e de inovações. Um espaço público é representado pela intensidade das relações sociais que facilita, pela presença de dife-

rentes grupos e comportamentos e pela sua capacidade de estimular a identificação simbólica, a expressão e a integração cultural.

Michel De Certeau, em seu livro, *A invenção do cotidiano*, retrata aqueles que experimentam a cidade - ele os chama de praticantes ordinários das cidades. Certeau mostra que há um conhecimento espacial próprio desses praticantes, ou uma forma de apreensão, que se relaciona com um conhecimento lúdico, subjetivo (JACQUES, 2008).

Ao misturar-se à cidade, o indivíduo a experimenta. A experiência abrange, segundo Tuan (1983, p.9), “as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” e “implica na capacidade de aprender a partir da própria vivência”. O sentido de experiência segundo Tuan é análogo ao de prática segundo Certeau (1995, p.175). Para Certeau “para conhecer e lembrar de um lugar é preciso praticá-lo”. Através das “ações espacializantes”, as práticas do espaço no cotidiano “tecem as condições determinantes da vida social”. São estas ações que constroem a familiaridade com o espaço.

Segundo Certeau, lugar é “[...] uma configuração instantânea de posições. Implica uma relação de estabilidade” (1995, p.201); assim entende-se o lugar como ausente de significado. Por outro lado, o espaço pode ser entendido como a prática do lugar, ou seja, como os indivíduos o transformam a partir das suas ocupações, apropriações e vivências. Os diferentes modos do indivíduo se inserir no mundo por meio das práticas comunicacionais, da linguagem, ou mesmo de seus deslocamentos, constituem-se em significados e discursos. É a relação entre as interações dos indivíduos

e o mundo e as diferentes formas de apropriação que o indivíduo faz que diferencia lugares de espaços.

O espaço realiza-se quando vivenciado, assim, um lugar só se torna espaço na medida em que indivíduos exercem dinâmicas de movimento através do uso e assim o potencializam e o atualizam. Quando ocupado, o lugar é ativado e transformado, passando à condição de lugar praticado. Certeau refere-se a uma realização espacial do lugar, comparando o espaço à palavra e o lugar à enunciação - no momento em que a palavra é proferida, ela é atualizada. Cada enunciado, assim como cada passo, carrega marcas individuais que transformam esses rastros em um texto único que cada indivíduo escreve na cidade.

Segundo Certeau (1995, p.202), o espaço é “um lugar praticado”, assim, a rua geometricamente definida é um lugar transformado em espaço à medida que é praticado pelos pedestres. Há, portanto, a ideia de um abstrato que se particulariza através da prática; ao espaço se atribui o caráter de movimento e ao lugar o caráter de estabilidade.

Um lugar é uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. [...] Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. (CERTEAU, 1995, p.201- 202)

O lugar praticado depende das dinâmicas de deslocamentos de um coletivo para se ressignificar e atualizar-se constantemente. O dispositivo que transforma o lugar em espaço é efêmero e segundo Certeau, adquire esta condição a partir de uma vivência

temporal do indivíduo em determinado lugar. O espaço público só adquire identidade quando praticado pelos indivíduos através do contato físico, assim, as transições de um lugar ao outro, pelos coletivos praticantes das cidades, geram reverberações constantes nas passagens de lugar para “lugar praticado”.

Por fim, a experimentação do espaço, tanto para Michel De Certeau como para Richard Sennett, inicia a partir da aceitação de que as relações de poder são relações sociais de dominação e que contra esta dominação, que produz espaços e corpos de acordo com práticas e saberes hegemônicos, a prática cotidiana impõe sua inventividade (ANDRADE, 1996).



### 3.3 TIC e práticas sociais

O tempo da prática é o dia a dia - o tempo cotidiano. Na experiência, segundo Santos (1996), o espaço deixa de ser “simples materialidade” e o cotidiano deixa de ser mera dimensão temporal, convertendo-se em dimensão espacial:

O espaço ganhou uma nova dimensão: a espessura, a profundidade do acontecer, graças ao número e diversidade enormes dos objetos, [fixos], de que, hoje, é formado e ao número exponencial de ações, [fluxos], que o atravessam. [O cotidiano] é uma nova dimensão do espaço, uma verdadeira quinta dimensão. (SANTOS, 1996, p.17)

O cotidiano é assim entendido como um conjunto de ações - ações espacializantes - através das quais o indivíduo constrói sua relação com o espaço. Os espaços são vividos no cotidiano, como dimensão espaço-temporal da experiência. Santos e Certeau convergem ao falar de pequenos contratos no nível do cotidiano - as práticas e eventos solidários mencionados por Santos parecem se comunicar com as alianças microscópicas das quais vem falar Certeau. Este traz a ideia de espaço como lugar praticado, produzido pelas práticas cotidianas (1995, p.203).

Na conjuntura presente de uma contradição entre o modo coletivo de gestão e o modo individual de uma reapropriação, nem por isso essa pergunta deixa de ser essencial, caso se admita que as práticas do espaço tecem com efeito as condições determinantes da vida social. Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos - multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos - que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade. (CERTEAU, 1995, p. 162-163)

Para Santos, o cotidiano alimenta o saber local e “é a ponte para a produção de uma política” (SANTOS, 1996, p.21). Assim, o discurso do cotidiano é o discurso da política. Para Certeau, essas pequenas astúcias do cotidiano, caracterizam as maneiras de se reapropriar dos sistemas, permitindo à multidão anônima inversões e subversões de uma ordem estabelecida.

Segundo Santos (1978), o espaço pode ser entendido como um conjunto de formas que representam as relações sociais e por uma estrutura representada por relações que se manifestam através de diferentes processos e funções. Assim, o conceito de espaço não é tratado apenas como um reflexo do social, mas como um fator social (SAQUET, 2008)

(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia. (SANTOS, 1978, p.145)

O espaço, segundo Santos, corresponde à organização feita pelo homem, além da instância social. Assim, o espaço organizado também é uma forma resultante de diferentes variáveis:

(...) o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p.171)

Os processos sociais e tecnológicos modelam o espaço de acordo com os sistemas de fluxo que levam em consideração as ações e os objetos. Assim, o espaço é produto da organização da sociedade e é entendido como reflexo da sociedade global - o que o torna fator social e determinante das estruturas sociais (SANTOS, 1982). Os elementos do espaço são os homens, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas e através das interações entre os elementos, resgata-se a totalidade social (movimento, conflitos, contradições) - o espaço como um todo, e igualmente, a sociedade como um todo.

Os limites, a forma, a estrutura e função do espaço público formam parte de agenciamentos complexos e dinâmicos. Enquanto espaços de interação social, a sua existência torna-se imprescindível para as sociedades e para as cidades. Segundo

Castells (2013, p.11), “os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais”.

O espaço público abrange os lugares urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida comum: ruas, avenidas, praças, parques, etc. São bens públicos, carregados de significados, palco de disputas e conflitos e também festas e celebrações. Além disso, o termo faz referência à esfera pública, ao domínio dos processos políticos, das relações de poder e das formas que estas assumem na cidade contemporânea. O espaço público é a esfera da cidadania e da expressão política das forças sociais, até mesmo daquelas que pretendem a despolitização das relações humanas.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação provoca um impacto nas práticas sociais e na vivência e prática dos espaços públicos, uma vez que a medida que mudam a tecnologia e as aspirações humanas, novas conexões se tornam possíveis (SANTOS, 2009). Segundo Castells, a era da informação é responsável pela produção de uma nova forma urbana - a cidade informacional. As transformações da forma urbana dependem das características dos contextos históricos, territoriais e institucionais, enquanto que “a ênfase na interatividade entre os lugares rompe os padrões espaciais de comportamento em uma rede fluída de intercâmbios que forma a base para o surgimento de um novo tipo de espaço, o espaço de fluxos” (CASTELLS, 2003, p.487).

Para Santos (1978, 1985, 1996) forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos que devem ser empregados segundo um contexto. Quando tomados isoladamente, apresentam realidades limitadas do mundo. Porém, se considerados em conjunto, constroem uma base teórica e metodológica que permite a discussão dos fenômenos espaciais em uma totalidade e seus fundamentos. A forma é o aspecto visível do objeto, refere-se ao seu arranjo, que passa a constituir um padrão espacial; por exemplo, um espaço público. A função constitui uma atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto; por exemplo, a importância dos espaços públicos para a vida em comunidade. A estrutura, refere-se a forma como os objetos estão inter-relacionados sendo invisível e sem uma exterioridade imediata; por exemplo, as relações de alteridade que se dão no espaço público. E por fim, o processo, é uma ação que se realiza continuamente visando a um resultado qualquer. Por exemplo, os movimentos sociais e o *ciberativismo* enquanto nova modalidade de mobilização e participação da sociedade em rede.

As funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes podem ser entendidas aqui como a constituição de uma nova morfologia social da nossa sociedade. A difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2000, p.498). São estruturas abertas, com expansão ilimitada; um instrumento apropriado para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos.

*A Sociedade em Rede*, segundo Castells, caracteriza-se por uma sociabilidade numa dimensão virtual, possível e impulsionada pelas novas tecnologias, que transcende

o tempo e o espaço (Castells, 1999). Assim, revela uma vivência social diferente, aproveitando o potencial de comunicação que a Internet oferece para a partilha de sentimentos, ideias, conhecimentos, informações, etc.

Os conceitos ainda se confundem e comumente sinônimos são atribuídos à *Sociedade em Rede*, como por exemplo, Sociedade da Informação. Porém, segundo Castells (2001), a Sociedade da Informação é um conceito utilizado para descrever uma sociedade e uma economia que faz o melhor uso possível das Tecnologias de Informação e Comunicação no sentido de lidar com a informação, e que torna esta como elemento central de toda a atividade humana. Diferentemente, a *Sociedade em Rede*, tem como diferencial o fato de fornecer novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes.

As novas possibilidades de comunicação contribuem para o desenvolvimento de um cenário híbrido, onde formas tradicionais se confrontam ou interagem com as novas formas de se comunicar.

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora. (CASTELLS, 2013, p.16)

O *ciberativismo*, portanto, é uma nova modalidade de mobilização e participação política da sociedade em rede. O avanço tecnológico facilita o fluxo das informações e contribui com a ampliação dos meios de comunicação. De acordo com Manuel Castells:

A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança. (CASTELLS, 2013, p.11)

Para Castells (2013, p.7) as redes sociais da internet “são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder”. Assim, a participação popular através das redes sociais e ativismos digitais contribuem para o aperfeiçoamento da prática democrática. Segundo Recuero (2009, p.16), “essa comunicação [na internet], mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, amplificou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador”.

A produção de espaços e temporalidades pela cidade, capazes de gerar experiências autênticas, singulares e produtoras de subjetividades, consiste em viver em temporalidades que desviem do tempo cronológico, dos objetivos definidos. Os fenômenos linguísticos, a canção, ou os fenômenos que antecedem a linguagem, como o silêncio, decorrentes das práticas sociais mediadas pelas TIC, são elementos que podem se manifestar no espaço público relacionando-se uns com os outros, produzindo um sentimento, uma ideia, um olhar atento ao trajeto, etc. O importante é que no contato e no encontro, hoje mediados pelas TIC, há uma transformação nos espaços públicos da cidade.

As atuais práticas sociais constroem narrativas capazes de transformar o espaço público através da visibilidade que o espaço provê à necessidades e sentimentos. A

heterotopia, enquanto espaço real, se constitui como um espaço no qual as múltiplas representações se encontram, causando contestações, fragmentações e inversões de regras. São os “espaços outros” (FOUCAULT, 2009), portanto, os espaços marcados por superposições de espacialidades e dinâmicas, cujo arranjo coeso não pode ser determinado pelo poder público nem por outros atores. Assim, as heterotopias tem papel positivo para a renovação social, prescindindo da mediação político-social oferecida pelas instituições formais e se renovando continuamente a partir das estratégias que cada indivíduo ou grupo social exerce. São espaços que se desenvolvem à margem da política.

As atuais práticas sociais, mediadas pelas TIC, produzem novos espaços - espaços outros, contra-espaços - possíveis quando um espaço público concentra muitos atores, narrativas e objetos que apresentam uma configuração espacial que se renova continuamente através de canais informais. É a presença de múltiplos atores e o caráter informal e temporário que configura o espaço público contemporâneo como heterotópico. Por fim, os efeitos e aplicações sobre o espaço público que estão associados a dinâmicas informais e temporárias - heterotópicas - admitem o estudo de múltiplas territorialidades sobre um mesmo recorte espacial.

A experiência multiterritorial contemporânea não trata simplesmente da justaposição de múltiplos territórios, que mesmo recombinaos mantem a sua individualidade no todo que constituem (HAESBAERT, 2004). A multiterritorialidade, hoje, pode ser entendida como uma experiência, que permite:

[...] pela comunicação instantânea, contatar e mesmo agir [...] sobre territórios completamente distintos do nosso, sem a necessidade de mobilidade física. Trata-se de uma multiterritorialidade envolvida nos diferentes graus daquilo que poderíamos denominar como sendo a conectividade e/ou vulnerabilidade informacional (ou virtual) dos territórios. (HAESBAERT, 2004, p.345).

Falar de território rizomático, multiterritorialidade e território-rede, moldados no e pelo movimento, implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade. Trata-se agora de pensar não apenas os deslocamentos no espaço físico, mas de problematizar um olhar sobre o território, para pensar o que está sendo produzido no espaço público a partir das atuais práticas sociais mediadas pelas TIC.



### **3.4 Agenciamentos e ações no território**

A relevância do conceito de território nas práticas sociais torna fundamental o desenvolvimento do diálogo aqui proposto. Os autores escolhidos para desenvolver esse diálogo são Milton Santos, Gilles Deleuze e Félix Guattari, que de perspectivas e campos distintos, pensam o território em relação aos processos que o constituem e que o desmancham.

Seguindo a esteira de Deleuze e Guattari, o território pode ser compreendido a partir de uma articulação entre os sentidos etológico, subjetivo, geográfico e sociológico do conceito, como um agenciamento de seres, fluxos e matérias (HAESBAERT;

BRUCE, 2002). O território é pensado como uma construção provisória que acontece sempre em relação a processos de desterritorialização e reterritorialização. Segundo Deleuze (1989, p.4), “o território só vale em relação a um movimento através do qual ele sai”. Para o autor, “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte”.

Por outro lado, para o geógrafo brasileiro Milton Santos (2001, p.114):

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contraordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados.

Segundo o autor, o território é uma categoria central. Milton Santos nega a tradicional visão da geografia que considera o território como um objeto estático. O autor apresenta o território “como um objeto dinâmico vivo, repleto de inter-relações e propõe o detalhamento das influências recíprocas do território com a sociedade, seu papel essencial sobre a vida do indivíduo e da sociedade” (LIMA; YASUI, 2014, p5). O território, portanto, para Santos, considera as características físicas de uma dada área e também as marcas produzidas pelo homem. Segundo Santos (2001, p.87) “ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política”.

Assim, entende-se que “há uma inseparabilidade estrutural, funcional e processual entre a sociedade e o espaço geográfico. O território, entendido como um todo dinâmico, permite uma visão não fragmentada dos diversos processos sociais, econômicos e políticos” (LIMA; YASUI, 2014, p.5). O território, de forma indissociável, carrega uma dimensão cultural e uma dimensão material; a ideia de território, portanto, transita do político para o cultural, para o simbólico, das fronteiras entre os povos aos limites do corpo e ao afeto entre as pessoas (LIMA; YASUI, 2014).

Deleuze e Guattari (1991, p.113) trazem o conceito de território a partir de uma reconstrução espacial, sendo a desterritorialização uma dimensão da criação de territórios. Os processos territoriais políticos e sociais coincidem com outros processos de territorialização (simbólicos e ideários) e não podem ser analisados como um fato isolado (DELEUZE; GUATTARI, 1996). De acordo com Guattari e Rolnik (1996, p.323), “o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma”.

Há uma dinâmica que revela o território como um espaço de ação, onde se realiza o subjetivo e o objetivo, construindo relações de poder com estrutura social e cultural. Há na conformação do território, um caráter institucional, racional, fixo; bem como um caráter simbólico, do desejo, da intenção, da experiência - presentes nas práticas e relações sociais. O território, como entendido aqui, é fruto de uma mistura de identidades ou da sobreposição de identidades. Os aspectos culturais e simbólicos dessas identidades são relevantes, assim como a organização social das ações manifestadas no cotidiano, os pensamentos e desejos que as identidades estabelecem no território.

A referência ao espaço vivido como território torna-se mais clara quando o termo agenciamento é introduzido como fator construtivo do/no território. Os agenciamentos são junções de ações no território, podendo estas estarem vinculadas ao desejo ou ao pensamento (HAESBAERT, 2004, p.124). Agenciamentos são conexões que ligam fragmentos, que por sua vez, sempre são fragmento de outro fragmento, não sendo assim, segmentos possíveis de serem universalizados. Há, portanto, uma multiplicidade das relações.

A ação, enquanto prática social, pode ser racional ou não, uma vez que o pensamento e o desejo nem sempre coincidem. Desse modo, o desejo representa a intencionalidade e a subjetividade, enquanto o pensamento representa o agir - a objetividade. Essa dinâmica revela o território como um espaço de ação, onde o subjetivo e o objetivo constroem relações de poder com a estrutura social e cultural. Corpos cheios de desejo para funcionar como máquinas que não são controladas por reflexões (agenciamento maquínico) e pensamentos, “transformações incorpóreas sendo atribuídos aos corpos” (agenciamentos coletivos de enunciação) (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.29). Ambos agenciamentos são responsáveis pelo entrelaçamento do território.

O conceito de apropriação remete a um processo efetivo de territorialização, reunindo uma dimensão concreta e uma simbólica, afetiva. Territorialidade, entende-se, pertencimento a um lugar, é a apropriação do território enquanto espaço geográfico de apropriação identitária. É o espaço apropriado e ressignificado pelos cidadãos. “A realidade concreta envolve uma permanente interseção de redes e territórios. De redes que através de seus fluxos, ignoram ou destroem fronteiras e que estruturam

novos territórios (sendo desterritorializadoras) e de outras que estruturam novos territórios fortalecendo processos dentro dos limites de suas fronteiras” (DANTAS; MORAIS, 2012, p.162).

As práticas sociais que criam o território trazem um caráter racional e também um caráter simbólico - do desejo, da intenção, do pensamento (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Essas características tornam-se importantes para esta tese, pois quando há a possibilidade de haver um território resultante de uma multiplicidade de identidades não se faz referência apenas aos aspectos culturais-simbólicos dessas identidades; mas também à organização social das ações manifestadas no cotidiano, bem como a organização dos pensamentos e desejos que as múltiplas identidades estabelecem no território. O território é sinônimo de apropriação e de subjetivação (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Os agenciamentos são **rizomas** (DELEUZE; GUATTARI, 1995) que podem gerar formas e processos: a forma da identidade, alteridade e os processos singulares; as formas dos territórios e os processos de territorialização - desterritorialização - reterritorialização. Os processos rizomáticos tem um movimento contínuo, não começam e não são concluídos. Eles se encontram sempre no meio e por isso a apresentação de cada agenciamento acontece sempre num fluxo rizomático. O rizoma é aliança e tem como tecido a conjunção “e...e...e...” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.37), permitindo que cada agenciamento seja construído por fragmentos. Uma pessoa para estar conectada a um agenciamento não precisa ter uma relação com todos os fragmentos, ou fazer parte de todos eles. Segundo Deleuze e Guattari (1995, p.127) “o

campo social não remete mais, como nos impérios, a um limite exterior que o limita de cima, mas a limites interiores imanentes, que não cessam de se deslocar, alargando o sistema, e que se reconstituem deslocando-se”.

A lógica binária para significar a experimentação do real dá lugar à possibilidade de se incorporar a diversidade e o múltiplo em um modelo onde estes se perpassam e se conectam, sem se anular. Tanto a formação dos territórios como os processos de territorialização - desterritorialização - reterritorialização de cada agenciamento, acontecem com a multiplicidade. Um agenciamento não é, portanto, entendido aqui, como uma unidade coesa - é um constante devir-agenciamentos.

Um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco é ele uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação [...] Devir é um rizoma, não é uma árvore classificatória nem genealógica. Devir não é certamente imitar, nem identificar-se; nem regredir-progredir; nem corresponder, instaurar relações correspondentes; nem produzir, produzir uma filiação, produzir por filiação. Devir é um verbo tendo toda a sua consistência; ele não reduz, ele não nos conduz a ‘parecer’, nem ‘ser’, nem ‘equivaler’, nem ‘produzir’. (DELEUZE; GUATTARI, 1997a, p.18-19)

Ao proporem uma interpretação rizomática da realidade, Deleuze e Guattari permitem que se pensem as questões que a territorialidade contemporânea impõe - a ideia de um território que está constantemente aberto ao novo. Torna-se possível questionar os discursos decorrentes de uma desterritorialização definitiva do espaço uma vez que, para os autores, o processo de desterritorialização é intrínseco ao conceito de território e concomitante ao processo de territorialização. Assim, pode-se atribuir

uma característica do território rizomático - a de que ele é *movimento*. O território existe enquanto processo permanente de 'se tornar'.

A ideia de território enquanto processo fornece novas ferramentas para que se conheça as atuais práticas políticas e sociais. Coerentes com o seu modelo rizomático, Deleuze e Guattari re-significam o conceito de território, uma vez que passam a relacionar o território geográfico (enquanto interação entre sociedade e espaço) não mais com o território etológico isolado, mas com o território subjetivo daqueles que constroem as teias, redes e sistemas sociais. Ao definir o território desta forma, extrapolando o espaço geográfico, Deleuze e Guattari permitem que, virtualmente, qualquer objeto possa ser territorializado e, conseqüentemente, que qualquer território possa ser desterritorializado.

A construção do território, portanto, para Deleuze e Guattari, é uma produção do desejo, quando território individual, e do agenciamento coletivo em um sistema, quando território social. E é isto que dá ao território a natureza de poder 'se abrir', de poder criar linhas de fuga para a sua desconstrução. "A dominação tende a originar territórios utilitários e funcionais em que não há lugar para um sentido de partilha social e/ou relação de identidade. Assim, territorialização pode ser empreendida, dependendo de cada grupo social, através de processos de caráter mais funcional (político-econômico) ou simbólico (político-cultural)" (DANTAS; MORAIS, 2012, p.162).

Enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional como proposto pela lógica capitalista hegemônica que defende uma lógica territorial que não admite multiplicidade ou sobreposição de territorialidades. Ainda que Lefebvre refira-se sempre a espaço, e não a território, trata-se de um espaço-processo, um espaço socialmente construído. Para Lefebvre, o espaço - enquanto espaço concebido, percebido e vivido - é sempre socialmente produzido. As dinâmicas de territorialização aqui enfocadas e a produção do espaço lefebvrea se constituem a partir dos processos sociais que os compõem, sendo o território e a territorialização um processo de apropriação que deve ser analisado na multiplicidade de suas manifestações.

[...]. As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito. As subjetivações, as totalizações, as unificações são, ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades. Os princípios característicos das multiplicidades concernem a seus elementos, que são *singularidades*, a suas relações, que são *devires*, a seus acontecimentos, que são *hecceidades* (quer dizer, individualizações em sujeito); a seus espaços-tempos, que são espaços e tempos *livres*, a seu modelo de realização, que é o *rizoma* (por oposição ao modelo de árvore); a seu plano de composição, que constitui *platôs* (zonas de intensidade contínua); aos vetores que as atravessam, e que constituem território e graus de desterritorialização. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.37)

Assim, os *agenciamentos* que ocorrem no espaço público podem ser definidos como os movimentos do *rizoma*, não seguem uma linearidade. As narrativas produzidas, assim como o espaço público, incorporam infinitas multiplicidades em suas cenas. A partir do agenciamento dos corpos (políticos) que buscam seu lugar no espaço-tempo, o conceito de território enquanto espaço geográfico e físico se transforma

em processo, em ação que se dá ao longo do tempo. O processo de territorialização, assim, deixa de ser um conceito fixo e passa a compreender a dimensão temporal. Os agenciamentos são, portanto, conexões e o espaço público atua diretamente como território de multiplicidades.

### **3.5 Ações coletivas como micropolíticas**

As últimas décadas foram marcadas pelo desenvolvimento de fenômenos que ampliaram o entendimento sobre a cidade. Seguindo a esteira de pensadores como Castells (2011), o espaço urbano é antes a difusão de um sistema de comportamentos e valores, denominado cultura urbana, sendo a urbanização entendida como produção social – o que confere um caráter processual e aberto ao complexo arranjo que é a rede que constitui as cidades. Assim, a constituição do território pelo indivíduo revela aspectos do cotidiano e as possibilidades para a sua transformação.

As associações coletivas e as ações propostas pelos coletivos urbanos mostram que não só a dimensão física é fundamental; a imaterialidade dos processos também é imprescindível para a compreensão do espaço urbano e dos modos de apreensão de seus espaços e formas de apropriação. O surgimento de novos agentes sociais e de mobilizações refletem, assim, as ações dos sujeitos na vida urbana e a partir dessas ações, torna-se possível a construção de narrativas que constroem a experiência urbana, revelando desvios e auxiliando processos alternativos de política pública.

As ações dos coletivos urbanos, que encontram na sociedade em rede e na flexibilidade de ação seus principais focos de mobilização, tendem a modificar a ambiência e a ‘programação’ dos espaços públicos. Considerando que a noção de rede é capaz de articular a multiplicidade de diferentes atores coletivos, a simultaneidade da rede não só permite trocas múltiplas como também favorece novos agenciamentos.

As ações e práticas sociais mais do que uma nova forma de protesto, constituem-se como uma nova forma de *ser*, de afiliar-se e de relacionar-se com e na cidade contemporânea (RANCIÈRE, 2010; CASTELLS, 1999). Ocupar a cidade pode ser ocupar-se de si mesmo, em um embate micropolítico capaz de questionar certezas sobre o que se acreditava ser consenso. Há, portanto, uma nova forma de fazer política; de encontrar na intersecção desses múltiplos dissensos as frestas necessárias para a construção de novos territórios.

A noção de política, nesta tese, está relacionada à comunicação, diálogo e expressão, em uma esfera que não é isenta de conflito ou exclusão. Segundo Jacques Rancière (2005), o comum é um lugar de disputas e a igualdade não existe diretamente na ordem social, portanto, o político se constrói através do discurso disperso e está relacionado como modos de resistência e com desafio ao consenso. Como definida por Rancière (2005) a política possui em sua base uma estética primeira relacionada com a partilha do sensível. Essa partilha trata do dividir, compartilhar o sensível comum.

Consenso é tido como algo desejável nas relações cotidianas, porém está longe de ser político. O consenso executa “uma redução permanente que nos apresenta uma igualdade irredutível entre a soma total das opiniões enunciáveis e a soma total das

partes da população” (RANCIÈRE, 1996, p.379). A essência da política constitui em dissenso, que segundo Rancière, não diz respeito apenas às palavras e não pode ser confundido com desconhecimento. Não é uma simples oposição entre, por exemplo, governo e pessoas que o contestam, mas o “conflito sobre a própria configuração do sensível” (RANCIÈRE, 1996, p.373).

As ações propostas pelos coletivos urbanos, visibilizam o espaço público que se quer. As ações têm legitimidade em razão do exercício amplo do direito do indivíduo enquanto coletividade de mudar o território a partir da apropriação do espaço. A organização de uma rede de atores sociais, como ação política efetivada por um desvio na forma como a cidade se constrói, ou, como ruptura na “lógica da dominação suposta natural” (RANCIÈRE, 1996, p.370), institui um mundo comum - uma comunidade política.

A construção do conceito de comunidade aqui perseguido estará fundamentado no filósofo Jacques Rancière. Ao pensarmos nos coletivos urbanos e nas ações propostas por estes grupos e em como tais agenciamentos se propõem a intervir na direção da transformação social, podemos atribuir uma dimensão política e estética em comum, trazendo como referência o conceito de “partilha do sensível” desenvolvido por Rancière (2005). Conceito este, que descreve a formação da comunidade política com base no encontro discordante das percepções individuais.

Rancière (2005), busca afirmar uma dimensão estética da política, se referindo, ao mesmo tempo, a duas noções: a de que existe participação num plano comum, que dá forma à comunidade, e ao recorte desse comum sensível em partes espaço-temporais.

*A partilha do sensível* possibilita visualizar a existência de um plano comum sensível e espaço-temporal aos corpos, das práticas, dos discursos e dos processos de subjetivação. Essa partilha, segundo Rancière (2005), é algo que incide tanto na política quanto na estética. A política para ele é essencialmente estética, ou seja, está fundamentada no mundo sensível, assim como a expressão artística por exemplo.

A concepção de comunidade enquanto estrutura estável onde os grupos se caracterizam pelo lugar que ocupam, a função que desempenham e o modo como se adequam a esse lugar e função, constitui o que Rancière chama de “ordem policial”.

Para mim, a Polícia não designa a parte do aparelho estatal dedicada à repressão, mas sim esta ordenação da comunidade em que cada parte é compelida a manter-se fiel ao seu lugar, à sua função e à sua identidade. Uma tal ordenação de lugares e identidades implica ainda uma distribuição do visível, do audível e do pensável marcada por uma separação clara entre o real e o ficcional, o visível e o invisível e, finalmente, o possível e o impossível. (RANCIÈRE, 2005, p.7)

Por outro lado, caracterizada pela existência de um elemento que vai além da contagem das partes, lugares e identidades, a lógica da política vem misturar a distribuição desses lugares e identidades. É através da política que o indivíduo se torna visível enquanto ser pensante e audível enquanto discurso.

Entendendo as ações propostas pelos coletivos urbanos como uma possibilidade de romper com o discurso hegemônico, desafiando o atual planejamento urbano e a excessiva estetização das cidades e setorização da vida contemporânea, com espaços e tempos determinados, os conceitos de comunidade e de pertencimento aqui perse-

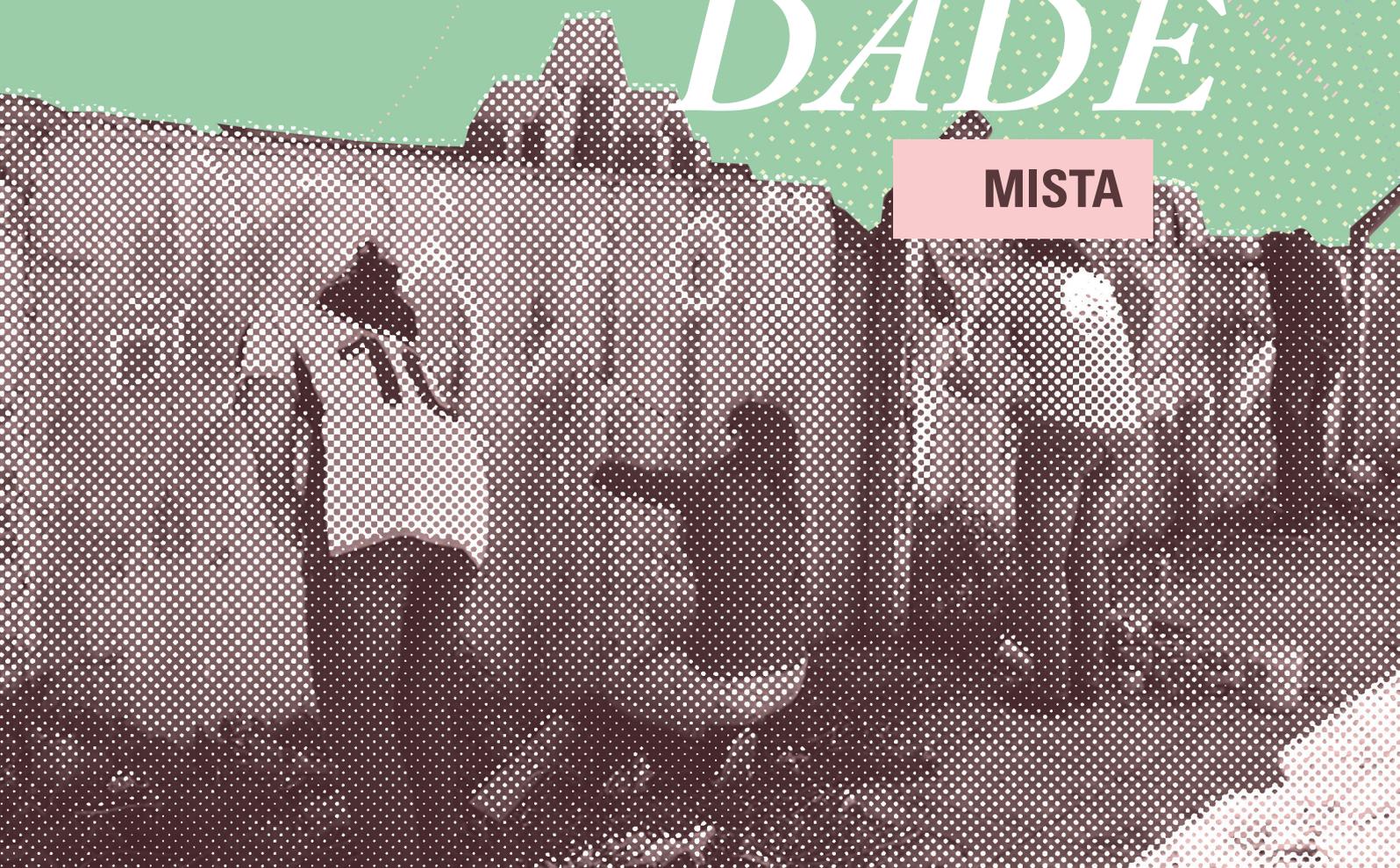
guidos carregam um grande potencial político. A construção destes conceitos, se faz, portanto, junto à construção do conceito de coletivos urbanos, que aqui representam as pluralidades e as diferenças que podem ser encontradas num território. Comunidade envolve política, envolve experimentar o dissenso, envolve a possibilidade de novas sociabilidades, ou seja, novas maneiras de partilhar o comum, que inevitavelmente esbarram na dimensão política do viver junto. A comunidade é assim um território, no sentido empregado por Deleuze e Guattari (1995), em constante ebulição de forças micropolíticas.

...

CIDADE E TECNOLOGIAS DIGITAIS

# REALIDADE

MISTA

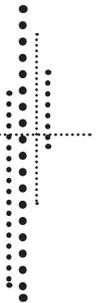




CIDADE E TECNOLOGIAS DIGITAIS

## REALIDADE MISTA

*O ciberespaço é um 'não lugar', uma 'e-topia' onde devemos repensar a significação sensorial de nossa civilização baseada em informações digitais, coletivas e imediatas. (André Lemos)*



### 4.1 Percurso Teórico

A inserção da tecnologia na cidade abriu um novo espaço de comunicação com inúmeras possibilidades, sendo uma tarefa da sociedade, explorar as potencialidades positivas desse espaço de comunicação nos planos econômicos, político, cultural e humano. Assim, com a crescente e contínua construção deste meio de comunicação, interligando pensamentos e disseminando novos padrões de comunicação e sociabilidade, uma nova situação cultural se instaurou na sociedade contemporânea (LÉVY, 1999).

A palavra ciberespaço foi criada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica intitulado *Neuromancer*, e desde então o termo tem sido amplamente empregado. Segundo André Lemos (2004, p.127), “para Gibson, o ciberespaço é um espaço não-físico ou territorial composto por um conjunto de redes de computadores através das quais todas as informações (sob as suas mais diversas formas) circulam”.

Segundo Lévy (1999), o ciberespaço constitui uma nova configuração de espaço, marcada pela universalidade, que amplia o campo de ação dos processos de virtualização. Ubiquidade da informação, documentos interativos interconectados, telecomunicação recíproca e assíncrona em grupo e entre grupos são algumas características. O ciberespaço deverá tornar-se a principal infraestrutura de produção, transação e gerenciamento da economia mundial, e em breve, o principal equipamento coletivo da memória, pensamento e comunicação das sociedades. As tecnologias digitais, assim, associadas à cultura contemporânea, estabelecem relações inovadoras entre a técnica e a vida social (DARODA, 2012).

Cibercidade pode ser entendida como um ambiente híbrido formado pela sobreposição de objetos virtuais em relação ao meio físico, apontando a conectividade e a mobilidade como principais articuladoras de novas formas de sociabilidade, configuradas por meio de redes invisíveis (MITCHELL, 2002). O espaço urbano configura-se hoje um espaço híbrido, um espaço criado pela fusão dos espaços físicos e digitais. Espaços que são construídos pelas tecnologias de informação e comunicação, e materializado pelas relações sociais desenvolvidas simultaneamente em espaços físicos e digitais (DARODA, 2012).

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) tem alterado as territorialidades urbanas contemporâneas e têm sido interpretadas como o conjunto de tecnologias mais invasivas e ubíquas que já existiu. Não há mais como separar os momentos de pensar um universo urbano e outro informacional - a reflexão e a ação acontecem em um território híbrido; um está no outro e ambos são cada vez mais indissociáveis. Diferentemente do discurso de ciberespaço que predominou nos anos 2000, o

território hoje se consolida como um território híbrido, cujas ações territorializantes acontecem de forma indissociável e concomitante no espaço físico e virtual.

Esse território híbrido é, portanto, a coexistência de espaços físicos e virtuais. Não há ideia de substituição, mas sim de adição de novos elementos ao espaço. O espaço, enquanto produto social, deve agora incorporar a complexidade das interações virtuais, remotas e distantes. Essa reflexão questiona, conseqüentemente, em que medida uma nova compreensão do Planejamento Urbano se torna necessária a partir da introdução de três elementos como constituintes de uma reformulação do planejamento - comunicação/tecnologia, espaço e tempo.

Numa tentativa de melhor compreender a discussão em relação às TIC, será feito um mapeamento teórico a respeito deste debate. Inicialmente, Pierre Lèvy e Manuel Castells, os apologistas, e Paul Virilio e Jean Baudrillard, críticos, são os autores escolhidos por, através de suas análises e teorias sobre os efeitos das tecnologias digitais na contemporaneidade, apresentarem as principais abordagens acerca do tema.



## 4.2 A cidade em rede

A chamada revolução informacional se intensificou nos anos 1990 com a propagação da internet, permitindo o rompimento de barreiras geográficas e facilitando a livre circulação de informação e conhecimento. A análise das transformações sociais

e econômicas que ocorrem na era da informação, examina, segundo Manuel Castells o ritmo acelerado das descobertas e aplicações das tecnologias digitais e suas implicações. A sociedade em rede seria, segundo Castells (1999), uma nova forma de relacionamento, já que os processos estão cada vez mais organizados em redes. Segundo Castells (1999, p.497, apud FARIAS, 2015, p.3)

[...] a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social.

Pierre Lévy, autor de diversos livros sobre cibercultura, nos apresenta o espaço virtual como o terreno onde o homem vive e interage nos dias atuais. O espaço virtual e o espaço físico real interagem permanentemente, caracterizando um espaço híbrido. “Para Lévy, a metáfora do impacto é inadequada para referir-se aos reflexos das novas tecnologias de informação sobre a sociedade ou sobre a cultura, pois neste contexto, a tecnologia seria algo comparável a um projétil e a cultura ou a sociedade a um alvo vivo” (FARIAS, 2015, p.3).

O autor, considera que esse novo espaço de interação é fundamental nos planos econômico e científico e que essa relevância atinge vários outros aspectos da vida contemporânea. As novas tecnologias exigem projetos que sejam capazes de explorar a virtualidade que elas transportam; avaliar seus impactos não é, segundo o autor, relevante neste momento.

As técnicas viriam de outro planeta, do mundo das máquinas, frio, sem emoção, estranho a toda significação e qualquer valor humano, como uma certa tradição de pensamento tende a sugerir? Parece-me pelo contrário, que não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal (junto com a linguagem e as instituições sociais complexas). (LÉVY, 1999, p. 21, apud FARIAS, 2015, p.3)

A rede é universal e permite às pessoas conectadas a possibilidade de construir e partilhar sem se submeter a qualquer tipo de restrição político-ideológica. Assim, Lévy entende que a internet atua como um agente capaz de democratizar a informação ao mesmo tempo em que “possibilita a valorização das competências individuais e a defesa dos interesses também das minorias” (FARIAS, 2015, p.3).

A expressão “inteligência coletiva”, criada por Lévy, indica a possibilidade que a internet oferece para a troca de ideias além de tornar possível o compartilhamento de informações e interesses. A internet favorece as conexões e a formação de novas comunidades virtuais. Por outro lado, o autor afirma que nem a informática nem o ciberespaço são capazes de resolver os principais problemas da vida em sociedade. Ao mesmo tempo em que rompem com antigos problemas, participam da criação de outros.

Em uma esteira oposta, Jean Baudrillard, pensador francês afirma que a internet, mais que qualquer outro meio de comunicação, nos torna escravos da comunicação forçada.

Toda essa interrogação sobre o virtual torna-se hoje ainda mais delicada e mais complexa por causa do extraordinário blefe que a cerca. O excesso de informação, o *forcing* publicitário e tecnológico; a mídia, o deslumbramento ou o pânico – tudo concorre para uma espécie de alucinação coletiva do virtual e de seus efeitos. (BAUDRILLARD, 1998, p. 12 apud FARIAS, 2015, p.3)

A comunicação é um grande fenômeno consumista, segundo Baudrillard. O pensador francês acredita que as gerações da era da internet não saberão o que possa existir fora do mundo virtual. Seguindo essa mesma esteira, Paul Virilio, arquiteto, urbanista e filósofo, cunhou o termo “ditadura da velocidade” - uma visão pessimista com a qual acredita que, nos dias atuais o tempo “real” depende cada vez menos do espaço físico. “Com esse ‘falso dia’ produzido pela iluminação das telecomunicações, levanta-se um sol artificial, uma iluminação de emergência que inaugura um novo tempo: ‘tempo mundial’ em que a simultaneidade das ações logo supera seu caráter sucessório” (VIRILIO, 1999, p. 20 apud FARIAS, 2015, p.3).

O imediatismo e a instantaneidade são preocupações que o autor constrói acerca do mundo atual. Em seu livro ‘O espaço crítico’ (1993), Virilio se posiciona de forma irreduzível contra as novas tecnologias. A principal crítica é construída sobre a ideia de que o espaço humano se reduziu com a chegada do mundo informatizado. O homem passou a ser sedentário, seu espaço agora é o computador e sua mobilidade está restrita, segundo o autor, o homem não sai mais para flunar pela cidade ou desbravar novos territórios. Para Virilio, a internet trouxe a comunicação à distância, e trouxe a distância também à aspectos inerentes ao ser humano, como o contato, o convívio, etc.

Os autores relacionados constroem discursos em que as novas tecnologias se apresentam como limitações e possibilidades, ameaças e promessas; há um debate em torno das TIC, caracterizado pela polarização entre os que as veem como um instrumento de libertação e aqueles que as veem como um dispositivo de controle e de destruição do espaço público. Atualmente, as TIC assumem o papel de potencializar a vida democrática ao mesmo tempo em que fragilizam a privacidade e a liberdade pelo controle da informação.

A partir do breve pensamento dos autores relacionados, é possível apontar, de modo geral, argumentos pessimistas e otimistas quanto ao papel das TIC e a internet. A perspectiva otimista afirma que a internet possibilitou o livre acesso à informação; a internet e as TIC possibilitam uma participação popular na gestão e nas decisões governamentais; possibilidade de consulta permanente sobre os mais variados temas; o intercâmbio cultural proporciona o enriquecimento da experiência coletiva.

E por fim, o indivíduo passa a ter voz. Sua opinião é compartilhada, o indivíduo passa a usufruir do seu direito à informação e à discussão de maneira irrestrita e sem intermediadores.

Por outro lado, numa perspectiva pessimista, alinham-se os autores que consideram que a internet e as TIC têm acesso restrito apenas a uma parte da população, e por isso, não há como esperar pluralidade. Os mesmos autores, defendem a visão pessimista de que a internet destrói as relações face a face, prejudicando a vida pública e de ação política constante. Apesar do potencial para explicitar a diversidade cultural, para esses autores, as informações de massa que circulam na internet representam um reflexo da dominação cultural daqueles que detêm o poder econômico.

Ainda assim, em ambas as vertentes, há o reconhecimento de que os avanços tecnológicos estão trazendo importantes transformações em todas as dimensões da vida social. No entanto, observa-se diferenças na forma de perceber e aceitar tais transformações, principalmente no que se refere as suas implicações políticas. (FARIAS, 2015).

A partir da convergência das telecomunicações e da informática, preconiza-se um novo estágio da sociedade, segundo Lemos (2001) – um estágio que se refletirá nas atitudes e na transmissão da informação. Com o avanço da rede mundial, o cidadão comum passa a ter a sua voz representada por um meio que se caracteriza como polifônico; as pessoas traçam caminhos alternativos para expor seus conflitos, articular experiências inovadoras e serem coautoras de um discurso que não se apresenta mais como unilateral e monológico.

Pensando nos desdobramentos políticos do uso das tecnologias digitais, é possível apontar um novo tipo de ativismo. A internet e as redes sociais tem sido o meio de divulgação e expansão de grupos sociais que produzem alternativas de futuro em relação aos segmentos sociais no poder.

Assim, as TIC se mostram ferramentas para produzir novas ações comunicacionais e políticas. A internet tornou-se a base de uma comunicação mais rápida, de mobilização e de visibilidade de movimentos sociais, apontando para outras formas de relação política - agora através das redes digitais.

Os acontecimentos de 2011 nas ruas de várias partes do mundo e o crescente número de coletivos urbanos desde então mostram novos desdobramentos do uso das tecnologias digitais. Novas formas de relação política com os meios digitais retratam a revitalização da conexão entre os indivíduos e os espaços públicos da cidade. As manifestações convocadas por movimentos sociais e as ações propostas por coletivos urbanos restauram a relação de uso dos espaços públicos, levando as pessoas para as ruas, avenidas, praças, parques, etc.

Tratando da conexão entre esfera pública e espaço público em tempos digitais, Castells (2013, p. 21) aponta a criação de um novo espaço público, “um espaço em rede, situado entre o digital e o urbano” - um “espaço híbrido”, caracterizado pela comunicação autônoma entre os agentes sociais. O desenvolvimento dos meios de comunicação traz novas formas de ação, onde a interação não mantém vínculo com o ambiente físico e aponta para novos espaços sociais (FARIAS, 2015).

Com a onipresença das redes digitais, o modo de habitar o espaço urbano está mudando. O uso de dispositivos móveis e a disponibilidade em ‘tempo real’ de informações permitem novas formas de comunicação e interação entre os indivíduos.

Diante das transformações espaço-temporais proporcionadas pelas TIC, ressurge, portanto, o conceito de comunidade e de pertencimento. A capacidade que as mídias têm de criar novas estruturas sociais possibilita a formação de comunidades virtuais, produto da sociedade em rede (CASTELLS, 1999), onde o conceito de comunidade se fortalece a partir de redes onde o indivíduo ou grupos reforçam sua identidade, construindo um novo ambiente simbólico.

As lógicas comunitárias e identitárias têm se tornado mais complexas, passando a ter como base agrupamentos mais específicos, que buscam se diferenciar de um todo. Nesses agrupamentos os indivíduos afirmam identidades múltiplas, tanto culturais quanto territoriais, as vezes mesmo contraditórias, fundadas sobre a singularidade, mas que uma vez em rede, tornam-se a expressão da criatividade e desejo de um grupo. Nesse sentido, as redes de comunicação digitais são tomadas como palco da vida social, refletindo e produzindo no espaço público novos tipos de práticas sociais.

As comunidades tornam-se um eixo articulador das relações entre mídia, territorialidades e sociabilidades, uma vez que, mediadas pelas TIC, caracterizam novas estruturas sociais. Por um lado, a comunidade que consiste numa certa concentração de relações sociais determinadas pela convivência num local (SILVERSTONE, 1999); por outro lado, a comunidade virtual, cuja noção de comunidade está nas relações estabelecidas pela e através das redes digitais.

A vida comunitária pode ser entendida como a vida de pessoas que vivem uma densa e múltipla rede de relações sociais (CALHOUN, 1991). Entendida dessa forma, comunidade não é apenas um lugar ou um grupo, mas um modo de relacionamento de extensões variáveis. Há, portanto, a possibilidade de entendimento da comunidade como categoria performática, onde os eventos cultivam o senso de pertencimento e proporcionam o reconhecimento da comunidade como espaço de ação legítimo e atualizam o sentimento de pertencimento dos seus membros.

Por outro lado, a comunidade pode ser compreendida como uma formação simbólica, construída a partir do investimento que seus membros nela fazem e da coerência

que o grupo gera através dos significados distribuídos a todos que a ela pertencem (COHEN, 1985). Os significados podem ser partilhados de forma não mediatizada, constituindo-se de relações face a face, ou de uma forma mediatizada, através das TIC e constituindo o que se entende como redes digitais. As novas formas de interação proporcionadas pelas TIC e as formas de sociabilidade que emergem, movimentam assim o conceito de comunidade.

As redes estabelecidas pelas tecnologias digitais, proporcionam uma atualização da identidade coletiva, possibilitando novas formas de sociabilidade e pertencimento. Rede é, portanto, um conceito dinâmico, não é o que conecta, mas o que é gerado pelas associações - estando diretamente ligado ao conceito de agenciamentos (LEMOS, 2004; DELEUZE, 1995). Rede torna-se um conceito propositivo de movimentos, onde as relações não se caracterizam por hierarquias (SCHERER-WARREN, 1996). A mobilidade generalizada produz uma sociedade cujos territórios são constituídos a partir do movimento e as redes formadas, emergem a partir das conexões estabelecidas em uma rede global.

Tais agenciamentos são capazes de instaurar redes de afetos sobre a cidade de caráter político ou de resistência, produzindo uma dissonância capaz de questionar modelos hegemônicos. O que caracteriza os atuais agenciamentos sociais, mediados pelas TIC, é a sua pluralidade expressiva e a sua articulação em rede, bem como a sua capacidade de funcionar como dispositivos que favorecem os processos de mudança. Processos esses que Guattari (1992) chamou de “reinvestimento subjetivo nos espaços urbanos”, que para ele corresponderia a uma tentativa de recuperar modalidades expressivas de subjetivação a partir da experiência política da cidade. Assim, esses

agenciamentos sociais favorecem uma “renovação” ao produzir uma heterogeneização dos universos de sentido e de valor, propondo uma *experiência de lugar*, através de ações que produzem desde interferências poéticas até ações mais ativistas, de mobilização e crítica político-social.

As tecnologias digitais parecem ser centrais para a experiência, sendo a experiência mediada uma relação quase sem fronteiras delimitadas. Diante das novas formas de comunidade, as quais parecem prescindir do requisito de espacialidade, e do tipo de vínculo social que tais comunidades mediadas proporcionam, parece haver novos sentidos de pertencimento, cujos estímulos simbólicos provêm em sua maioria dos meios de comunicação.

ESTUDO DE CASO

**COLETIVOS**

# URBANOS





ESTUDO DE CASO

## COLETIVOS URBANOS

*A cidade pode ser julgada e entendida apenas em relação àquilo que eu, você, nós e (para que não nos esqueçamos) 'eles' desejamos. Se a cidade não se encontra alinhada a esses direitos, então ela precisa ser mudada. O direito à cidade 'não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais'. Ao contrário, 'ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana'. A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. (David Harvey)*



### 5.1 Percurso Teórico

Entender a cidade enquanto espaço de direito remete à ideia de espaço público como esfera do social, um espaço onde todas as pessoas podem desfrutar e participar – um espaço de participação comum. Os espaços públicos são lugares de acontecimentos culturais e comunicacionais, e sua valorização se dá também pela intensidade e qualidade das relações sociais que facilita; sua capacidade de mesclar grupos e comportamentos, de estimular a identificação simbólica, a expressão e a integração cultural. Assim, o espaço público, caracteriza-se enquanto espaço de exercício da cidadania e da expressão dos direitos civis.

No espaço público, e resgatando aqui o conceito de direito à cidade apresentado anteriormente por Henri Lefebvre, todos participam, formam o coletivo de uma

maneira diferente, percebendo e atuando num mesmo território, sem modificar ou mesmo renunciar as suas identidades. Por outro lado, a cidade mediada pelas TIC se sobrepõe à cidade real. A comunicação midiática e as tecnologias de informação e comunicação constroem um novo espaço imaginário da cidade atual. Os processos de comunicação social redesenham os cenários urbanos, os espaços públicos e privados e as práticas sociais de comunicação.

Em todas as cidades há grupos bastante ativos, que vivem o espaço público como lugar de resistência e em muitos casos quando estes espaços não existem ou estão demasiado regulamentados, buscam e recriam novos espaços onde possam se expressar e manifestar seus desejos. A falta da participação cidadã pode ser considerada, por estes grupos, uma das grandes causas dos problemas que vivem as cidades e seus espaços públicos.

Essas práticas sociais nos mostram que o controle nunca pode ser total, já que sempre há a possibilidade de se construir uma estrutura diferente da prevista, uma estrutura transversalizada pelos fluxos, presente em seus contornos físicos, em seus regulamentos e práticas vigentes. Segundo Foucault (1996, p.8-10),

as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios do saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento [...] um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história.

O avanço da sociedade tecnológica e das possibilidades comunicacionais trouxe a possibilidade de se criar novas ações colaborativas, formas de ativismo e participação política diferenciadas. As configurações sociais ancoradas nas novas mídias, como a internet, estabelecem novas interfaces entre o indivíduo e a sociedade. Nesse espaço público midiático as relações se virtualizam, as realidades virtuais e físicas se inter-relacionam e trazem a possibilidade de novas questões, ligadas a esta nova reconfiguração.

“O estudo dos coletivos urbanos e sua relação com a materialidade urbana está diretamente relacionado ao conjunto de contradições que seu espaço é capaz de expressar. As redes se amparam nas novas dimensões tecnológicas de troca, especialmente aquelas construídas de maneira contínua e aberta em favor da difusão de saberes” (LIMA, 2014, p.3). São novas formas de ações, que se constituem como uma rede capaz de articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos. As ações ativistas são, portanto, práticas críticas que se colocam em diversas escalas, desde o espaço urbano. Até a dimensão do ciberespaço – constituindo assim um espaço híbrido.

A análise desses movimentos insurgentes mostra o desejo de transformação de um coletivo. Movimentos que não estão apenas relacionados com gênero, classe ou etnias, mas também a temas urbanos como mobilidade, uso e ocupação do espaço público, segurança pública, patrimônio material e imaterial, etc. Enfim, pela própria redefinição da esfera pública, reivindicando assim novas possibilidades de leitura dos espaços urbanos, proporcionando uma ação paralela e eficaz no território.

Acreditando que a configuração da forma urbana é resultado tanto da constituição material – na forma de projetos e representações oficiais – quanto da dimensão

imaterial – afetiva – entende-se que as ações coletivas são elementos articuladores na dimensão urbana, devendo ser considerado não apenas nas contradições que revela, mas na força propositiva que propõe. As ações coletivas de participação procuram diminuir as fronteiras, quebrar barreiras e propor novas formas de uso e convívio no espaço público.

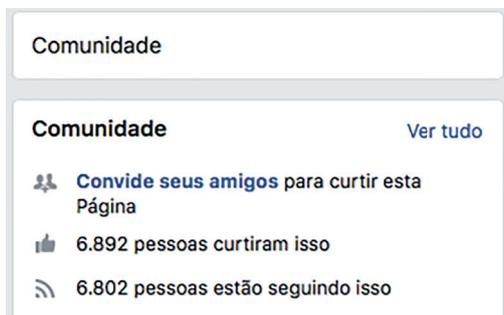
A constituição de redes de novas solidariedades espaciais promovidas pelos coletivos pode ajudar a entender o jogo de forças políticas e social que procuram questionar. Como forma de entender os aspectos relacionados às diferentes formas de apropriação, propõe-se aqui a retomada da moldura teórica e sua análise a partir das entrevistas realizadas com os idealizadores dos coletivos selecionados para o estudo empírico desta tese.

As ações coletivas aqui debatidas levantam a possibilidade de participação e de diálogos entre coagentes que poderão discutir alternativas e até conferir resultados ao convívio cívico. Os coletivos urbanos, se organizam por diversas razões, dada a combinação entre o acúmulo de contradições em determinada situação política e o desejo utópico de transformações nos espaços da cidade.

## 5.2 Coletivo Projeto Vizinhança

O primeiro coletivo, objeto empírico de estudo desta tese, *Projeto Vizinhança – novas experiências no espaço ao lado*, propõe ações que envolvem a ocupação, o senso de vizinhança e o despertar do sentido de pertencimento aos espaços da cidade. O coletivo Projeto Vizinhança existe no Facebook em dois formatos, existe como grupo público (fig.16), e neste caso é possível participar do grupo como membro; e como comunidade, quando é possível curtir e seguir as postagens e atualizações (fig.17).

**Figura 17:**  
*Projeto Vizinhança – Comunidade no Facebook*



**Figura 16:**  
*Projeto Vizinhança – Grupo público no Facebook*

O uso da plataforma de redes sociais, Facebook, para organização e divulgação das ações propostas, bem como para o compartilhamento da experiência vivida, se constitui como o principal canal de comunicação entre os participantes do evento. As idealizadoras do coletivo, Marcia Braga e Aline Bueno, apontam as redes sociais como o canal fundamental para a divulgação e constituição das ações. Através do Facebook, enquanto rede digital, os eventos se tornam reais, formando uma rede física de pessoas com o mesmo desejo utópico de transformação.

Segundo Guattari, dispositivos tecnológicos são parte constitutiva do processo de subjetivação e podem colaborar ou para um movimento em direção a homogeneização da subjetividade, ou, ao contrário, podem ajudar a enriquecer as relações humanas com o mundo, a partir de novos universos de referência.

A subjetividade é constituída tanto por elementos externos, como o contexto cultural e o local onde se habita, quanto pelo modo de apreensão destes elementos. Guattari define as construções urbanas, por exemplo, como *máquinas enunciantes* que serão, junto com outros fatores, produtoras de subjetividade; o mais importante não é a estrutura visível e funcional da cidade, mas sim o discurso produzido por edifícios e construções de todos os tipos. Essas máquinas serão portanto, essencialmente máquinas de sensação, máquinas abstratas que fornecem um discurso determinado cujo sentido apreendemos imediatamente e globalmente e não pelo acúmulo de informações distintas.

Guattari aponta a existência de tantos espaços quantos forem os modos de subjetivação. Uma paisagem pode ao mesmo tempo ser percebida por seu caráter estético e por seu caráter afetivo. Não há um espaço neutro, todos são permeados por emoções e vivências pessoais; todos são construídos pelas *máquinas sociais* – máquinas tecnológicas, de informação e comunicação – que são formadoras de subjetividade. Fazem parte destas máquinas sociais toda a tecnologia de informação e comunicação disponível. Os elementos fabricados pelos dispositivos digitais formam a subjetividade humana tanto quanto os componentes vindos da família, da educação, meio ambiente, religião ou arte.

As ações propostas pelo coletivo, intituladas “Café na Calçada” (fig.18), resgatam o uso do espaço público enquanto espaço de direito, ao mesmo tempo em que trabalham com o conceito de vizinhança - que permeia todas as ações desse coletivo. A ação Café na Calçada é aberta ao público e divulgada na web, via redes sociais. Sua proposta é a organização de um café da manhã colaborativo, onde cada participante leva algo para compartilhar e as pessoas podem se aproximar, se conhecer e trocar experiências. Foram realizadas sete edições e todos os registros se encontram na comunidade criada na rede social Facebook (fig.19).

Algumas ações propostas pelo Projeto Vizinhança atuam também em espaços privados, numa tentativa de despertar áreas ociosas da cidade e transformar esses espaços, a partir de eventos temporários, em espaços públicos, abertos para o convívio

**Figura 18:**  
*Ação Café na Calçada, Rua Félix da Cunha, Porto Alegre*



AGO ;  
8

## 7º Café na Calçada

Público · Organizado por Projeto Vizinhança

★ Tenho interesse ✓ Comparecerei ...

Sábado, 8 de agosto de 2015 às 9:00 – 11:30  
Há mais de um ano

Felix da Cunha, 701 [Exibir mapa](#)

Sobre Discussão

804 compareceram · 77 interessados [Ver todos](#)



Sami e Aline compareceram

Detalhes

Vem passar uma manhã diferente conhecendo pessoas bacanas num clima que é sempre demais!

Não esquece que fazemos tudo coletivamente! Traz algo pra compartilhar, tua cadeirinha, caneca, um bolinho... (vale tudo que seja feito, ou comprado, com carinho)!

social, artístico e cultural. Exemplo disso, as ações que aconteceram de 2012 até 2017, intituladas Projeto Vizinhança, buscam produzir reflexões advindas do cotidiano das pessoas que se interessam pela cidade e pelas relações que nela se constroem de vizinhança e identidade. Na tentativa de ativar espaços ociosos da cidade, transformando-os, a participação coletiva é estimulada pela convivência entre vizinhos, a troca e a aprendizagem a partir do olhar do outro.

**Figura 19:** As onze edições do Projeto Vizinhança, aconteceram em diferentes locais e bairros da cidade de Porto Alegre:

*Ação Café na Calçada, Rua Félix da Cunha, Porto Alegre*

- 1ª Edição – Arte de Perto – Agosto 2012: uma casa que estava para alugar no bairro Boa Vista foi transformada em uma galeria de arte através de uma parceria com a Galeria Virtual VendoArte;
- 2ª Edição – Quintais – Outubro 2012: um jardim abandonado no bairro Petrópolis recebeu atividades variadas como: oficinas, pocket show, refeições coletivas e momentos de encontro entre amigos e vizinhos;

- 3ª Edição – Muros – Março 2013: um grande terreno desocupado no bairro Santa Tereza ganhou vida com a intervenção de diversos artistas;
- 4ª Edição – Jazz – Junho 2013: a casa da Dona Ivone Pacheco, representante do jazz porto alegreense, foi palco de muita música, arte nos muros, dança, teatro, poesia e contação de história;
- 5ª Edição – Casas da Memória – Novembro 2013: três casas abandonadas foram transformadas para receber amigos e vizinhos durante um final de semana com uma programação intensa de atividades culturais;
- 6ª Edição – Um Centro Cultural por Bairro – Março 2014: o Centro Cultural Zona Sul, no bairro Tristeza, recebeu por dois dias o Projeto Vizinhança que ativou o local com oficinas, exposições, dança, música e muitos encontros;
- 7ª Edição – Terreno de Ideias – Maio 2014: um terreno no bairro Santa Tereza acolheu vizinhos e amigos em um sábado repleto de momentos compartilhados;
- 8ª Edição – Lugar de Brincadeira – Novembro 2014: no bairro Santana, transformou-se um terreno num lugar de brincadeiras, de encontros e de arte;
- 9ª Edição – Casarão – Novembro 2015: um lindo casarão desocupado há anos no bairro Vila Assunção recebeu vizinhos curiosos que puderam aproveitar um final de semana de atividades culturais.

Além das nove edições relacionadas acima, que estão no recorte deste estudo, outras duas edições aconteceram nos anos de 2016 e 2017: 10ª Edição – Caminhos do Sol Agosto 2016: nessa edição comemorou-se a inauguração de um espaço para as atividades da Escola Convexo na comunidade Chapéu do Sol, no bairro Lami; 11ª Edição – Junho 2017: a 11ª edição voltou ao bairro Santana, dessa vez em uma casa que já foi sede da APAE.

**Figura 20:**  
*Projeto Vizinhança, 2ª edição – Quintais*



**Figura 21:**  
*Projeto Vizinhança, 3ª edição – Muros*



**Figura 22:**  
*Projeto Vi-  
zinhança, 3a  
edição - Muros*



**Figura 23:**  
*Projeto Vi-  
zinhança, 3a  
edição - Muros*



**Figura 24:**  
*Projeto Vi-  
zinhança, 4a  
edição - Jazz*



**Figura 25:**  
*Projeto Vi-  
zinhança, 5a  
edição - Casas  
da Memória*

**Figura 26:**  
*Projeto Vi-  
zinhança, 6a  
edição – Um  
centro cultural  
por bairro*



**Figura 27:**  
*Projeto Vi-  
zinhança, 7a  
edição – Terreno  
de Ideias*



**Figura 28:**  
*Projeto Vi-  
zinhança, 8a  
edição – Lugar  
de brincadeira*



**Figura 29:**  
*Projeto Vizi-  
nhança, 9a edi-  
ção – Casarão*

Segundo Lefebvre (2000), o espaço social se constitui na tensão gerada pelo encontro das diferentes relações sociais, que se articulam ao invés de se oporem, no processo de produção do espaço, consolidando no diálogo constante e não consensual. A proposta do Projeto Vizinhança ao tornar público um espaço até então privado da cidade, trabalha com a possibilidade de diferentes relações, que se articulam em rede transformando o espaço e possibilitando novas descobertas e olhares sobre a cidade.

Pensando o território segundo Deleuze e Guattari, as ações propostas constituem um processo de territorialização e desterritorialização, e com este processo se dá a construção provisória do território. Segundo Deleuze (1989, p.4), “o território só vale em relação a um movimento através do qual dele se sai”. E continua: “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para reterritorializar em outra parte”.

Segundo Deleuze, o território é o lugar do controle, e assim, os processos de desterritorialização podem ser pensados como processos de resistência capazes de articular novas formas de territorialidades. Deleuze e Guattari (1992) desenvolveram, partir dos processos de desterritorialização e reterritorialização, a noção de heterogênesse – para afirmar que é por meio dela que se produz algo novo. É possível interpretar a noção de heterogênesse como sendo a busca permanente da instauração de um processo contínuo de produção da existência no âmbito da vida cotidiana. Heterogênesse é, portanto, a composição de territórios existenciais (LIMA; YASUI, 2014, p.8).

Como sugere Deleuze, a formação dos territórios se dá ao mesmo tempo em que são produzidas as qualidades significantes que os compõem; formas que sur-

gem criando configurações, composições e sentidos. Segmentos diversos auxiliam e participam da construção desses territórios, em uma organização do espaço que objetiva manter o caos no exterior: ambiente, cotidiano, exposições de arte, música, etc. (DELEUZE; GUATTARI, 1997b). A dinâmica de construção de territórios implica no surgimento de possibilidades que permitam que algo ou alguém entre, ou então que aquele que habita o território seja impulsionado para fora, como se o território “tendesse a abrir-se para um futuro, em função das forças em obra que ele abriga” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p.117).

O conceito “vizinhança” traz a ideia de contiguidade, arredores, proximidade. É no espaço cotidiano que se encontra a possibilidade de apreender as diversas racionalidades, é na dimensão do cotidiano urbano que aparecem as micropolíticas do seu espaço. As ações propostas pelo coletivo buscam a transformação dos modos de constituição e uso do espaço público, a favor da coletividade e da transformação de práticas e convivências. Duas questões são recorrentes e permeiam as ações propostas pelo coletivo: 1) o movimento parte de um impulso utópico contra o declínio e ociosidade dos espaços da cidade; 2) a mobilidade de ideias e a troca entre os diferentes.

Não há vida sem movimento, sem criação, e, portanto, é preciso apropriar-se do território, destituí-lo, para que algo novo possa surgir. As ações propostas fazem-se no território da cidade e na produção de novas territorialidades espaciais e subjetivas. O novo surge, e busca-se articulá-lo a uma rede coletiva de sustentação, criando assim novas territorialidades. O que se propõe é a aposta na sustentação e no acolhimento de uma multiplicidade de formas de experimentar a cidade e, ao mesmo tempo, seu agenciamento a redes de sentido que venham a criar novos territórios.

A possibilidade da troca de saberes permeia as formas de sociabilidade nos espaços públicos, a cidade torna-se um espaço em que a ação solidária pode proporcionar o realinhamento de ideias em favor da equidade. Para Castells (1999), numa situação em que o conceito de cultura teve suas noções multiplicadas, os coletivos urbanos encontram na sociedade em rede e na flexibilidade de suas ações seus principais focos de mobilização. A noção de sociedade em rede é capaz de “articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades de referências normativas, relativamente abertas e plurais” (SCHERER-WAREN, 2008, p.515). A simultaneidade da rede não só permite trocas horizontais e dispersas como favorece novas formas associativas. Para Santos (2005), o caráter simultâneo da rede é capaz de articular novas solidariedades e “[...] a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares” (SANTOS, 2005, p.256).

O coletivo Projeto Vizinhança, inicialmente convida os membros da sua comunidade virtual na rede social Facebook a sugerirem espaços ociosos na cidade (fig.30), tendo como ponto de partida o olhar do outro, daquele que vive a cidade e não está indiferente a ela - interligar pessoas a partir da construção de uma rede de afetos, consiste inicialmente no olhar do outro. Ao demonstrar que não está indiferente quanto aos espaços da cidade, que não está indiferente frente aos acontecimentos da sua comunidade, o espaço surge e ganha sentido frente àquela comunidade. Porém, nem sempre a escolha dos espaços surge a partir da sugestão de um membro da comunidade física ou virtual, e nesses casos o coletivo busca um espaço ocioso para ser o protagonista das suas ações tendo o olhar das suas idealizadoras, como elemento propulsor da transformação perseguida.

## Procura-se espaço para a 9ª Edição do Projeto Vizinhança!

07 JULHO 20, 2015 PROJETO VIZINHANÇA 1

DEIXE UM COMENTÁRIO

Alou, alou Vizinho!

No teu bairro tem algum espaço ocioso, público ou privado?

Então conta aqui pra gente! Estamos selecionando espaços para as próximas edições do Projeto Vizinhança!

Vamos construir juntos mais um lugar de muita troca?

Preencha o formulário com algumas informações sobre o espaço que em breve entraremos em contato:

<https://docs.google.com/forms/d/1Wyoywjh4inUZDoG93VGqr5qjPHttZg5nRFmGwMq5OoM/viewform>

Também é nosso objetivo realizar oficinas de capacitação durante o processo de realização da próxima edição. Gostaríamos de, através de pequenas oficinas, mostrar como funciona o processo de ativação dos espaços e trazer algumas ferramentas importantes que facilitam a organização de cada encontro. Assim o Projeto Vizinhança poderá ser replicado em qualquer bairro garantindo muitos encontros, uma vizinhança ativa e animada.

**Figura 30:**  
*Convite para  
indicação de  
espaço para  
realização do  
evento/ação*

Revelar o instante do presente espacial, errar pelas ruas do bairro, perceber os passos e as sensações do caminhar. Perceber o tempo lento; conversar. Deixar-se seduzir pelos encontros. A proposta desta etapa inicial da ação é a errância – eis a proposta de apreensão do espaço urbano que é visto, nesta abordagem da cidade contemporânea, como método e fonte de informações para a reflexão e crítica.

A experiência do caminhar é assumida, então, como uma “maneira de fazer” (CERTEAU, 1995), em busca da dimensão sensorial e subjetiva da vizinhança local. O sociólogo francês, Henri Lefebvre afirma que seu interesse, ou o foco de sua “teoria do espaço social”, não estaria nas “coisas” que em conjunto constituem o espaço, mas sim no processo de produção do espaço, na temporalidade diacrônica das ações e racionalidades que participam do processo que materializam o espaço. Lefebvre considera que existem duas dimensões das relações sociais e que a cidade se situa num meio termo entre elas: “ordem distante” e “ordem próxima”. Como “ordem distante” ele considera as relações sociais que são regidas pelo Estado; e como “ordem próxima” ele

A partir da escolha do espaço - público ou privado - na cidade, as idealizadoras do coletivo se aproximam do bairro, dos vizinhos, do cotidiano local, numa tentativa de conhecer a vizinhança e dela se aproximar. As caminhadas, o reconhecimento do entorno, a aproximação com os hábitos e com o cotidiano do bairro – são parte do processo.

classifica as relações interpessoais, construídas no cotidiano, sendo estas mais flexíveis pois não estão sob o comando de uma racionalidade centralizada e homogeneizadora.

O espaço escolhido para a ação, mesmo quando se trata de um espaço privado, torna-se um espaço público, como um *espaço outro*, que se realizam como forma de contraponto entre as utopias e os lugares reais da sociedade – heterotopias (FOUCAULT, 2009). O espaço heterotópico torna-se possível quando um determinado espaço público que concentra muitos atores, narrativas e objetos, passa a apresentar uma configuração que se renova continuamente e através de canais informais. Mesmo sendo um espaço privado, quando recebe a ação Projeto Vizinhança esse espaço assume a identidade, ainda que transitória, de um espaço público, capaz de concentrar diferentes atores, narrativas e objetos.

Tais espaços se desenvolvem à margem da política, e sua natureza é expressa a partir da maneira pela qual comportamentos e significados se combinam de modo atípico para formar uma espacialidade distinta daquelas previstas pela lei e pelos hábitos politicamente aceitos. “Trata-se de uma revolução pela subjetividade, que não afeta o movimento macro, mas pela lenta e progressiva contaminação se infiltra no micro, moldando as subjetividades de maneira criativa” (MOTTA, 2012, p.15).

Uma vez reconhecido o potencial do espaço proposto e feito este contato com a vizinhança do entorno, as idealizadoras do coletivo lançam o convite para a comunidade e grupo existentes no Facebook, convidando todos os interessados a participarem de mais uma edição do evento e abrindo a possibilidade de uma livre divulgação via redes sociais (fig.31).

# PROJETO VIZINHANÇA CONVIDA

9ª Edição

07 e 08 de NOVEMBRO

SÁBADO  
das 10h às 20h

DOMINGO  
das 10h às 18h

AV. GUAÍBA, 4126  
Bairro Vila Assunção - POA



Apoio

MUSEU  
de ARQUITETURA

Cabral  
ARQUITETURA

VILA  
FLORES  
ARQUITETURA

www.projetovizinhanca.art.br  
www.facebook.com/ProjetoVizinhanca  
projetovizinhanca@gmail.com

PROJETO  
VIZINHANÇA

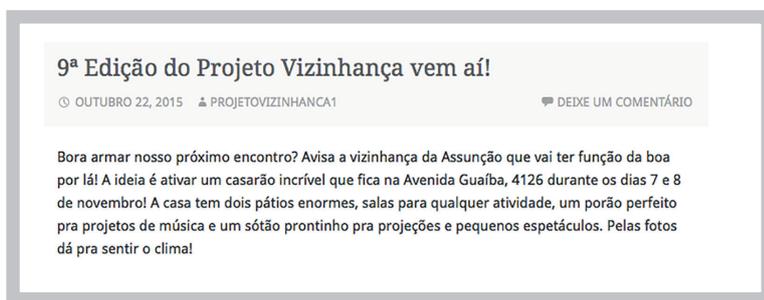
**Figura 31:**  
*Convite  
divulgado no  
Facebook e site  
do coletivo*

pela sobreposição de dinâmicas inconstantes e apolíticas. Identifica-se então, o desejo de transformação do espaço num modelo de como o coletivo gostaria que fossem os espaços públicos da cidade. É neste sentido que o conceito de utopia se representa na produção do coletivo, indicando um lugar de realização do desejo, um lugar ideal de fortalecimentos dos laços afetivos e sociais – um lugar de transformação das relações entre indivíduo e sociedade e cidade.

Quando os eventos/ações acontecem num espaço privado, segundo as idealizadoras, há uma facilidade maior de logística e infraestrutura. Segundo elas, organizar uma ação Projeto Vizinhança envolve muitas questões que não são fáceis de viabilizar no espaço público (fig.33).

Nesse momento se cria, no espaço digital, o Evento Projeto Vizinhança em uma de suas edições (fig.32). Os interessados começam então uma articulação em rede numa tentativa de construção deste espaço heterotópico – um espaço concreto onde todas as representações são bem-vindas resultando em múltiplas representações e

**Figura 32:**  
*Texto de divulgação do evento/ação*



No entanto, a identidade desse espaço, enquanto parte da ação, tem o caráter de um espaço público, estando aberto a toda a comunidade e possibilitando diferentes formas de expressão e a ampla e livre participação em atividades artísticas e culturais.

A suspensão do significado e sentido de um espaço habitual, conforme se dá nas ações propostas pelo coletivo, gera outro espaço, que possui, simultaneamente, um caráter utópico e um elemento político, já que são espaços ideais de convivência, marcados pela harmonia social e pelas diferenças. E também espaços de desejo, onde os laços sociais são reforçados e as relações de vizinhança e construção de novas comunidades se faz possível. (MOTTA, 2012, p.14)

Os espaços onde o coletivo atua são capazes de gerar uma potencialização de afetos e novas formas de sociabilidade dentro do contexto contemporâneo. A realização de micro-utopias cotidianas, afetam e transformam construções mentais e sociais e favorecem os processos de construção de novas subjetividades. O espaço vivido contemporâneo é um espaço de interação entre as práticas no espaço físico e as informações divulgadas pelas tecnologias digitais – caracterizando um espaço híbrido – cujo potencial de informação, de interação e de representação, amplia-se.

A 9ª Edição do Projeto Vizinhança será  
dias 7 e 8 de Novembro de 2015  
na Av. Guaíba, 4126 - Bairro Vila Assunção



**Figura 33:**  
*Divulgação do  
local do evento/  
ação*

O espaço híbrido caracteriza-se pela densificação da camada de informações e intensificação dos processos de interações sociais. O espaço vivido, reconfigurado pelo uso das TIC, e as formas de relações sociais estabelecidas pela mediação digital podem ser observadas nos espaços onde as ações propostas pelo coletivo se realizam. A mediação digital da experiência desenvolve lógicas comunitárias e afetivas, e participam do processo atual de apropriação dos espaços públicos. Seja através da mobilidade híbrida ou pela mobilização e construção de uma memória coletiva, a mediação da experiência espacial pelas TIC, cria redes que possibilitam agenciamentos capazes de suscitar o sentimento de pertencimento e coesão social, diretamente ou indiretamente, com relação ao espaço e em torno de afinidades e de um objetivo compartilhado.

Para terem visibilidade, o coletivo atua na web através da comunicação digital utilizando, principalmente, a plataforma de rede social Facebook (fig.34) como canal para a articulação em rede e divulgação de informações subjetivas. Cria-se assim, um canal para a construção de uma memória coletiva em torno dos eventos criados ao mesmo tempo em que desenvolvem formas de identificação coletivas e possibilitam novos agenciamentos. Os agenciamentos baseiam-se sobretudo no sentimento de pertencimento; as formas de identificação institucionais dão lugar ao espírito comunitário, às interações simbólicas e informais. Assim, a mediação digital das experiências pode participar de lógicas de coesão comunitária e desenvolver uma relação afetiva para com o espaço.

As redes de informação e comunicação elaboram uma nova forma de apropriação do espaço público, baseada em afinidades. A possibilidade de formas de apropriação híbridas do espaço, nem sempre visíveis, delimitam territórios que não são necessa-

riamente ligados ao espaço físico. Assim, a apropriação dos espaços públicos pode ser vista como uma apropriação coletiva, efêmera, mas também simbólica, que tem continuidade no ciberespaço. De acordo com Pierre Lévy (2010, p.33), “o desenvolvimento do ciberespaço já suscitou novas práticas públicas. As comunidades virtuais de base territorial (...) criam uma democracia local em rede, mais participativa”.



**Figura 34:**  
*Evento formalizado no Facebook*

**Figura 35:**  
*Divulgação do local do evento/ação*

Enquanto o convite para participação se espalha pela rede virtual, o Projeto Vizinhança abre espaço para os interessados em realizar ações culturais, artísticas ou apenas compartilhar suas habilidades no espaço físico onde a ação se realizará (fig.35). O convite não tem nenhuma exigência ou restrição, é aberto à comunidade e tem como objetivo fortalecer os laços de vizinhança e o sentido de pertencimento ao espaço em questão. Artistas, músicos, contadores de histórias, indivíduos com habilidades

específicas ou simplesmente aqueles que querem dividir com o outro a possibilidade de uma atividade coletiva, todos são bem-vindos a participar, doando seu tempo, sua arte (etc.) e contribuindo para o processo de territorialização e construção de novas subjetividades.

## Quer participar dessa edição do Projeto Vizinhança?

É possível participar de diversas formas!

Realizando alguma atividade que pode ser uma apresentação musical ou teatral, uma exposição de Artes Visuais, uma performance, um bate-papo sobre algum assunto, um espetáculo de dança, uma projeção de audiovisual ou o que a tua imaginação te trazer!

Também dá pra participar como voluntário na produção, organização e divulgação do projeto.

Quem já souber o que pretende fazer, é só preencher esse formulário com detalhes sobre a atividade:

<https://docs.google.com/forms/d/1ok3h2DKPpF9dHlbZj2d0aQzJqkOArTf1e4cFUueQf0l/viewform>

E quem quiser ajudar de outra forma, é só entrar em contato conosco: [projetovizinhanca@gmail.com](mailto:projetovizinhanca@gmail.com)

Essas várias multiplicidades que caracterizam a ação são uma amostra de um espaço de diálogo que engloba o cenário urbano e toda a sua estrutura, bem como os indivíduos que por ali circulam. Na sociedade contemporânea, cada vez mais fluida, as significações não são fixas, acontecem na rua, na intervenção do público. As ações propostas pelo coletivo necessitam da interação com o outro e são nessas infinitas conexões, sejam elas físicas ou virtuais, que os indivíduos se significam e se ressignificam (fig.36). Assim, é possível agenciar descontinuidades, contribuindo com a desregulação de certos valores ali cristalizados, gerando novas possibilidades de uso e abrindo novas extensões do espaço vivido.

Manuel Castells (2013) ao tratar sobre as sociedades conectadas em rede, faz uma análise de suas características sociais: comunicação e conexão horizontal; possibilidade de tempo e espaço próprios; ausência de lideranças e programas; o local e o global; ocupação do espaço público urbano. Ou seja, os novos movimentos sociais não prescindem do encontro, eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade. O uso do espaço urbano no cotidiano pressupõe uma leitura

**Figura 36:**  
*Divulgação do  
local do evento/  
ação*



comum desse espaço, uma interface de comunicação. As TIC são ferramentas fundamentais para a construção deste compartilhamento.



### 5.3 Coletivo Rastro Urbano de Amor – RUA

O segundo coletivo, objeto empírico de estudo desta tese, *RUA – Rastro Urbano de Amor*, é um coletivo criativo de arte social, formado por um grupo de jovens inquietos por transformar a cidade em um lugar mais agradável, poético e humano. Segundo Heloísa Medeiros, idealizadora do RUA:

Queremos mudar a frequência da cidade, quebrar um fluxo que caracteriza um mundo com o qual muitas vezes não nos identificamos. Queremos desnudar as relações de hierarquia e poder costumeiramente ocultas pelas vestes da rotina. A poesia e a arte fazem isso. Esperamos criar um rastro urbano de amor.

O coletivo RUA existe no Facebook como comunidade, onde é possível curtir e seguir as postagens e atualizações (fig.37).

Henri Lefebvre (2008) apresenta a perspectiva do urbano como forma trans-histórica e como escala que permite compreender os modos de produção do espaço e da vida no mundo contemporâneo em um momento no qual o histórico deixa de ser o referencial por excelência do pensamento crítico. Passa a ser na produção do espaço onde se dá, para ele, a reprodução das relações de produção e a possibilidade de produção de novos sentidos e valores. É no espaço, portanto, que as diferenças, inclusive as diferentes temporalidades, emergem, convivem e colidem, estabelecendo relações de simultaneidade.



**Figura 37:**  
*RUA -  
comunidade no  
Facebook*

a população a participar ativamente do espaço público são do interesse desta pesquisa. A ocupação do espaço público, movida por um desejo utópico de transformação, constitui parte do objeto empírico aqui retratado.

Entre as ações ou eventos que contaram com a idealização e participação do coletivo RUA, está a transmissão do documentário *Occupy Love: Um Documentário Sobre Ocupações*, organizado e divulgado via redes sociais com transmissão de forma compartilhada no espaço público da cidade. O local escolhido foi a Praça da Matriz onde um cinema a céu aberto foi montado e contou com um público de mais de mil pessoas.

Mas o que retratava este documentário? As manifestações sociais, que eclodiram no Oriente Médio, Egito, Turquia e Espanha; e o *Occupy Wall Street*, além das que ocorreram no Brasil em junho de 2013, foram uma reação às contradições da sociedade capitalista e ao vazio da vida pós-moderna. O documentário *Occupy Love* (EUA, 2012), do diretor canadense Velcrow Ripper, mostra as motivações de grandes movimentos sociais e suas manifestações em diversos países, numa tentativa de compreender o

O coletivo RUA a partir de suas ações, busca resgatar o sentido de pertencimento aos espaços públicos da cidade, ao mesmo tempo em que, partindo de um impulso utópico, tenta construir a cidade ideal, segundo seus sentidos e valores. Entre as ações propostas pelo RUA, aquelas que convidam

que as estimulou, destacando que pequenas revoltas geraram grandes manifestações e diversas ocupações, e tentando achar “histórias de amor”.

O documentário mostra as revoltas no Oriente Médio que ficaram conhecidas como “Primavera Árabe” em 2010, focando nas que ocorreram no Egito com a tentativa de depor o ditador Hosni Mubarak. A gênese das manifestações na região ocorreu quando o tunisino, Mohamed Bouazizi, ateou fogo ao próprio corpo como forma de manifestação contra as suas condições sociais. A revolta se espalhou e chegou à Praça Tahrir na capital do Egito, Cairo. A praça foi ocupada pela população como uma forma de manifestação contra o regime autoritário. Logo, a praça virou um símbolo de luta e resistência. Em pouco tempo, as manifestações se espalharam para outros países como Líbia, Sudão, Iêmen, Argélia, Jordânia. Em seguida, as manifestações chegaram à Europa, principalmente aos países que mais sofreram devido à crise do sistema capitalista, como Grécia e Espanha. As manifestações na Europa ficaram conhecidas como “Verão Europeu”.

O documentário mostra manifestantes e suas táticas, como as assembleias populares e a ocupação das praças – mesclando as imagens da ocupação com depoimentos dos manifestantes. As manifestações chegaram aos Estados Unidos e ganharam força com o movimento *Occupy Wall Street*, com a ocupação do Zuccotti Park no distrito financeiro de Manhattan, em Nova York. Os manifestantes ocuparam a praça como forma de protesto contra as contradições econômicas do sistema capitalista e os imperativos da ideologia neoliberal de controle das políticas de estado, que beneficia apenas as grandes corporações.

Além das imagens e depoimentos de manifestantes que participaram dos principais movimentos e ocupações ao redor do mundo, Occupy Love também destaca outras manifestações periféricas. Lançado em 2012, e, portanto, não trata das manifestações que ocorreram no Brasil em junho de 2013, o documentário compartilha com o mundo sobre a substituição de um cenário de insatisfação e apatia, por grandes manifestações sociais, expondo revoltas contra as contradições sociais existentes em cada contexto. O documentário tenta mostrar as motivações de grandes movimentos, tentando achar histórias de amor em meio às manifestações, mostrando que o amor pode unir tanto como a ganância pode dividir.

O documentário foi exibido em mais de 80 países, sempre de forma colaborativa e gratuita - propondo enxergar, nas mobilizações sociais contemporâneas, caminhos para organizar o mundo com base no compartilhamento. O principal questionamento é: “Você acredita que o que estamos vivendo é o início de uma história de amor das pessoas com o mundo? “

Outra ação com a idealização do coletivo RUA juntamente com outros coletivos que atuavam na cidade, a Serenata Redenção Iluminada (fig.38), teve sua primeira edição em junho de 2012 com sua articulação toda via rede social Facebook. Com o objetivo de ativar o espaço público à noite e chamar atenção das autoridades locais quanto ao descaso com a iluminação pública de praças e parques de Porto Alegre. A ação, que aconteceu no maior parque da cidade, Parque da Redenção (fig.39), reuniu em suas edições milhares de pessoas. Desde a sua primeira edição, a ação teve a rede social como principal mediador – foi através do Facebook que o evento foi divulgado, reunindo na sua primeira edição 2.000 e na sua segunda edição 4.000 pessoas

no Parque Farroupilha/Redenção. Outras edições aconteceram nos anos seguintes, porém o coletivo RUA já não fazia mais parte da idealização do evento.

Propondo diversos dispositivos relacionais, como música e arte, o coletivo buscava proporcionar experiências coletivas ao mesmo tempo em que provocava no local um movimento de ativismo social (fig.40). Com a proposta de ser uma atividade cultural e de sociabilidade que se insere no conceito de “Direito à Cidade”, o evento foi aberto, colaborativo e auto organizado. Reuniu assim em suas duas primeiras edições, quando teve na sua organização a participação do coletivo RUA, milhares de pessoas interessadas em transformar o espaço público ao mesmo tempo em que denunciavam o descaso do poder público com a iluminação pública de praças e parques, contribuindo para o esvaziamento desses espaços públicos à noite.

**Figura 38:**  
*Serenata  
Redenção  
Iluminada*

Nas edições que aconteceram em 2013 o evento já estava sob a liderança da plataforma colaborativa PortoAlegre.cc e tinha o apoio da Prefeitura de Porto Alegre. Neste momento, segundo Heloisa Medeiros, o coletivo RUA passou a perceber outros

**Figura 39:**  
*Serenata  
Redenção  
Iluminada –  
Parque Farrou-  
pilha*





**Figura 40:**  
*Serenata Redenção Iluminada.*

O evento passou a ter a Prefeitura não só como apoiadora, mas também como organizadora da ação; o que inicialmente era um encontro de pessoas interessadas em transformar o espaço público durante à noite e ao mesmo tempo reivindicar por uma melhor iluminação pública, ganhou um viés político com o qual a proposta inicial nunca se identificou. Em 2013, já sob organização da Prefeitura de Porto Alegre, o evento continuou sendo auto organizado e suas demais edições levaram milhares de pessoas ao parque, porém as ideias que sutilmente constavam no convite ao evento – na comunidade do Facebook – eram de apoio ao prefeito (fig.41). Assim, o evento, que passou a ser capitalizado pela Prefeitura de Porto Alegre, tinha como objetivo inferir como marco de discussão para um projeto de lei intitulado Código de Convivência Urbana e servir de plataforma política dos seus apoiadores.t

E dessa forma, após sua realização, o poder público se fazia valer da realização do evento para reafirmar o apoio de milhares de pessoas às ideias políticas do governo na época.

Seguindo na busca pelos seus ideais de ativar o espaço público de forma poética, aliando arte e cultura à ocupação desses espaços, o coletivo RUA propõe a ação “Do Sonho Uma Ponte” (fig.42). Com sua primeira edição em novembro de 2012, a

interesses na realização do evento, os quais não iam ao encontro dos ideais do RUA. O evento passou a servir de plataforma política para um dos seus idealizadores, o que colaborou para o afastamento do coletivo.

**Figura 41:**  
*Convite Sere-*  
*nata Iluminada*  
*em 2013*

ação tinha como objetivo a ocupação poética de um monumento urbano, tendo sua divulgação toda feita via rede social (fig.43 e fig.44).

A Ponte de Pedra – Ponte dos Açores, patrimônio da cidade, é um expressivo testemunho da cidade antiga e sua história. Construída em 1854, a Ponte de Pedra está situada no Largo dos Açorianos, ou Praça dos Açorianos, juntamente com o monumento aos Açorianos, constituindo um espaço público da cidade de Porto Alegre (fig.45 e fig.46).

A ação contou com ampla programação cultural e artística, e reuniu centenas de pessoas em suas duas edições. A programação, assim como o convite, tinha sua divulgação feita através do Facebook (fig.47).

No convite, além da programação, uma explicação poética sobre a escolha do nome da ação (fig.48). Após o evento, ainda no perfil do coletivo RUA no Facebook, era possível compartilhar fotografias e o vídeo

Sábado, 8 de Junho de 2013 19:00

Queridos vizinhos.

Há um ano, Porto Alegre viveu um momento histórico de convivência e uso do seu espaço público. O marco foi a Serenata Redenção Iluminada que será lembrada no próximo dia 08 de junho e servirá como ponto de partida para o debate em ambiente aberto do novo Código de Convivência Urbana da cidade.

A ideia da Serenata surgiu de uma causa (<http://bit.ly/L9LEHF>) cadastrada pela Renata Beck na plataforma [www.portoalegre.cc](http://www.portoalegre.cc) e segue viva: a ocupação noturna do Parque, com segurança, para que todos possam compartilhar a cidade com amigos, vizinhos e familiares. Veja como foi a edição passada: <http://bit.ly/KSJBWh> e <http://on.fb.me/11W5CdH>

A proposta de uma Serenata Iluminada é bastante simples: vamos levar velas, lanternas, instrumentos musicais e outras manifestações artísticas para fazer um encontro que mistura alegria, expressão e reflexão sobre o uso dos espaços públicos de nossa cidade.

Traga sua LUZ, confirme presença e convide seus amigos, pois será uma linda oportunidade de estarmos juntos cultivando o respeito e a tolerância.

Informações mais detalhadas podem ser acessadas em <http://blog.portoalegre.cc/serenata-redencao-iluminada-ano-ii/>

Se você é artista, tem uma banda, grupo de dança, teatro ou tem algum talento que possa deixar a Redenção ainda mais iluminada, compareça. O evento é aberto e auto-organizado. Qualquer pessoa/grupo pode se manifestar livremente. Se quiser divulgar a participação, preencha o formulário: [https://docs.google.com/forms/d/10xLs5-rt2w67GTmkg\\_1RxZ0B82UXpFHe7u\\_KQ04-HAg/viewform](https://docs.google.com/forms/d/10xLs5-rt2w67GTmkg_1RxZ0B82UXpFHe7u_KQ04-HAg/viewform)

Informações práticas e manual de convivência na Serenata:

- Não haverá palco, cada atração se posicionará onde achar melhor. Quem levar instrumentos pode se juntar a outros músicos ou fazer sua própria serenata.
- Vai tocar? Respeite a vizinhança. Um sonzinho acústico agrada a todos e não incomoda quem não quiser participar.
- Mantenha o parque limpo. Ao ir embora descarte seu lixo nas lixeiras do parque e leve para casa tudo o que você levou.
- Fogo e árvores não combinam. Tenha cuidado com o material que você vai levar para iluminar o parque.

Sobre o Código de Convivência Urbana. Neste momento a cidade debate as principais normas de convívio em comunidade e queremos que a população se envolva e ajude na cocriação do Código. O [PortoAlegre.cc](http://www.portoalegre.cc) coordena o eixo de Participação, Colaboração e Voluntariado e através de encontros ao ar livre está trabalhando com Desafios relacionados à convivência na cidade. <http://blog.portoalegre.cc/encontro-de-voluntarios-no-marinha/>

Conheça os objetivos e a metodologia no site [www.convivenciaurbana.com.br](http://www.convivenciaurbana.com.br)

**Figura 42:**  
Ação: Do Sonho  
Uma Ponte



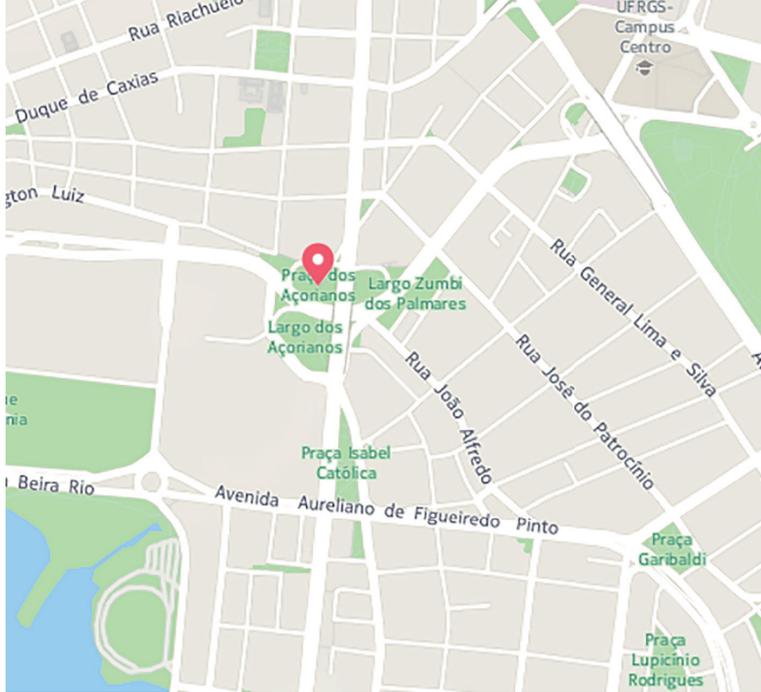
**Figura 43:**  
Convite Do So-  
nho Uma Ponte,  
2012



**Figura 44:**  
Convite Do So-  
nho Uma Ponte,  
2012



**Figura 45:**  
Ponte dos Açores. Do Sonho  
Uma Ponte,  
2012



**Figura 46:**  
*Ponte dos Açores. Do Sonho Uma Ponte, 2012*

do evento (fig.49). O vídeo constituiu um novo evento, com data e hora marcada, sendo também mediado pela rede social, onde os interessados mais uma vez se reuniram na Ponte de Pedra para assistir à exibição e relembrar os melhores momentos da ação.

As leituras alternativas provocadas pelas ações propostas pelo coletivo estabeleciam conexões inusitadas e eram capazes de reverter as leituras estereotipadas da “realidade” ao introduzir uma representação subjetiva do espaço público. As ações do coletivo RUA, de forma bastante poética, denunciavam o descaso do poder público com espaços públicos da cidade. Porém, o objetivo sempre foi reunir as pessoas num desejo utópico de transformação desses espaços. De forma colaborativa, o coletivo idealizava uma ação que posteriormente tinha sua divulgação nas redes sociais e de forma bastante genuína apontava os problemas da cidade. O espaço público sempre foi o espaço escolhido para a realização das ações, por ser um espaço de direito e segundo a idealizadora do coletivo, “por ser o espaço mais democrático da cidade”. O espaço público também carrega um discurso de pertencimento; segundo Heloisa



**Figura 47:**  
*Convite Do Sonho Uma Ponte, 2012*

Levem suas luzes, suas cangas para piquenique, pois lá vão encontrar muita gente querendo se divertir. Quem quiser levar seus instrumentos para tocar, está mais do que convidado!

O que vai rolar? Teremos sarau, algumas bandas "unplugged", projeção de fotos e cinema ao ar livre. O Estaleiro Liberdade vai estar com o projeto "Reconecte-se com seus Sonhos". Quem quiser se juntar a programação é só propor qualquer atividade pra gente ou chegar lá na hora e montar sua 'banca': estamos super abertos!

Quem está organizando? O RUA - Rastro Urbano de Amor é um coletivo que já fez algumas ações em Porto Alegre, sempre querendo levar mais alegria a cidade. Estamos juntos com o Estaleiro Liberdade e o próprio Tutti, que há tempos faz a alegria da galera :D

Ah sim, o nome do evento é inspirado num trecho do "Encontro Marcado", livro do Fernando Sabino:

De tudo, ficaram três coisas:  
a certeza de que ele estava sempre começando,  
a certeza de que era preciso continuar  
e a certeza de que seria interrompido antes de terminar.  
Fazer da interrupção um caminho novo.  
Fazer da queda um passo de dança,  
do medo uma escada,  
do sono uma ponte,  
da procura um encontro.

**Figura 48:**  
*Programação  
Do Sonho Uma  
Ponte, 2012*

ativamente da cidade, um propósito em todas as ações e um desejo de transformação da cidade. Segundo ela, a organização dos eventos era feita de forma muito horizontal, colaborativa e por muito tempo foi a grande motivação da sua vida. A busca por uma cidade mais humana, mais criativa, mais horizontal – com menos Estado; o desejo de que as coisas acontecessem de uma forma mais genuína e não pautada por interesses, o propósito de denunciar e a possibilidade de usufruir dos espaços públicos da cidade constituíam assim uma relação de pertencimento a esses espaços e isso contribui para o turismo, para a segurança e para a auto estima cidadã.

Em todas as ações propostas pelo RUA havia o desejo utópico de uma cidade melhor. A pos-

Medeiros, o espaço público faz com que as pessoas se deem conta de que fazem parte daquele espaço e que a segurança tem tudo a ver com a apropriação desses espaços de uma forma harmônica e saudável.

A busca por uma cidade mais humana sempre pautou as ações propostas pelo RUA, e ainda que os eventos fossem bastante poéticos eles também tinham um caráter ativista. Sempre houve, segundo Heloisa Medeiros, um desejo de participar

**Figura 49:**  
*Pós-evento Do  
Sonho Uma  
Ponte, 2012*

#### Publicações recentes



**RUA - Rastro Urbano de Amor** — Saiu o vídeo do encontro Do Sonho uma Ponte. Confere e curte aí!  
14 de janeiro de 2013



**RUA - Rastro Urbano de Amor** — Alguém percebeu a campanha do Bradesco? <https://www.facebook.com/photo.php?v=456864911042408&set=vb.170971049602363&type=2&theater>  
31 de dezembro de 2012



**RUA - Rastro Urbano de Amor** — Para todos os presentes no evento do dia 24: teremos hoje, a partir das 20h30 a exibição do curta documentário Do Sonho uma ponte, no tutti giorni!...  
11 de dezembro de 2012

sibilidade de apropriação dos espaços públicos e de construção de um sentido de pertencimento para com esses espaços constituía a ideia de uma cidade ideal. Um trecho da entrevista com Heloisa Medeiros demonstra o desejo utópico em questão:

Me lembro eu indo buscar uma tomada, alguma coisa assim no meio da correria, e eu fui com uma vizinha minha correndo. E ela parou, me abraçou e disse: “tu estás entendendo que a gente está criando a cidade que a gente quer morar?”. Aquilo foi tão genuíno e tão emocionante que eu nunca vou esquecer desse momento.

A conexão com o espaço público e a experimentação do espaço são pré-requisitos fundamentais para o sucesso das ações propostas, uma vez que, permitem a produção de novas subjetividades. A experiência ofertada nas ações do coletivo, buscava reafirmar o estranhamento em relação ao “próprio lugar”, assim como a proximidade com o “lugar outro”. Esse tipo de comunicação urbana, ainda que mediada pelas TIC, é capaz de produzir novas subjetividades e novas formas de cooperação. A comunidade proposta pelo coletivo, e que se materializava no encontro a cada ação, é movimento, é um esforço para atualizar o comum – é um dever, uma tentativa, um avanço.

Um ano depois da ação Do Sonho Uma Ponte, novamente o coletivo convidou a sua comunidade virtual para a segunda edição do evento (fig.50).

O evento intitulado Do Sonho Uma Ponte – Ano II, manteve sua proposta inicial e levou mais de 2.000 pessoas a Ponte de Pedra (fig.51) com o objetivo de ocupar o espaço público, ativando-o e transformando-o (fig.52 e fig.53).

## Detalhes

Lembra daquele encontro na ponte dos açores no ano passado? Dia 24 de novembro vamos repetir, porque o que foi bonito e divertido, merece ser repetido! Nos encontraremos num lugar mágico, cheio de histórias. Vem de corpo e alma, traz teu pic nic, tua canga, teu violão, cachorro, amigo, namorada, crianças... Vem de Bike, vamos ocupar livremente para que a noite do dia 24 de novembro seja, de novo, uma noite onde todos tenham uma experiência lúdica na ponte dos açores, com muita música, cinema, sárau de poesia, vj'ing urbano, varal de troca de fotografia, slake line, grafite ao vivo e tudo mais que a gente inventar!

Todos são bem-vindo!. O espaço é livre, é só chegar e trazer a tua arte, sem rótulos, sem notas de rodapé! Todo mundo é muito bem-vindo, com muito amor.

Grafite com o pessoal da [Paxart](#)

Saráu poético com Cris Lavratti acompanhada da voz de Tássia Minuzzo

Varal de fotografias e escambo comandada por Jorge Aguiar

VJing urbano com Paula Pinheiro e Carol Zimmer

Performance de dança com Gabriela Maffazzoni Chultz do Grupo My

Swedish House Mafia

Bate papo com Maria Carmencita Job sobre tristeza e o amor

Mostra de cinema( Traga seu curta)

Comidinhas delícia com as meninas da [VULP](#)

Jam session com Alexandre Leeh, Ruminantes, Mistura braba, Matt & the

Bayou Do

### Figura 50:

*Do Sonho Uma  
Ponte – Ano II,  
2013*

Macro é a política do plano gerado pela linha dos territórios, isto é, aquela que configura o mapa, onde o encontro dos territórios é representado. [...] A mesma linha que recorta os sujeitos, caracterizados por oposições binárias: burguês-proletário, branco-preto, jovem-velho, homem-mulher, etc. assim como também segmenta objetos, unidades de tempo etc. Em suma, o mapa desenha sujeitos, objetos, unidades de tempo. (ROLNIK, 2011, p.60 apud MEJÍA, 2012, p.3-4)

Ao contrário, micro é, uma política do cotidiano; uma dimensão política na qual o exercício de poder está em várias extensões da vida, ou seja, por toda a parte, sendo institucionalizada ou não. É esta dimensão política que Deleuze e Guattari chamaram de micropolítica: “A questão é, justamente, pôr a micropolítica por toda a parte: em nossas relações estereotipadas de vida pessoal, de vida conjugal, de vida

O coletivo RUA, sempre com um olhar poético sobre os espaços públicos da cidade, em todas as ações que propôs buscou despertar nos participantes uma relação de afeto e pertencimento para com a cidade. A construção de subjetividades e o desejo utópico de transformação, fizeram das ações desse coletivo um movimento de micropolítica.

### Figura 51:

*Do Sonho Uma  
Ponte – Ano II,  
2013*



NOV 24 DO SONHO UMA PONTE - ANO II  
Público · Organizado por RUA - Rastro Urbano de Amor

★ Tenho interesse ✓ Comparecerem

🕒 Domingo, 24 de novembro de 2013 às 18:00  
Há mais de um ano

Sobre

Discussão

2,4 mil compareceram · 655 interessados

Ver todos



Clarissa, Fernanda e Aline compareceram



**Figura 52:**  
*Do Sonho Uma  
Ponte – Ano II,  
2013*

amorosa e de vida profissional, nas quais tudo é guiado por códigos” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.135). Segundo Rolnik (2011), micropolítica “é a política do plano gerado pela linha dos afetos, primeiro movimento do desejo” (MEJÍA, 2012). Assim:



**Figura 53:**  
*Do Sonho Uma  
Ponte – Ano II,  
2013*

Os termos “macro” e “micro” não se referem a grande e pequeno nem tampouco a Estado e sociedade [...]. Essa diferenciação está relacionada com um funcionamento que só ativa a relação com a alteridade, com o mundo, como uma projeção de nossas representações que a posiciona fora de nós (macropolítica) e uma subjetividade processual, vulnerável a presença do outro. (MEJÍA, 2012, p.5)

Entendendo as ações do coletivo RUA, como um movimento de micropolítica, e seguindo a esteira de Deleuze, Guattari e Rolnik, as ações propostas pelo coletivo propõem um movimento político resultante da relação de afeto construída entre o coletivo, os participantes das ações e o espaço urbano. O primeiro movimento é o desejo por uma cidade diferente, uma cidade melhor e a partir dessa relação de afeto desse impulso utópico presente nas ações propostas, se constrói um movimento de micropolítica. “Para Deleuze e Guattari (1995, p.213), o termo micropolítica funciona como platôs, zonas de intensidade contínua, linhas conectadas a dimensões de multiplicidades”. [...] A micropolítica não [...] conhece a cientificidade ou a ideologia, mas apenas agenciamentos maquínicos de desejo e coletivos de enunciação” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.27 apud MEJÍA, 2012, p.3).

No texto “Subjetividade e História” de *Micropolítica: cartografias do desejo*, Guattari afirma que: “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização do indivíduo” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 31). Felix a define como indissociavelmente vinculada ao plano do desejo, enquanto materialidade de onde emanam e sustentam-se as produções coletivas. Os processos de subjetivação realizam-se, portanto, por intermédio de componentes heterogêneos, de materiais distintos, de linhas e vetores diversos relativos às existências, onde seus movimentos próprios caracterizam-se como devires múltiplos que se atravessam num plano infinito de conexões e agenciamentos. (SOARES, 2016, p.1)

Os processos de subjetivação, acontecem através de elementos múltiplos, de linhas e vetores diversos, onde seus movimentos próprios caracterizam-se como atribuições heterogêneas que se atravessam em infinitas conexões e agenciamentos. Assim, tais fenômenos, relacionam-se com a política, com o Estado, tecnologias, espaço urbano, meios de comunicação e com a vida cotidiana e as mais diversas formas de agenciamentos capazes de indicar a multiplicidade e diversidade de fluxos sociais (SOARES, 2016):

Os processos de subjetivação [...], não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias psíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser de natureza extrapessoal, extraindividual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim, sistemas que não são imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc). (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31 apud SOARES, 2016, p.2)

Uma vez que se entende a ideia de subjetividade não como resultado de uma individualidade, entende-se a coletividade como afirmada por Guattari não apenas como um conjunto de indivíduos reunidos. “A coletividade diz respeito à própria heterogeneidade de vetores que a compõe; ou seja, a multiplicidade, as infinitas linhas que se atravessam, se imbricam, se agenciam, compondo as formas fundamentais no plano da experiência concreta” (SOARES, 2016, p.2).

Guattari chama a atenção para o fato de que a produção de subjetividades é indissociável de uma multiplicidade de vetores que se atravessam constante e incessantemente. A descentralização da noção de subjetividade, antes comumente considerada um produto exclusivo de um indivíduo, torna-se favorável a uma perspectiva coletiva: “Penso, ao contrário, que é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.340 apud SOARES, 2016, p.2).

Várias formas de expressão e experiências estéticas são realizadas nas ações propostas pelo coletivo RUA; atividades as vezes reconhecidas como arte e outras vezes apenas atividades impulsionadas por um desejo utópico que vislumbra outras maneiras de se viver e de se relacionar com a cidade. O espaço público torna-se um espaço de encontro e formador de pequenos territórios; as ações propostas trazem consigo novas formas de sociabilidade, práticas que valorizam o gesto, a convivência e a interação. “É preciso que cada um se afirme na posição singular que ocupa; a faça viver, que a articule com outros processos de singularização e que resista a todos os empreendimentos de nivelção de subjetividade” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.50 apud SOARES, 2016, p.9).

A partir desse contexto e ainda na perspectiva de Guattari, a micropolítica rememora a emergência de uma nova postura política. “Uma articulação ético-política que o filósofo denominou de Ecosofia. (...) A ecosofia consistirá, portanto, em desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser, (...) reconstruir o conjunto das modalidades do ser-em-grupo” (GUATTARI, 1995, p.15-16 apud COSTA; AZEVEDO, 2013, p.2-3). É possível, assim, dizer que o coletivo RUA defende micro utopias através de suas ações e dessa forma, as ações propostas pelo coletivo, afetam a subjetividade e indicam novas dinâmicas sociais.

No artigo intitulado “Micropolíticas e intervenções urbanas: as experiências do Coletivo à Deriva em Cuiabá” a noção de micropolítica também apoia a discussão sobre as experiências estéticas na cidade. O Coletivo à Deriva é visto pelos autores do artigo como um dissenso, e da mesma forma atua o coletivo RUA na análise desta tese.

As ações como a Do Sonho Uma Ponte (fig.54) demonstram que não ocupamos, somente, mas vivemos plenamente um espaço-tempo – uma experiência estética e micropolítica. Cada ação proposta se constitui como um evento micropolítico. A partir, inicialmente de um desejo individual, a ação se projeta enquanto dissenso e reflete o impulso utópico inerente àquele movimento, possibilitando assim a oportunidade de experimentação e transformação do espaço (COSTA; AZEVEDO, 2013).

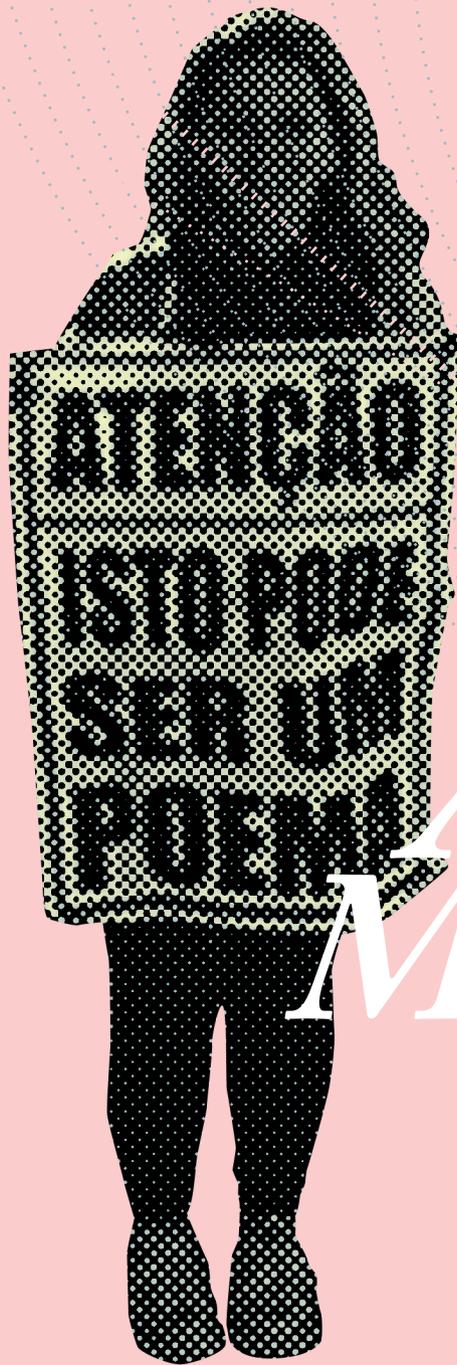
O coletivo RUA, com as suas ações, propicia a produção de novas subjetividades e, por menor que seja, essa produção tem reflexos no espaço público urbano e no imaginário dos indivíduos. A cidade, quando entendida como um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995) favorece o imaginário do coletivo, que de forma micro, aposta



no potencial revolucionário das suas ações (COSTA; AZEVEDO, 2013). As ações propostas pelo coletivo RUA, criam situações que envolvem novas possibilidades, subjetividades, relações com o outro e com a cidade. Por fim, a experiência, a partir das ações propostas pelo coletivo, de viver a cidade traz “a possibilidade de um novo sujeito”, representativo de “uma multiplicidade possível” (LAZZARATO, 2006, p.23 apud COSTA; AZEVEDO, 2013, p.12). A cidade está vulnerável a interferências; nela tudo está conectado, interligado.

**Figura 54:**  
*Do Sonho Uma  
Ponte – Ano II,  
2013*





COSTURANDO ATESE

# APROXI MAÇOES



COSTURANDO A TESE

## **APROXIMAÇÕES**

Apesar de diferentes, em suas ações, os coletivos urbanos, como aqui são chamados, parecem partilhar da ideia de transformação no que se refere à compreensão e à experiência do espaço urbano. As ações propostas, rompem com as regras de comportamento ditadas pelo poder hegemônico, e o modo de agir busca correspondência com os desejos utópicos que mobilizaram tais grupos. As ações propostas por estes coletivos, e mediadas pelas TIC, são capazes de favorecer a convivência entre os diferentes e possibilitar, através dos seus agenciamentos, novos processos de subjetivação e novos olhares sobre a cidade (MOTTA, 2012).

As ações propostas modificam a ambiência e a programação dos espaços públicos, podendo deixar marcas permanentes na cidade e transformar a percepção dos lugares; nesse sentido, talvez possam também mudar o modo de concebê-los. O caráter restritivo e excludente, pelo qual se delibera sobre as atividades que são permitidas na cidade, é fundamental para se pensar o caráter desestabilizador dessas ações, centradas na abertura e na multiplicidade de possibilidades.

Agenciamentos são conexões complexas, que ligam fragmentos a outros fragmentos. Os agenciamentos abordados, a partir das ações dos coletivos urbanos, trazem dois princípios diferenciados: a segmentaridade dos fragmentos e a multiplicidade

das relações. Esses princípios podem gerar formas e processos: identidade/alteridade e os processos singulares; as formas dos territórios e os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Pensar esses agenciamentos é pensar na multiplicidade e simultaneidade que comportam os modos de subjetivação, os processos de singularização e a construção de novos territórios.

A mudança no sentido de lugar torna-se compreensível, a partir do momento em que se compreende as novas formas de sociabilidade que envolvem o conceito de rede. Os territórios passam a ser estabelecidos no plano digital e estendidos para o plano físico real. As interações sociais, por sua vez, mediadas pelas TIC, possibilitam o surgimento de novos grupos, construídos a partir de uma nova forma de sociabilidade e com características comunitárias. Os laços sociais, na contemporaneidade, deixam de estar atrelados aos espaços físicos e tornam-se “mais fluidos, menos fortes e mais amplos” (Recuero, 2009, p.136). Segundo Mark Smith (1999, p.195), “o ciberespaço está mudando a física da vida humana, ampliando os tamanhos e poderes da interação social”. As discussões públicas, as pessoas que se encontram e se reencontram, mantendo contato através do meio digital, constroem redes de relações sociais e constituem comunidades. Segundo Smith (1999, p.137 apud RECUERO, 2009, p.137), “as comunidades virtuais são simbólicas, seus membros “estão conectados primariamente pelas trocas simbólicas (eletrônicas) mais do que pela interação face a face”. O autor salienta ainda que as comunidades virtuais não estão desconectadas do espaço físico concreto, porém é no ciberespaço que as relações são construídas.

As possibilidades de construção do território são muitas; as enunciações, os fluxos e as interpretações para essa construção não tem mais um sentido único. O coleti-

vo implica uma subjetividade produzida pela leitura individual e compartilhada, a experiência, é assim, resultado da leitura subjetiva a partir da ação e não do objeto - ação esta, mediada pelas tecnologias de informação e comunicação e concretizada no espaço físico. Segundo Guattari (1992, p.15), “as máquinas tecnológicas de informação e comunicação operam no centro da subjetividade humana”, portanto, a construção de uma narrativa coletiva, está amparada nas relações com o outro, nas relações de alteridade.

Segundo Santos (2001, p.98), “o espaço ganhou uma nova dimensão: a espessura, a profundidade do acontecer, graças ao número e diversidade enormes dos objetos, isto é, fixos, de que hoje é formado, e ao número exponencial e ações, isto é, fluxos, que o atravessam”. A tecnologia, hoje empregada, também no espaço urbano público, proporciona ao homem novas formas de experimentação e apropriação da cidade (DARODA, 2012). “Com o papel que a informação e a comunicação alcançaram em todos os aspectos da vida social, o cotidiano de todas as pessoas assim se enriquece de novas dimensões” (SANTOS, 2001, p.321).

Na perspectiva de Deleuze e Guattari, é a produção do desejo (individual) ou do agenciamento coletivo em um sistema que constrói um território. Este movimento de criar territórios, de abandoná-los e os recriar novamente, é uma constante. “Um território está sempre em vias de desterritorialização, ao menos, potencial, em vias de passar a outros agenciamentos, mesmo que o outro agenciamento opere uma reterritorialização” (DELEUZE; GUATTARI, 1997b, p.137). A cidade contemporânea sinaliza uma descontinuidade, não é somente um espaço físico limitado e organizado. “O território é feito de fragmentos descodificados de todo tipo, extraídos dos meios,

mas que adquirem a partir desse momento um valor de propriedade: mesmo os ritmos ganham aqui um novo sentido. O território cria o agenciamento [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.88). Deleuze e Guattari afirmam que “um agenciamento é precisamente o crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (1995, p.17 apud FERREIRA, 2008, p.8).

A relação do indivíduo com as tecnologias digitais anuncia agenciamentos, a partir de uma experiência híbrida, que se inicia no meio digital e, posteriormente, irão anunciar o território no espaço físico real. O território é, portanto, a expressão da experiência dos indivíduos e constitui uma narrativa urbana híbrida, onde as tecnologias medeiam a transcodificação entre indivíduos, dispositivos e seus territórios.

Assim, “o estudo dos coletivos urbanos e sua relação com a materialidade urbana está diretamente relacionado ao conjunto de contradições que seu espaço é capaz de expressar. As redes de solidariedade se amparam nas novas dimensões tecnológicas de troca, especialmente aquelas construídas de maneira contínua e aberta” (LIMA, 2014, p.3). Essas formas de ações formam uma rede capaz de “articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades referenciais normativas, relativamente abertas e plurais” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 515).

As ações dos coletivos urbanos, analisados nesta tese, se manifestam como ações críticas que atuam desde o microambiente urbano até a dimensão do ciberespaço. Ao analisar tais ações, percebe-se como seus participantes manifestam o desejo utópico de transformação. Esses desejos, que cunham ações ativistas, nem sempre estão

relacionados a gênero, etnias e classes; muitas vezes esse ativismo está relacionado a temas urbanos como uso e ocupação do espaço público, segurança pública, mobilidade, etc. Enfim, as ações aqui analisadas, reivindicam novas possibilidades de leitura dos espaços urbanos em favor da solidariedade, do convívio, do dissenso, proporcionando a criação de um território paralelo. (LIMA, 2014).

As discussões elaboradas por Rancière (2010) tem a noção de política como elemento transformador e criativo. Podemos compreender esse processo de ocupação do espaço público, e a emergência que esse tema carrega, como uma necessidade enquanto possibilidade de provocar dissensos (PIZZINATO, 2016) “Ao transformar os espaços e retomá-los em sua configuração de lugares, os indivíduos criam discussões e rompem com o silêncio que estabiliza o, permitindo que surja o dissenso. (PIZZINATO, 2016, p.17).

A análise das ações aqui apresentadas se aproxima do discurso de pensadores contemporâneos, em especial as de Rancière (2010) e Castells (2012), que veem nas ações e movimentos sociais atuais mais do que uma forma de protesto, mas uma forma de ser, de construir subjetividades e de relacionar-se com a cidade. As ações de ocupação do espaço público, conforme analisadas nesta tese, representam não apenas uma nova forma de agir, mas também uma forma de se ocupar de si mesmo, questionando certezas e favorecendo o dissenso.





CONCLUSÃO

# *REVER BER AÇOES*



## CONCLUSÃO

# REVERBERAÇÕES

As tecnologias de informação e comunicação já são indissociáveis ao espaço urbano - as cidades são híbridas; os espaços reais e digitais se misturam e as relações sociais acontecem nas duas dimensões, simultaneamente. Os coletivos urbanos, como aqui são chamados, trazem a possibilidade de mudança no olhar de construção da cidade. A coletividade ganha força, a partir das redes sociais, e se torna capaz de concretizar espaços que vão ao encontro do impulso utópico que move os ideais de cada ação proposta.

Este trabalho teve como objetivo compreender que tipos de práticas sócio espaciais, mediadas pelas TIC, estão acontecendo no espaço urbano de Porto Alegre e qual a contribuição dessas práticas para a dimensão pública. A tese não teve a pretensão de abordar todos os coletivos, tendo o seu recorte, agrupado os coletivos cujas ações despertam o senso de comunidade e de pertencimento.

As ações propostas trazem a possibilidade de transformação do espaço público a partir do desejo utópico coletivo e reúnem, através das redes sociais, diferentes pessoas com o mesmo propósito, criando assim, comunidades e novas subjetividades. Trazem a possibilidade de construção de novas narrativas, a partir de relações sociais baseadas na colaboração. O conceito de 'direito à cidade', de Henri Lefebvre, se confirmou nos dois coletivos analisados, uma vez que as ações propostas buscam resgatar o uso e o

sentido de pertencer à cidade, ao espaço público enquanto espaço de direito. As ações e coletivos aqui analisados, trazem uma contribuição significativa para a dimensão pública uma vez que, funcionam como ato crítico, de reflexão e ação sobre a cidade.

As ações propostas pelo coletivo Projeto Vizinhança, são aquelas capazes de despertar o senso de comunidade entre seus participantes e a possibilidade de transformação de espaços ociosos a partir da colaboração e do despertar de um sentido de pertencimento, constituem-se como práticas capazes de transformar o uso do espaço público. O mesmo acontece com o coletivo Rastro Urbano de Amor - RUA. As ações propostas, ao mesmo tempo em que denunciam o descaso do poder público da cidade com os espaços públicos, também funcionam como ato crítico de reflexão sobre a cidade. Mais que isso, permitem que cada indivíduo construa novas subjetividades e seja um agente ativo na transformação da cidade, transformando o uso desses espaços e atuando no espaço público de forma efetiva.

Fazendo uma breve análise do caminho percorrido nesta tese, é possível traçar uma reflexão a respeito dos autores que estruturaram o estudo. Inicialmente, Henri Lefebvre, traz o importante conceito de 'direito à cidade', e reitera ao leitor que o espaço público é um espaço de direito, um espaço que pertence a todos os cidadãos. Ernst Bloch, com o conceito de desejo utópico, transita por todas as ações propostas pelos coletivos analisados nesta tese, retomando a ideia de ativismo implícita em muitas ações; Foucault, com a noção de heterotopia, contribui para a leitura e análise das ações e possibilita um aporte teórico para a interpretação das ações de ocupação do espaço urbano; Gilles Deleuze e Felix Guattari também fundamentais para a construção dos conceitos que permeiam esta tese, me ajudaram a analisar os coletivos urbanos sob

diferentes perspectivas, e constituem o esqueleto deste trabalho. O desejo utópico que permeia cada ação proposta, os agenciamentos, seguindo a esteira de Deleuze e Guattari, a construção de subjetividades e a possibilidade de novas narrativas a partir de micropolíticas e heterotopias, são ideias fundamentais para amarrar o discurso teórico e para a construção do estado da arte desta tese.

Outros autores, não menos importantes, como Milton Santos e sua noção de território, Manuel Castells com o conceito de sociedade em rede e a leitura desse momento atual, Michel De Certeau referenciando o espaço e Pierre Lèvy incorporando os conceitos relacionados às TIC, foram fundamentais para a construção do percurso teórico da tese e a ele dar deram sustentação. A compreensão da noção de espaço e território, concomitante ao atual cenário, em que as TIC se constituem como parte do espaço urbano e do cotidiano das pessoas, baseada no conceito trazido por esses autores, foi fundamental para a compreensão do significado das ações em rede, da relação espaço-tempo, do território híbrido, bem como das relações e constituição de novas comunidades e práticas sociais. Por fim, Jacques Rancière traz a importância do dissenso e resgata o caráter crítico das ações, possibilitando uma visão crítica ao estudo. O discurso de Rancière, traz a possibilidade de compreensão sobre uma nova forma de fazer política, uma forma capaz de questionar certezas sobre o que se acreditava ser consenso.

Assim, diante de todo o repertório aqui apresentado, das análises construídas e dos resultados encontrados, eu trago como sustentação para a minha formação como pesquisadora, a certeza de que, ainda que o caminho não seja fácil, ainda que o Brasil seja um país com tão pouco incentivo à pesquisa, o papel do pesquisador é

fundamental quando a busca é na direção do crescimento. Não há mudanças sem pesquisa, e hoje, depois de quatro anos de estudo e dedicação, posso afirmar que cada esforço despendido foi recompensado. A chance de ver, ao término desta tese, a possibilidade de novos caminhos e a relevância da compreensão de fenômenos atuais e ainda pouco investigados, como as atuais práticas sociais mediadas pelas TIC, trouxe a certeza de que o planejamento urbano precisa rever questões que são inerentes ao seu controle, e considerá-las, não só na busca por melhores resultados, mas como determinantes diante das transformações impostas pelas tecnologias digitais e pelo cenário contemporâneo.

*Qual cidade está por vir?* As alterações devem vir a acontecer dentro de ações programadas de planejamento urbano; mas qual cidade queremos que esteja por vir? É fundamental para o planejamento urbano, que se atente às atuais práticas sociais, às transformações do território, ao impulso utópico de cada indivíduo, que agora em rede, ganha voz e torna-se capaz de reconstruir territórios transformar o espaço público. O planejamento deve, portanto, abarcar a cidade como um todo, os indivíduos como um todo, considerar o potencial das tecnologias digitais, das redes sociais e não apenas o interesse do Estado e/ou de alguns indivíduos.

O percurso trilhado no desenvolvimento desta tese, até a sua conclusão, abre algumas questões possíveis de serem respondidas em futuras pesquisas. Considerando que as escolhas, sejam elas individuais ou coletivas, alteram o ambiente urbano em todas as suas dimensões, reconhece-se o potencial das ações propostas pelos coletivos urbanos enquanto ações micropolíticas e representativas de um desejo utópico coletivo. Tais ações contribuem para o resgate do espaço público enquanto espaço de

direito; favorecem as interações sociais e as trocas entre os diferentes; contribuem para a construção de novas subjetividades acerca da cidade e possibilitam a construção de uma leitura coletiva mediada pelas tecnologias de informação e comunicação.

Após a análise das ações propostas pelos coletivos aqui debatidos, um questionamento surge: *Qual o papel dos urbanistas neste cenário híbrido de ações coletivas e mediadas pelas TIC?*

As ações propostas a partir de um desejo utópico de transformação do espaço público, deixa clara a intenção dos coletivos urbanos aqui referenciados. Intenção que se apresenta em um primeiro momento no espaço virtual, se realiza no espaço público e tem sua continuidade no compartilhamento de ideias e memórias registradas nas redes sociais. As ações propostas pelos coletivos urbanos, aqui analisados, representam a possibilidade de um discurso dissidente e aberto, que favoreça as trocas humanas em todas as suas dimensões.

As ações aqui analisadas levantam questões importantes, que impactam diretamente nas discussões sobre urbanismo. *Quais os limites e possibilidades dessas ações? Como esses desejos utópicos, expressos de diferentes maneiras em cada uma dessas ações, podem ser assimilados pelas disciplinas urbanas e incorporados na leitura do espaço público?*

Diante dessas questões surgem novas intenções de pesquisa. As perspectivas futuras apontam para a compreensão acerca do seguinte questionamento: *Como o Planejamento Urbano deverá incorporar os diferentes cenários, resultantes dessas micropolíticas mediadas pelas TIC e movidas pelo desejo utópico de transformação?*

A partir destes questionamentos, cresce a vontade de seguir buscando contribuições prático-teóricas para a forma como ocupamos e planejamos os espaços-tempos urbanos, reconhecendo as transformações impostas pelas TIC e o potencial das atuais práticas sociais, mediadas e colaborativas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Marta M. *Prática do espaço, experiência do corpo: Sennett e a cidade. Anais do Museu Paulista*. São Paulo, V.4, p.291-308, jan/dez 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a20v4n1.pdf>>
- BAUDRILLARD, Jean. *Internet rumo para seu fim*. In: Folha de S. Paulo. São Paulo, 19 de fevereiro de 1998. Caderno Especial, p. Especial – 12 2/8398.
- BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*, V.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura*, vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CALHOUN, Craig. *Indirect relationships and imagined communities: large-scale social integration and the transformation of everyday life*. In: BOURDIEU, Pierre; COLEMAN, James (org.). *Social Theory for a Changing Society*. Boulder: Westview Press, 1991.
- CERTEAU, Michel De. *A invenção do cotidiano, vol. I - artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- COHEN, Anthony. *The Symbolic Construction of Community*. London: Elis Harwood, 1985.
- COSTA, Cristiano de S.; AZEVEDO, Maria Thereza de O. *Micropolíticas e Inter-*

*venções Urbanas: as experiências do coletivo À Deriva em Cuiabá.* In: II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, UFMG, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <[www.aninter.com.br/ANAIS%20II%20Coninter/artigos/364.pdf](http://www.aninter.com.br/ANAIS%20II%20Coninter/artigos/364.pdf)>

COSTA, Maria de Fátima Tardin. *A Utopia na perspectiva de Ernst Bloch.* In: XV Encontro Nacional da ABRAPSO – Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos, Maceió, 2009. Disponível em: <[www.abrapso.org.br/site-principal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/526.%20%20a%20utopia%20na%20perspectiva%20de%20ernst%20bloch.pdf](http://www.abrapso.org.br/site-principal/images/Anais_XVENABRAPSO/526.%20%20a%20utopia%20na%20perspectiva%20de%20ernst%20bloch.pdf)>

DANTAS, Eugênia M.; MORAIS, Ione R.D. *Organização do Espaço.* Natal: EDUFRN, 2012. Disponível em: <[http://sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/site/pdf/geografia/Org\\_Esp\\_Z\\_WEB\\_LIVRO.pdf](http://sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/site/pdf/geografia/Org_Esp_Z_WEB_LIVRO.pdf)>

DARODA, Raquel F. *As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea.* Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: Faculdade de Arquitetura, UFRGS, PRO-PUR, 2012.

DELEUZE, Gilles. *Conversações.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

\_\_\_\_\_. *O abecedário de Gilles Deleuze.* 1989. Disponível em: <<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/deleuze-gilles/o-abecedario-de-gilles-deleuze-transcricao-integral-do-video>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.* Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997b.

- FARIAS, Patricia S.; GOMES, Margarida M.T. *Virtual e Urbano: espaço e esfera pública em contexto digital*. Revista Z Cultural, V.02, Ano X, 2015. Acesso em 30 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/virtual-e-urbano-espaco-e-esfera-publica-em-contexto-digital/>>
- FERREIRA, Flavia Turino. *Rizoma: um método para as redes?* Liinc em Revista, Rio de Janeiro, V.4, n.1, p.28-40, março 2008. Disponível em: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2011/04/pdf\\_bf229ffd7e\\_0006229.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/04/pdf_bf229ffd7e_0006229.pdf)
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos vol. III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. São Paulo: Forense Universitária, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Outros Espaços*. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.): *Michel Foucault: Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 2001.
- GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- \_\_\_\_\_. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1995.
- GUATTARI, Felix.; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HAESBAERT, Rogério.; BRUCE, Glauco. *A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari*. GEOgraphia, Niterói, v. 4, n. 7, 2002. Acesso em 17 de dezembro de 2016. Disponível em: <[www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/74/](http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/74/)>
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David. *O direito à cidade*. Artigo publicado na Revista Piauí n. 82 de julho

de 2013. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>

\_\_\_\_\_. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2003.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. *Corpografias urbanas*. Arqutextos 093.07, ano 08, fevereiro 2008. Acessado em 30 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.093/165%3E>>

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.

\_\_\_\_\_. *La Production de L'Espace*. Paris, Éditions Anthropos, 1981. (Leitura da tradução livre em português).

\_\_\_\_\_. *A vida cotidiana do mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. *Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne*. Paris: Messidor/ Éditions Sociales, 1986. Tradução Margarida Maria de Andrade.

\_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *Espacio y política: El derecho a la ciudad, II*. Barcelona: Ediciones península, 1972.

LEMONS, André. *A Cidade Ciborgue*. In: *Galáxia Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica, Cultura n. 8*, out.2004. PUC-SP, São Paulo, EDUC: Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. *Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

- \_\_\_\_\_. *A comunicação das coisas – Teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Anablume, 2013.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA, Elizabeth M.F. de Araújo; YASUI, Silvio. *Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial*. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, Vol.38, n.102, Jul/Set 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042014000300593](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000300593)>
- LIMA, Carlos Henrique de. *A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública*. Arqitetura revista, Unisinos, Vol.10, n.1, p.31-36, jan/jun 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/viewFile/arq.2014.101.04/4161>>
- MEJÍA, Rafael. *Micropolíticas, cartografias e heterotopias urbanas: deriva teórica-metodológicas sobre a aventura das (nas) cidades contemporâneas*. Espaço Acadêmico, ano XI, n.132, maio 2012. Disponível em: [ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/16876/9093](http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/16876/9093)
- MOTTA, Gilson Moraes. *Arte e Utopia*. O Percevejo [Online], Vol.04, n.02, ago/dez 2012. Disponível em: <[www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/download/2974/2228](http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/download/2974/2228)>
- MITCHELL, William. *E-topia: a vida urbana – mas não como a conhecemos*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.
- PARENTE, André. *Tramas da rede; novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- PIZZINATO, Adolfo et al. *Mapeamento de ações coletivas de ocupação urbana: uma análise etnográfica*. Revista de Ciências HUMANAS, Florianópolis, V.50, n.1, p.106-127, jan/jun 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2016v50n1p106>>

- RAMOS, Tatiana Tramontani. *Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro*. Polis [Online], 27, 2010. Acessado em 20 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://polis.revues.org/916>>
- RANCIÈRE, Jacques. *O Dissenso*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A Crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Partilha do Sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- \_\_\_\_\_. *El espectador emancipado*. Buenos Aires: Manantial, 2010.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental. Transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano. Da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização; do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O retorno do território*. Revista del Observatório Social de América Latina, ano 6, n.16, p.251-261, 2005.

- SAQUET, Marcos A.; SILVA, Sueli S. *Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território*. GEO UERJ, ano 10, v.2, n.18, p.24-42, 2008.
- SCHERER-WARREN, I. 2008. *Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?* Caderno CRH, v.21, n.54, p.457-475, 2008.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVERSTONE, Roger. *New Media and Community*. In: Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares em Comunicação. 21. Rio de Janeiro: INTERCOM/ Universidade Gama Filho, 1999.
- SOARES, Fabio M. *A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri*. Fractal: Revista de Psicologia, V.28, n.1, p.118-126, jan/abr. 2016. Acesso em 10 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1170>>
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VILAS NOVAS, Bruno Bowen. *Pelo direito de qualquer um fazer cidade: construção subjetiva dos espaços urbanos*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, 2015. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_9218\\_BRUNO%20B%20VILAS%20NOVAS\\_final.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9218_BRUNO%20B%20VILAS%20NOVAS_final.pdf)>
- VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A bomba informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.